



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**ARRANJOS FAMILIARES E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS
REPRESENTAÇÕES DOS LIVROS DE SOCIOLOGIA DO
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE 2015**

Angelica Gomes da Silva Gouvêa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: Políticas e Instituições Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Jairo Vieira

— Julho de 2016 —

**ARRANJOS FAMILIARES E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS
REPRESENTAÇÕES DOS LIVROS DE SOCIOLOGIA DO
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE 2015**

Angelica Gomes da Silva Gouvêa

Aprovada em: ___/___/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Jairo Vieira – UFRJ
Orientador

Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira
Avaliadora Externa

Profa. Dra. Ana Ivenick
Avaliadora Interna



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação **ARRANJOS FAMILIARES E EDUCAÇÃO: Uma análise das representações dos livros de sociologia do Programa Nacional do Livro Didático de 2015**

Mestrando(a): **Angélica Gomes da Silva Gouvêa**

Orientado(a) pelo(a): **Prof. Dr. José Jairo Vieira**

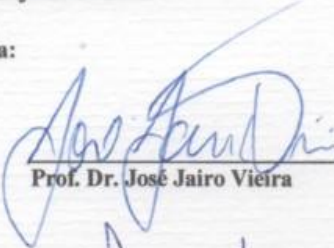
E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

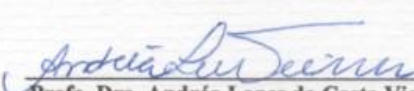
Presidente:



Prof. Dr. José Jairo Vieira



Profa. Dra. Ana Ivenicki



Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira

CIP - Catalogação na Publicação

G719a Gouvêa, Angelica Gomes da Silva
Arranjos Familiares e Educação: uma análise das
representações dos livros de Sociologia do
Programa Nacional do Livro Didático de 2015 /
Angelica Gomes da Silva Gouvêa. -- Rio de
Janeiro, 2016.
136f f.

Orientador: José Jairo Vieira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, 2016.

1. Políticas Públicas. 2. Gênero/Sexualidade.
3. Arranjos Familiares. 4. Educação. 5. Programa
Nacional do Livro Didático/2015. I. Vieira, José
Jairo, orient. II. Título.

À minha mãe, que, mesmo com toda a sua simplicidade e pouca escolaridade, ensinou-me a amar os livros e a ver a beleza das pessoas nas suas diferenças. A ela meu amor e minha admiração eterna.

AGRADECIMENTOS

O principal agradecimento dou à minha família, pelo apoio e compreensão por todas as minhas ausências, que não foram poucas.

Aos meus professores, em especial ao Professor Doutor Antonio Cerdeira Pilão, que inegavelmente ajudou-me a escolher o tema desta pesquisa e a dedicar-me a ele. Por todos os ensinamentos e oportunidades oferecidos, o meu muito obrigada em público.

Às amigas Gabrielle, Bruna e Tais por gentilmente terem me aturado. Por serem tão disponíveis quando mais precisei. Pela bela amizade que construímos durante esses dois anos.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Jairo Vieira, que, com muita paciência, ajudou-me a construir a minha dissertação.

À Anita Hadfas, que me permitiu fazer parte do seu grupo de pesquisa, pelo qual pude me aprofundar no tema livro didático.

Ao PPGE, na pessoa da Sol, o meu muito obrigada por tantos apelos de socorro e por todos eles serem atendidos gentilmente.

Aos meus alunos do Colégio Pedro II por torcerem por mim, por cada palavra de incentivo.

“Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis. Somos a perigosa memória das lutas. Projetamos a perigosa imagem do sonho. Nada causa mais horror à ordem do que homens e mulheres que sonham. Nós sonhamos. E organizamos o sonho. Nascemos negros, nordestinos, nisseis, índios, mulheres, mulatas, meninas de todas as cores, filhos, netos de italianos, alemães, árabes, judeus, portugueses, espanhóis, poloneses, tantos... Nascemos assim, desiguais, como todos os sonhos humanos.”

(Pedro Terra)

GOUVÊA, Angelica Gomes da Silva. **Arranjos familiares e educação: uma análise das representações dos livros de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático de 2015**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender as representações dos arranjos familiares presentes nos livros didáticos de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2015). Para tanto, realizou-se uma análise sobre de que forma esse tema aparece nos livros e, sobretudo, quais são as representações a ele associadas. Esta análise teve por foco os seis livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015, a saber, *Sociologia Hoje*, *Sociologia*, *Sociologia em Movimento*, *Sociologia para o Ensino Médio*, *Sociologia para Jovens do Século XXI*, *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia*, nos quais foram observadas as categorias de família, gênero e sexualidade. Os autores que embasaram a análise sobre gênero foram Scott (1995) e Louro (1997); a de família foram Prado (1985), Morgan (1987) e Durham (1983); e a de sexualidade, Foucault (1984; 2002; 2004). Os dados evidenciam que os livros, de uma forma geral, assemelham-se ao utilizarem conceitos para as categorias que atendem ao debate existente na academia relacionado à diversidade, como a homossexualidade, e vão além das menções às famílias tradicionais, baseadas na presença de pai e mãe, ou seja, uma padronização heteronormativa. Porém, percebe-se uma limitação nessas possibilidades de diferentes arranjos presentes nos livros, diante da ampla gama de possibilidades existente na sociedade. Concluímos, assim, que a Política Pública do PNLD 2015, traz avanços, mas também grandes limitações com relação ao tratamento e ao alcance das representações sobre os diferentes arranjos familiares, ao observamos a sociedade. Esta dissertação foi desenvolvida no Laboratório de Pesquisa, Estudos e apoio a Participação e a Diversidade em Educação (LAPEADE).

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gênero. Sexualidade. Arranjos Familiares. PNLD.

GOUVÊA, Angelica Gomes da Silva. **Family arrangements and education: a new analysis of the representation in Sociology books from the Didactic Book National Program in 2015.** 2016. 137 p. Dissertation (Master's degree in Education) — Faculty of Education, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, in 2016.

ABSTRACT

This research aims to understand the representations of family structures present in textbooks of sociology present in the National Textbook Program (PNLD 2015). Therefore, we carried out an analysis on how this theme appears in the books, and above all, what are the associated representations. This analysis was focused on the six textbooks of sociology PNLD 2015, namely: *Sociology Today*, *Sociology*, *Sociology Moving*, *Sociology for High School*, *Sociology Youth of the XXI Century*, *Modern Times*, *Sociology times*. In these categories of family, gender and sexuality were analyzed. The authors that based on gender analysis were Scott (1995), Blonde (1997), the family were Prado (1985), Morgan (1987) Durham (1983) and sexuality were Foucault (1984; 2002; 2004). The data show that the books of a general approach to use concepts for categories that meet the existing debate in academia related to diversity, such as homosexuality and go beyond the particulars traditional families based on the presence of father and mother, that is a heteronormative standardization. However, we perceive a limitation in these possibilities for new arrangements present in the books, given the wide range of possibilities present in society. We conclude therefore that the Public Policy PNLD 2015 brings advances, but also has major limitations regarding the treatment and reach of representations about the new family arrangements to observe society. This work was developed in the Research Laboratory, studies and support the participation and Diversity in Education (LAPEADE).

Keywords: Public Policy. Gender. Sexuality. Family Arrangements. PNLD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	94
Figura 2 –	98
Figura 3 –	102
Figura 4 –	106
Figura 5 –	109
Figura 6 –	111

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IPT	Instituto de Pesquisa Tecnológica
ISNA	Sociedade Norte Americana de Intersexo
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
NESEG	Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SEB	Secretaria de Educação Básica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 – Construindo o tema de pesquisa	23
1.1 O que dizem as pesquisas sobre arranjos familiares	25
1.2 Processo de levantamento	26
1.3 As teses.....	27
1.4 As dissertações	29
1.5 Explorando a estrutura de alguns resumos ligados à educação	32
1.6 Referenciais teórico-metodológicos.....	37
Capítulo 2 – Arranjos familiares na construção social	45
2.1 A história do casamento	46
2.2 Um laço entre gênero, sexualidade e conjugalidades	52
2.3 As categorias de gênero e sexualidade nas práticas pedagógicas	57
Capítulo 3 – A política do livro didático e os livros de Sociologia: construindo identidades	68
3.1 Livro didático: reconhecendo sua utilidade.....	73
3.2 Os livros didáticos de Sociologia como construção de conhecimento.....	78
3.3 Gênero, sexualidade e arranjos familiares como caminho de construção de identidade nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015.....	84
3.4 Regulando o conhecimento oficial de gênero e sexualidade no livro didático.....	87
Capítulo 4 – Análise dos livros didáticos	93
4.1 <i>Sociologia Hoje</i>	94
4.2 <i>Sociologia</i>	98
4.3 <i>Sociologia em Movimento</i>	102
4.4 <i>Sociologia para o Ensino Médio</i>	106
4.5 <i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	109
4.6 <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	111
4.7 <i>As análises comparatórias e as influências no texto</i>	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a configuração dos arranjos familiares na sociedade contemporânea expressos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Como objetivos específicos, podemos listar: a) compreender quais processos e condicionamentos, social e político, atuam para que se reproduza um padrão tradicional de família como paradigma em contraposição aos arranjos familiares existentes na sociedade brasileira; b) analisar a construção da política e o modo como ela cria identidades por meio das legislações e do edital de inclusão dos livros didáticos; c) analisar como é abordado e utilizado o conceito dos arranjos familiares existentes nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015.

Uma das justificativas para a análise de seis livros aceitos no PNLD 2015 é a atualidade do tema, e constitui-se a partir de legislações educacionais que abarcam a sexualidade, alcançando as conjugalidades descritas nos livros didáticos de Sociologia. Porém, apesar de a família ser um tema frequente nos manuais didáticos, o seu sentido está sendo ampliado e alterado devido às pressões sociais.

A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teóricos de gênero e sexualidade, modelo que descreve e reflete sobre uma conceptualização a partir de construções sociais e processos políticos, sendo, portanto, capaz de esclarecer questões referentes aos livros, principalmente sobre o tema ao qual recai o objeto de estudo deste trabalho, os arranjos familiares.

Por que estudar gênero e conjugalidades nos livros didáticos de Sociologia? Porque é impossível pensar as relações entre gênero e conjugalidades sem pensar em lutas de poder e em estratégias de controle.

O importante aqui é sublinhar que os livros didáticos tem um caráter de mecanismo de controle (FOUCAULT, 2004) e de conhecimento científico cada vez mais essenciais em nossas experiências contemporâneas, assumindo características de reprodução, veiculação de um determinado modelo e a propagação de usos específicos para cada lugar onde estejam situados.

A estratégia metodológica, para o alcance dos objetivos, é a análise das representações sobre os arranjos familiares existentes nos livros didáticos de

Sociologia do Ensino Médio do PNL D 2015. Iremos, assim, analisar as abordagens dos conteúdos de seis livros amplamente adotados no Brasil: *Sociologia Hoje*, *Sociologia*, *Sociologia em Movimento*, *Sociologia para o Ensino Médio*, *Sociologia para Jovens do Século XXI*, *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia*.¹

Há três fortes razões para este tipo de análise, que tornam relevante um estudo sobre a política dos livros didáticos da disciplina de Sociologia e o conteúdo referente aos arranjos familiares: a) a política do livro didático, sendo fundamental na institucionalização desse material em sala de aula; b) o poder de disseminação de informações e definições sobre a realidade que estão nos livros didáticos de Sociologia; c) como os livros didáticos de Sociologia conceituam os arranjos familiares, objeto de estudo desta dissertação.

Os objetivos serão abordados de maneira articulada, levando-se em conta os quatro capítulos da pesquisa. O capítulo um, “Construindo o tema de pesquisa”, mostra-se como o objeto foi sendo construído, assim como as perspectivas sobre a pesquisa.

O capítulo dois, “Arranjos familiares na construção social”, dá sequência ao anterior, levantando a questão histórica por meio de autores que discutem a família e sua influência na formação de valores e na construção da sexualidade para os jovens. O acompanhamento dessa temática, entrelaçada com estudos sobre gênero, sexualidade e conjugalidades, é fundamental para entendermos o mecanismo de poder inserido nas práticas pedagógicas.

O capítulo três, “A política do livro didático e os livros de Sociologia: construindo identidades”, traz o estudo do contexto político do livro didático no Programa Nacional do Livro Didático. Um dos modelos escolhidos são os livros didáticos de Sociologia e como podemos, por meio deles, compreender a construção de um conhecimento. O capítulo também abordará uma coalizão das legislações

¹ Os seis livros de Sociologia aprovados na edição do PNL D 2015: *Sociologia Hoje*, de Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros; *Sociologia*, de Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim; *Sociologia em Movimento*, de Afrânio Silva Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, João Catraio Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Costa, Marcelo Araújo, Martha Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Menezes e Raphael M. C. Corrêa; *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi; *Sociologia para Jovens do Século XXI*, de Luiz Fernandes de Oliveira Ricardo e Cesar Rocha da Costa; *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia*, de Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O'Donnel.

educacionais de gênero e sexualidade que alcancem os arranjos familiares em torno do Programa Nacional do Livro Didático 2015.

O capítulo quatro é uma análise de como seis livros da disciplina de Sociologia, aceitos no PNLD 2015, tratam e refletem sobre o tema da família e dos arranjos conjugais. Assim, busca-se compreender, por meio da política, os arranjos familiares contemporâneos e como estes são representados nos livros didáticos mencionados.

Sob a perspectiva do PNLD, os livros de Sociologia exerceram papel central à emergência de sua política, uma vez que esta influenciou a ampliação de ideias nesses manuais didáticos, sobretudo com a disciplina sendo novamente inserida no currículo a partir de 2008 (PNLD, 2015).

Essa dualidade corresponde ao modo que se deve compreender tal política, que, com o alcance da universalização dos manuais didáticos aos estudantes das escolas públicas, define tópicos por meio dos editais publicados que deverão ser seguidos pelas editoras. O destaque acontece para as construções sociais que se dão nos livros didáticos; estão neles os valores que imperam na sociedade e aqueles dos quais se definem historicamente a partir das perspectivas de alguns indivíduos, nesse caso, os escritores dos livros escolares. A projeção de uma construção homogênea trazida pelas editoras, silenciando a existência de diferentes modelos, recai sobre os modelos de família.

No levantamento feito no CAPES, foram verificadas poucas pesquisas voltadas aos arranjos familiares e educação, o que torna esse tema relevante a ser estudado e pesquisado. O objetivo desta dissertação torna-se importante por contribuir para uma articulação nos livros didáticos sobre a formação de arranjos familiares, assim como as diversidades existentes.

Desse modo, partimos da concepção de que os processos discriminatórios de reprodução de conceitos e valores na escola têm especificidades e mecanismos que precisam ser analisados à luz da legislação sobre sexualidade e dos livros didáticos, por serem estes, algumas vezes, o único recurso nas salas de aula.

Ao se trazer o livro didático como fonte de pesquisa, faz-se necessário olhá-lo por meio de variáveis políticas, culturais e econômicas existentes na sociedade brasileira, a fim de se entender os mecanismos de exclusão e inclusão de

determinados conteúdos programáticos.

Os livros didáticos brasileiros distribuídos para as escolas públicas são coordenados por um programa do governo federal chamado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Enquanto o Ministério da Educação (MEC) atua no acompanhamento da avaliação pedagógica desses programas, por meio de editais públicos para o exame de obras didáticas adotadas no ensino público, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pela operacionalização da distribuição dos livros para as escolas, mediante demanda dos professores nos Guias do Livro Didático (CASSIANO, 2013).

Os livros recomendados pelo MEC, e distribuídos pelo FNDE, passam por análises de comissões técnicas constituídas por docentes e pesquisadores de universidades federais brasileiras. Após a análise das obras submetidas à avaliação mediante edital de convocação, o MEC lança os Guias do Livro Didático. Tais guias apresentam as sinopses das obras e coleções didáticas, que devem ser escolhidas pelos professores e demandadas ao FNDE. Entre os critérios de seleção e avaliação dos livros, há quesitos básicos a serem analisados: proselitismo religioso, racismo, sexismo, tolerância e a promoção da igualdade. No entanto, apenas recentemente o tema da diversidade sexual ascendeu à categoria de questão de direitos humanos a ser incluída nas avaliações dos materiais a serem utilizados nas escolas, a partir da inserção de menção direta no edital de seleção e avaliação do PNLD 2006 (CASSIANO, 2013).

Choppin (2004) afirma que os livros didáticos como produto da indústria cultural tem seu conteúdo fixado por escrito, assumindo certa “superioridade” em relação à palavra do professor. Assim, o livro didático se constitui como uma ferramenta poderosa de unificação e até de uniformização nacional, linguística e ideológica. Com isso, o poder político se vê forçado a controlar e orientar, em seu proveito, as concepções contidas nele e o seu uso em sala de aula.

Cassiano (2004, p.157) afirma que:

Assim, mais uma vez, e por outra vertente, explicita-se que a seleção de saberes que entra na escola não é neutra, mas construto histórico humano, em que instâncias privilegiadas em determinados períodos elencam os conteúdos que adquirem *status* de legitimidade e cristalizam alguns saberes em detrimento de outros.

Trazer isso para debate implica demarcar o que é legítimo para estar no currículo e o peso implícito do programa sobre os livros didáticos, isto é, o que é considerado como conhecimento legítimo e quem tem o direito para determiná-lo, o que envolve políticas de controle sobre o conhecimento, no caso do Brasil, o PNLD.

Uma vez que é público, isto é, como é declarado 'conhecimento para todos', ele está sujeito a escrutínio pelos órgãos oficiais (e está sujeito aos controles e tendências do mercado). Na maioria dos países, isto significa que algum nível do governo é encarregado oficialmente de criar uma tradição seletiva (APPLE, 1993, p.102).

Nesta discussão, os livros didáticos tem seguramente uma importância própria, o seu conteúdo e forma significam construções particulares da realidade, modos particulares de selecionar e organizar um enorme universo de conhecimento possível, uma seleção feita por alguém, com sua particular visão de conhecimento legítimo e cultural, que privilegia um grupo mais que o outro.

É importante ressaltar que, usualmente, o que está incluído e excluído dos livros didáticos está centrado nas relações de uma política que os alcança, assim como as relações de poder neles inseridas.

Com essa análise, evidencia-se recair sobre os livros didáticos a sociedade brasileira que tem um viés tradicional (DA MATTA, 1975). Segundo a concepção de sociedade de Da Matta (1975), para que se possa explicar as escolhas dos indivíduos que a compõem, é preciso buscar o próprio sistema social, as leis e as normas.

Ainda, segundo o autor, deve-se procurar descobrir, portanto, a "gramática social" da sociedade, a qual, em grande parte, está no inconsciente ou inarticulada à consciência dos indivíduos que estão inseridos nela, e, somente assim, poderão ser interpretados o comportamento e a lógica da dinâmica social (DA MATTA, 1975). Essa ideia de "gramática social", introduzida por Da Matta (1975), só tem sentido na possibilidade de determinar a hierarquia valorativa que existe na institucionalização de estímulos seletivos para a conduta dos indivíduos que compõem essa sociedade.

Esse ponto é importante posto que descobre uma especificidade importante à noção de "hierarquia valorativa" que influencia as escolhas. Os critérios valorativos podem ser de cunho pessoal (ligado à esfera íntima de cada sujeito), cultural (depende da sua dimensão social, os seus costumes) e universal (sensível aos

outros) (DA MATTA, 1975).

Durham (1983) faz uma análise da formação da família no Brasil e descreve como foi construído a concepção clássica de família, processo este que produziu uma certa confusão com o parentesco em geral, influenciando o modo de interpretar a realidade brasileira por meio de um modelo burguês de família. Em longo processo histórico, foram instituídos padrões com a preocupação de denunciar as formas opressoras sobre a mulher, que são de importância para se entender o contexto no qual ela se dá, assim como os mecanismos nos quais ela opera.

Nesse sentido, Durham (1983) destaca que é preciso que haja distinção entre família, sistema de parentesco, grupo doméstico e unidade residencial. Destacamos a definição de família dado pelo autor: “família são grupos sociais, estruturados através de afinidades, descendência e consanguinidade que se constituem como unidades de reprodução humana” (DURHAM, 1983, p. 32).

Uma utilização antropológica sobre a família contribui para que se entenda os conceitos, trace os problemas e ordene o debate em torno da família e do casamento. O casamento tem assumido formas novas e variadas, criando arranjos familiares. Sobre isso, Filho (2000) afirma que perante o surgimento de variados fenômenos sociais e um deles a possibilidade da dissolução conjugal apareceram cada vez mais outras formas de uniões. Com isso aumentou o número de divórcio, não por considerarem o casamento menos importante, mas, justamente, por entenderem sua importância e não aceitarem que sua vida conjugal não corresponda com as suas expectativas.

Durante o século XX e início do século XXI ocorrem lutas pela igualdade de gênero e pelo respeito à diversidade (FILHO, 2000). Todavia, o que vemos é o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias na sociedade como algo naturalizado. Apesar disso, o Brasil tem conquistado importantes resultados, principalmente na ampliação de leis e no exercício dos direitos dos cidadãos. No entanto, há desafios a serem enfrentados, principalmente no que tange à informação como forma de transformação, bem como o respeito à valorização da diversidade.

As discriminações são trazidas e reproduzidas em diferentes espaços e, infelizmente, a escola se constitui como um deles. A criação de leis não basta para que haja transformações de mentalidades, daí o papel crucial que adquirem as

pesquisas sobre os livros didáticos, ajudando a compreender a construção e a manutenção da subversão das desigualdades e dos preconceitos, contribuindo para possibilitar atuações sobre eles.

Nesse sentido, Foucault e Deleuze (1984) elucidam que a tarefa do intelectual na modernidade é lutar contra todas as formas de poder nos seus pontos de aplicação, ou seja, denunciando, fazendo emergir os discursos daqueles que sentem e sofrem diretamente a opressão. Para Foucault (2008, p. 75-76):

[...] se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tivera consciência disto, mas porque falar a esse respeito — forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez o que fez designar o alvo — é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. Se discursos como, por exemplo, os dos detentos ou dos médicos de prisões são lutas, é porque eles confiscam, ao menos por um momento, o poder de falar da prisão, poder atualmente monopolizado pela administração e seus compadres reformadores.

De outra parte, o pesquisador aparece como um intelectual atento às lutas dentro fora da instituição escolar e também na sociedade política em geral. Foucault (2004) fala sobre o lugar do intelectual quando este ocupa, no regime de verdade, o papel de detentor do saber especializado. A proposta de Foucault (2004) é que esse “especialista” possa interpretar por meio da leitura dos reais efeitos de verdade produzidos na sociedade, e, sobretudo, como esse modo de interpretar possa ser instrumento para que haja lutas possíveis na modificação da sua realidade. Desse modo, dizer a verdade seria decifrar a realidade para que outras verdades renasçam e sejam destacáveis, contribuindo, assim, na função política do intelectual.

A partir disso, espera-se que os livros didáticos em educação se fortaleçam no seu papel de promotores de cultura e de respeito, garantindo o cumprimento das leis de direito humano, da igualdade de gênero e da valorização da diversidade.

Esta dissertação parte do pressuposto teórico de que a sociedade brasileira é bastante tradicional e conservadora, porém, em processo de “destraditionalização”, termo usado por Giddens (1997), no qual a tradição muda seu *status* e é constantemente contestada. Dessa forma, a tradição passa a ser compreendida como um processo que está permanentemente sendo reconstruído, reinterpretado e reinventado.

Como observa Giddens (1997), uma sociedade moderna e destradicionalizante é democrática, justa, equânime e igualitária, na qual aqueles que vivem nela podem viver livres e em autonomia, e principalmente libertos de preconceitos e discriminações, desde que sejam capazes de internalizar os direitos coletivos e pessoais, assim como de respeitar e valorizar o coletivo com a pluralidade de interesses e ideais por meio de suas responsabilidades políticas como cidadão.

Entretanto, o conservadorismo político está estruturado desde a apatia política até a apresentação expressa de comportamentos e atitudes que rejeitam mudanças para que o *status quo* permaneça incitando a discriminação, a intolerância e preconceitos.

Retomamos Giddens (1997) quando cita a sociedade moderna/destradicionalizante como uma sociedade democrática, entendendo democracia em Dewey (1927), a democracia como uma ideia (social ou moral); algo a alcançar nas nossas relações cotidianas como família, escolas, religião etc.

Trazendo esse conceito para relações de sexualidade, mais restritamente as concepções de formação de arranjos familiares, grupos conservadores se opõem a qualquer mudança que é passível de transformação de poder, na posição de dominação e que ameacem a ordem política e social hegemonicamente estabelecida, tendo em vista que essas pessoas podem interferir à medida que reconhecem determinados avanços e os toleram, desde que sua posição tradicional não seja ameaçada. É por meio de políticas voltadas à educação que podemos entender o endosso procedimental democrático em torno desta temática.

Esta discussão abarca a concepção clássica de família patriarcal brasileira (DURHAM, 1983) aceita durante anos como fundamento da organização familiar não apenas da vida em família, mas da própria sociedade, e que vem sendo criticada por ser restrita.

Ariès (1973) afirma que existe uma relação direta entre o “sentimento” de família e o de classe, caracterizando uma evolução histórica por meio de uma iconografia da família como instituição social, o que precede a história das mentalidades familiares à medida que capta suas representações como sociedade a cada momento de sua evolução.

No quadro das profundas transformações, que tem ocorrido na família, homens e mulheres deparam-se com uma série de possibilidades de viver sua conjugalidade que não se aproximam ao que costumamos chamar de casamento tradicional. Porém, os estereótipos e estigmas relacionados a essa dimensão seriam, assim, uma manifestação do tradicionalismo primeiro de gênero e depois de sexualidade, que estão arraigados às crenças e a um modelo historicamente tradicional.

Connel (1995) fala sobre masculinidades hegemônicas, compreendido como uma permanência natural na construção do gênero masculino em oposição às feminilidades subalternas. Nesse contexto, tal polaridade tradicional vem expressar a mulher que cuida, dona de casa, afetiva, culturalmente responsável pelos filhos e pela união da família em oposição ao homem provedor, chefe da casa, economicamente responsável pela família. Esse roteiro tradicional orienta e norteia ações práticas no mundo e na educação, assim como constrói sentidos para tais ações.

Outro autor importante que se dedicou a compreender a sexualidade como caráter social foi Michel Foucault (1984). Para ele, a sexualidade é uma invenção do século XVIII, quando fatos ligados ao sexo e a contatos sexuais visam à obtenção e à produção do prazer. A partir daí a sexualidade na “modernidade” é codificada pelo discurso do desejo e definida pelas noções de heterossexualidade e homossexualidade.

Permanece, contudo, do ponto de vista das relações afetivo-sexuais em aberto que modelos alternativos destradicionalizados (GIDDENS, 1997) em relação a este modelo tradicional. Parece que estão em construção no país e tem como poderosos aliados os movimentos organizados de mulheres, sobretudo os movimentos feministas (MATOS, 2000).

A Constituição de 1988 trouxe avanços no que diz respeito à democracia ao reconhecimento de direitos e à participação social. Todavia, o movimento feminista reivindicou a criação de políticas públicas antidiscriminatórias no âmbito da educação voltada à defesa e a promoção dos direitos das mulheres.

Nesse sentido, criam-se leis que alcançam a sexualidade no âmbito educacional, o que acaba desagradando grande parte da sociedade conservadora,

levando a uma disputa tanto no currículo escolar quanto nos conteúdos impressos nos livros didáticos. Esses sinais deixam claro da importância do PNLD no aparato conceitual dos livros didáticos e de como essa política regula os conteúdos. Vale a pena citar que fazer menção pode operar pela integração à tradição e os valores dos grupos dominantes.

Assim, por exemplo, sobre o tema “família”, a cultura dominante poderá fazer pressão nos processos de criação dos livros com definições menos emancipatórias, e as instituições sociais diretamente envolvidas na transmissão escola/mídia estarão associadas às relações de poder que estruturam tal esfera.

Ainda, é importante observar a importância de colocá-la dentro de uma perspectiva histórica, justamente para que se perceba as mudanças e a releitura que a família teve em diferentes momentos, a fim de compreender que ela não é um conceito único, fechado e acabado, mas, sim, um conjunto de concepções que se encontram em permanente construção.

CAPÍTULO 1

CONSTRUINDO O TEMA DE PESQUISA

O interesse pelo tema desta dissertação nasceu a partir da participação em um grupo de pesquisa de Iniciação Científica chamado *Gênero, Sexualidades e Conjugalidades (Não) Monogâmicas*, no NESEG (Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero), aos cuidados de Miriam Goldemberg e Antonio Cerdeira Pilão, e aberto em 2013 no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais). Durante dois anos, desenvolvi atividades que pudessem ser apresentadas na JIC (Jornada de Iniciação Científica).

O projeto foi agregando alunos de diversos cursos interessados no tema, construindo-se de forma plural, com cerca de vinte alunos. Semanalmente, reuníamos-nos nas dependências da universidade para discussões sobre conjugalidade e sexualidade. No final de 2013, comecei uma pesquisa na Biblioteca Nacional para entender a (não) monogamia. Com o propósito de compreender um termo que está sendo negado, primeiramente me coloquei a investigar e compreender o termo primário, no caso, a monogamia. Percebi, com isso, que havia pouco material sobre o termo primário nos livros, o que me despertou um interesse como pesquisadora.

Para elaboração de um dos trabalhos, iniciei concomitantemente um estudo com três feministas e seu discurso político na inclusão de leis que alcançassem as mulheres. Na análise, deparei-me com algumas categorias que serviram de base para a compreensão da evolução temporal dos conhecimentos sobre família e conjugalidades.

O trabalho que desenvolvi para a Jornada de Iniciação Científica (JIC), em 2013, como o título *Amor Livre: igualdade de gênero em Emma Goldman, Simone de Beauvoir e Alexandra Kolontai*, transformou-se em uma experiência em que, pela primeira vez, pude analisar a área de gênero e a participação das mulheres no campo político. E isso não poderia ter acontecido em melhor momento, pois permanece aberta no país a expansão de direitos para as mulheres.

No escopo desse trabalho coube um modelo binário, o qual a mulher é a

cuidadora do lar, dona de casa, afetiva e, ainda, social e culturalmente responsável pelos filhos, pela união da família, em oposição ao homem, provedor, chefe da casa, financeiramente responsável pela família — esse eixo também pode ser desdobrado para o eixo da sexualidade (CONNEL, 1995).

Atendendo às especificações do meu orientador, Antonio Pilão, e do grupo de pesquisa “Gênero, Sexualidades e Conjugalidades (Não) Monogâmicas”, o objetivo central se volta para o modo que as três feministas, Emma Goldman (1910), Simone de Beauvoir (1949) e Alexandra Kolontai (1978) dialogavam entre si nos temas de conjugalidade e sexualidade.

Nessas circunstâncias, adquirir experiência em pesquisa; inicialmente, quis me aprofundar sobre o tema nos livros vinculados à educação. Tal decisão visava à compreensão sobre arranjos familiares e o Programa Nacional do Livro Didático, PNLD e a outros fatores igualmente significativos.

A atualidade do tema, evidenciada por ampla divulgação nos meios de comunicação, e também na sociedade em geral, contrasta com a ausência quase total de dados ou trabalhos de enfoque na educação ou no que se refere ao contexto da sociedade urbana brasileira. O problema fundamental se dá, no entanto, na busca de condições sócio-históricas que determinem a família como fato social, assim como sua efetiva representação, levando-se em conta a situação particular em que é exercida e afetando sua representatividade nos livros didáticos de Sociologia.

Desse modo, foram planejadas aulas baseadas em uma diretriz metodológica com questões de visão cultural de gênero e sexualidade, sendo também acrescentados os temas educação e conjugalidades. Tomar esses temas em Língua Portuguesa foi um grande desafio, articulado aos processos formativos que desenvolveríamos. O nó dessa complexidade residia, e ainda reside, no conceito e na prática das relações familiares e, por isso, evidentemente nas dificuldades de se problematizar o modelo de família que é trazido. Esse debate foi aprofundado posteriormente em sala de aula em trabalhos expositivos.

Foram utilizados autores como Gouveia (2001), Louro, (1992; 1997), Scott, (1990), Silva e Saffiotti (1992) para problematizar a sociedade patriarcal heteronormativa (organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira

subordinada, com a estrutura de classes sociais) assim como exemplos das diversidades existentes, tanto na nossa sociedade como em diversas culturas, que concebem identidades, ainda que culturais, como fixas e absolutas (SILVA, 1992).

A estratégia concebida para a realização desse curso gerou resultados surpreendentes, especialmente no que se referiu à expansão de conhecimentos e ao fortalecimento pessoal, teórico e político.

Assim, foi e tem sido esse o momento desencadeador do processo de pesquisa e, também, mais diretamente, um maior aprofundamento com a literatura acadêmica produzida na área, como os documentos educacionais sobre gênero e sexualidade em educação, o PNLD e a evolução histórica.

Em síntese, podemos dizer que esse momento do trabalho foi caracterizado por uma forte identificação com o pensamento feminista iniciado na década de 1970² e elucidado por Biroli (2010), que discorre que o feminismo mostra que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática.

1.1 O que dizem as pesquisas sobre arranjos familiares

O levantamento bibliográfico apresenta uma visão panorâmica da produção científica, referente a dissertações de mestrado e teses de doutorado acerca dos assuntos sexualidade, casamento, arranjos familiares, conjugalidade, educação e políticas públicas de educação incluídos no banco de teses CAPES – BTC³ Resumos, entre os anos de 2011 e 2012. O BTC Resumos é um banco de dados que agrega várias áreas de conhecimento, suas divisões e especificidades.

Assim, são trazidos os resultados preliminares de um levantamento que objetivou mapear a produção do conhecimento referente a arranjos familiares para

² A história do feminismo no Brasil na década de 1970 se dá com a mobilização e a emancipação feminina em torno do sufrágio, concretizando-se dentro de limites e possibilidades, dado pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos (MIGUEL; BIROLI, 2014).

³ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 11 maio 2016.

elaboração de referencial para esta dissertação. Tal levantamento possibilita, entre outras coisas, conhecer as referências acerca de uma das categorias determinadas para pesquisa, neste caso, referente à temática dos arranjos familiares, que é um fenômeno historicamente hegemônico na prática social dos homens e que, na atualidade, tem adquirido uma diversidade que permeiam os indivíduos.

Mediante leitura de alguns cadastros do BTC Resumos, cujo padrão de organização consiste em informações básicas das dissertações como, por exemplo, nome do orientando e do orientador, título do trabalho, instituição, ano e resumo, foram percebidas as abordagens teóricas dominantes nos estudos situados nos campos da Sociologia, Direito, História e Letras, disciplinas que, juntas, oferecem os fundamentos para mais da metade das teses e dissertações apuradas.

1.2 Processo de levantamento

A primeira etapa da pesquisa, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consistiu na identificação das dissertações de mestrado e doutorado em sexualidade, casamento, conjugalidade e educação, por meio das palavras-chave e conteúdos dos resumos das obras elaborados pelos próprios autores.

Gostaríamos de destacar que a expressão “arranjos familiares” envolve discussões e temáticas subjacentes a ele, por exemplo, casamento/monogamia, sexualidade/família, conjugalidade/família, amor romântico/conjugalidade.

Dessa situação, percebe-se que as categorias não estão fechadas e, ainda, muito longe de produzirem categoriais dos estudos de família claramente delimitados. Essa dificuldade indica a urgente necessidade de analisarmos a produção referente aos estudos de conjugalidades, para que haja um mapeamento das temáticas que estão sendo tratadas tanto dos pressupostos metodológicos quanto das categorias-chave que definem a temática, a fim de organizar as palavras-chave que melhor se identificam com esta produção.

Assim, este ensaio foi se constituindo a partir de leituras dos resumos e

classificações de vinte cinco registros de dissertações de mestrado e teses de doutorado, sendo vinte de mestrado e cinco de doutorado.

Escolher a CAPES como fonte de pesquisa deve-se ao fato de aquela ser um banco de dados que abrange e concentra trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* de instituições de ensino superiores públicas e particulares de todo o Brasil.

1.3 As teses

Para melhor observar as categorias analisadas, foram verificadas teses na CAPES, e, a fim de efetuar uma análise do aspecto formal das quatro teses que trazem como palavras-chave família, monogamia, conjugalidade, sexualidade e amor romântico, registrados no BTC Resumos, foi preciso estipular uma ordem à consulta e coleta de informações. Nesse sentido, optamos pela palavra-chave “família” na leitura sequencial. Ao tomar como base esta palavra, percebe-se que a mesma tese de doutorado em Direito está interligada às palavras-chave: conjugalidade e família. Portanto, constatamos poucas produções sobre conjugalidade relativas ao Direito e nenhuma em relação à educação.

Em que pese ser o Brasil um país com grande extensão territorial e que, conforme dito anteriormente, nos últimos anos o depósito de uma tese e somente um pesquisador se dedique ao estudo da conjugalidade na área do Direito é insuficiente. Portanto, faz-se importante o aumento do número dessas produções, a fim de que haja diversidade de perspectivas, assim como seus específicos recortes.

A tese de doutorado em Direito de Marcos Alves da Silva (2012), *Da superação da monogamia como princípio estruturante do estatuto jurídico da família*, propõe novos fundamentos para a abordagem da conjugalidade contemporânea, tendo como eixo de referência a superação da monogamia como princípio estruturante do estatuto jurídico da família.

Classificou-se, também, a indicação de sexualidade, haja vista ser essa informação importante para a elaboração desta pesquisa. A classificação adotada foi sexualidade e educação, que obteve somente uma tese de doutorado, a de Vera

Marcia Marques Santos (2011) em *Pontes que se estabelecem em educação sexual: um diálogo sobre a formação continuada e os saberes das práticas pedagógicas de professoras no Brasil e Portugal*. O objeto de estudo desta investigação foi a formação continuada de professoras educadoras sexuais e teve como objetivos: compreender o percurso formativo de professoras brasileiras e portuguesas no envolvimento com as temáticas sexualidade e educação sexual; analisar as concepções e os saberes docentes dessas professoras acerca das manifestações sexuais ou da sexualidade que acontecem nos segmentos educacionais em que atuam; compreender como as professoras têm feito suas intervenções pedagógicas frente às manifestações da sexualidade de crianças, adolescentes e adultos.

Outra classificação realizada foi amor romântico, cujo resultado foi de duas teses, sendo uma de Paula Pinhal de Carlos (2011) titulada *Sou para casar ou pego, mas não me apego: práticas afetivas e representações de jovens sobre amor e conjugalidade*. O trabalho de Carlos (2011) traz análises sobre um modelo de que o amor tem adquirido configurações mais fluidas e instáveis na contemporaneidade, o objetivo desse trabalho é o de estudar práticas afetivas de jovens brasileiros do sul do país, bem como investigar quais são suas representações sobre amor, sexualidade e conjugalidade. Ainda sobre o tema amor romântico, há o trabalho de Vergas Vitória Andrade da Silva, *Quão Romance é Minha Vida Amorosa! Namoro Virtual e Narrativas*. A pesquisa se propõe a estudar o fenômeno do namoro virtual por meio da observação do *Orkut*, rede social *on-line*. Para tanto, analisa os debates travados em fóruns e enquetes de uma de suas comunidades virtuais, chamada “Conheci meu amor pela internet”. Como ponto de partida, colocam-se as seguintes questões: “Em que se revestem tais debates?”; “O que subjaz às práticas que visam ‘interrogar’ os próprios namoros?”.

Ao término da classificação geral e análise das quatro teses, exercício que possibilitou uma visão panorâmica do universo de teses ligadas à temática dos arranjos familiares, não foram encontrados trabalhos acadêmicos ligados à educação e políticas públicas da educação voltadas à família no ano de 2011/2012.

1.4 As dissertações

Para classificação e análise das informações básicas de dissertações, foi preciso proceder de modo análogo ao realizado com as teses. Tomando por base o preenchimento do campo “pesquisa rápida” com o nome “família”, pelo BTC resumos, foram encontradas três dissertações de trabalhos realizados no ano de 2012 na área do Direito.

Começamos a leitura sequencial dos registros, aos quais foi atribuída uma numeração em ordem crescente. Para realizar a primeira análise, partimos dos registros de dissertações, nos quais buscamos identificar títulos, palavras-chave e conteúdos dos resumos; registros que se referiam ou faziam alguma referência direta ou indireta ao assunto monogamia, por se tratar do objeto de estudo.

Ao considerar o anúncio dos títulos, bem como as expressões das palavras-chave e, sobretudo, os resumos em relação ao assunto “monogamia”, classificamos os registros em diretamente relacionado e indiretamente relacionado ao assunto. Tal classificação foi importante para que pudéssemos mapear o assunto monogamia na produção científica da Capes em teses e dissertações.

Em sua dissertação, *Movimento de Resistência à Monogamia Compulsória: A Luta por Direitos Sexuais e Afetivos no Século XXI*, Mônica Araújo Barbosa (2012) analisa o discurso empreendido por um grupo que integra os movimentos de afirmação da multiplicidade sexual e afetiva. A autora estuda o caso da Rede Relações Livres, coletivo de resistência à monogamia compulsória, de Porto Alegre (RS/Brasil), por meio da genealogia, procedimento que analisa as relações de força que operam no meio social e disseminam focos de saber/poder, nos quais alguns discursos tornam-se hegemônicos, outros subalternos. Revela-se um coletivo em rede com uma postura política que articula ações estratégicas, solidárias e cognitivas na luta para ter sua expressão sexual e afetiva respeitada, em um contexto em que os direitos sexuais são ainda heteronormativos. Sua dificuldade de interlocução com outros movimentos sociais aponta para a necessidade de estratégias políticas desvinculadas das identidades na luta por direitos sexuais e afetivos.

A segunda delas, Carla Rodrigues de Santana (2012), tem o seu registro indiretamente relacionado ao assunto de monogamia em sua dissertação, *Os efeitos jurídicos da boa-fé subjetiva nas famílias simultâneas*, que trata de como o poder judiciário vem sendo acionado para decidir sobre casos reais envolvendo o fenômeno das famílias simultâneas, como o Recurso Extraordinário nº 397.762-8, julgado em 2008, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Aborda, ainda, a evolução histórica (jurisprudencial e legislativa) da união estável no Brasil, apontando elucidações sobre o direito comparado, analisando o tratamento legislativo dado pela França, Espanha, Portugal, Bolívia, Peru, Panamá, Cuba e Argentina. Menciona os aspectos gerais sobre a observância do princípio da monogamia e as implicações legais derivadas de sua violação e traz acórdãos que analisaram o fenômeno das famílias simultâneas.

A terceira delas, Milena Furghestti Machado (2012), ligada ao Direito, também tem o seu registro indiretamente relacionado ao assunto de monogamia. Sua dissertação, *A nova principiologia constitucional do Direito das famílias do clã primitivo à (Re)construção das relações familiares contemporâneas*, trata de uma nova principiologia constitucional para o direito das famílias, que perpassa: sua transformação sócio-jurídica; a cultura do clã primitivo às grandes e antigas civilizações, que desenvolveram as primeiras normas para as relações familiares; a influência do direito canônico e do feudalismo nos países europeus, dentre eles, Portugal, que aportou no Brasil e trouxe seus costumes, crenças e legislação para as famílias brasileiras.

De uma concepção familiar patriarcal, cristã, patrimonialista, monogâmica, numerosa, heterossexual e escravagista, ao longo dos séculos e de inúmeras modificações sociais e legais, a família chega ao estágio eudemonista, baseada na afetividade, solidariedade e isonomia entre seus membros. Para tal conquista, o fenômeno da Constitucionalização foi essencial na reestruturação familiar, originando novos princípios expressos e implícitos para o Direito das Famílias, dos quais foram abordados: os princípios da dignidade da pessoa, da liberdade, da igualdade entre cônjuges/companheiros, da igualdade na chefia familiar, da igualdade entre filhos, do melhor interesse do menor, da solidariedade familiar, da afetividade, do pluralismo familiar, da monogamia e da mínima intervenção do

Estado (MACHADO, 2012).

Quanto aos registros ligados ao casamento, verificou-se que a dissertação é a mesma da classificação de monogamia, o trabalho de Mônica Araújo Barbosa (2012). Há dois casos em que o assunto casamento é ligado à união estável: Ibrahim Fleury de Camargo Madeira Filho (2011), em *Conversão da União Estável em casamento* e Marcio Tadeu de Marchi (2011), em *A Formação da Família como Proteção da Cidadania: Conversão da União Estável em Casamento*, sendo as duas dissertações na área do Direito.

Sobre o conceito de casamento, deve ser contemplado o gênero, atendendo-se à ideia principal de quatro dissertações que indicam o objeto tratado e que visam a essa questão. Os trabalhos encontrados foram o de Diana Lucia Teixeira de Carvalho (2012), intitulado *A vulnerabilidade das mulheres no consumo dos ritos do casamento*, o de Maria Leticia Dias Ferreira (2012), *Na alegria e na tristeza: reflexões feministas sobre o casamento*, e o de Mariana Reis Barcellos (2012), *Metáforas do casamento: uma perspectiva cognicista sobre o discurso de homens e mulheres*.

Ao se referir à disputa do conceito “casamento”, duas teses foram encontradas, sendo estas de Ciências Humanas ligadas ao curso de Letras, a de Luciana da Silva Ribeiro (2012) com *A Palavra casamento em disputa pelo Brasil*, e a de Bruno Antonio Bimbi (2012) com *A disputa da palavra casamento e matrimônio*.

Considerando-se que falar de família passa pelo conceito de sexualidade, pesquisamos informações incluídas no BTC Resumos. As dissertações contribuem para fomentar o debate sobre o tema, bem como para auxiliar ações que resolvam a temática. A dissertação de mestrado ligada à sexualidade e monogamia é de autoria de Antonio Cerdeira Pilão (2012), que tem como título *Poliamor: um estudo sobre conjugalidade, identidade e gênero*. Outra relevante sobre o tema é de Tatiana Meirelles (2011), *Pegar, ficar, namorar — jovens mulheres e suas práticas afetivo-sexuais na contemporaneidade*.

Classificamos, também, a indicação de amor romântico nos registros, haja vista ser essa informação imprescindível para entender os arranjos familiares, sendo encontrada a dissertação de Ana Nascimento de Amorim (2012), *Relações customizadas: uma reflexão sobre o vínculo conjugal em condições pós-modernas*.

A pesquisa percebeu que, contrariando a ideia de que o casamento esteja em crise, concomitantemente, há uma maior propensão de rompimentos das relações, e um crescimento nos índices de casamentos e recasamentos, evidenciando que o indivíduo pós-moderno se mantém firme no propósito de se vincular, buscando estabelecer novos laços após uma separação. Considerou-se relevante compreender os fatores envolvidos na manutenção das relações conjugais, num cenário em que não há um modelo exclusivamente tradicional, mas formas diversificadas da experiência da conjugalidade (AMORIM, 2012).

Mediante essas informações, é preciso retomar a pesquisa e analisar os periódicos. Tal procedimento fará com que o objeto pesquisado e, segundo exame da estrutura dos resumos, possamos fazer uma análise comparativa a fim de percebermos os registros que se refiram diretamente ao tema ou façam alguma referência a ele.

1.5 Explorando a estrutura de resumos ligados à educação

Pelo fato de a categoria “família” estar ligada à sexualidade, fundamentamos o interesse de modo efetivo na busca de tal tema. Encontramos duas dissertações de mestrado, uma fala sobre as *Práticas de gênero e sexualidade*, de Thiago Augusto de Oliveira Conceição (2012) e a outra de Elaine Silva Cunha (2012), *Formação docente e relações de corpo, gênero e sexualidade*.

Ao empreender essa ação exploratória na estrutura dos resumos da área de educação, a fim de constatar o que é estudado sobre sexualidade e como é estudado, examinamos com cuidado o conteúdo de alguns resumos. Para tanto, observamos a clareza dos objetivos, as metodologias e os referenciais escolhidos.

Em relação à categoria “monogamia e gênero” não foi encontrado nenhum registro, assim como para o tema “monogamia e sexualidade”.

Uma apreciação sumária do quadro das teses e dissertações nos permite vislumbrar a importância de trazer a temática para educação. São itens importantes para análise de políticas públicas ligadas à família e à educação, aspectos que

possibilitam visualizar o caminho que outros pesquisadores enveredaram, os enfoques dados e objetos contemplados, além de obter informações sobre perspectivas teóricas e outras informações imprescindíveis.

Os apontamentos preliminares demonstram a dinâmica da produção de conhecimento sobre sexualidade, casamento, conjugalidade, amor romântico e políticas públicas na CAPES nos anos de 2011 e 2012. Primeiramente, apoiando-nos nas informações recolhidas nesse levantamento, vejo a necessidade de um olhar na revisão dos estudos sobre arranjos familiares. A preocupação com a estruturação de políticas públicas traz uma maior abordagem de teses e dissertações voltadas somente ao Direito.

Com as categorias “família”, “gênero” e “sexualidade”, três teses foram encontradas, a primeira, *Família, educação e vulnerabilidade social: o caso da Região Metropolitana de Campinas*, de Sergio Stoco (2011), discorre sobre o sistema de ensino brasileiro, que conquistou a universalização do Ensino Fundamental, mas carrega na sua organização e estrutura uma divisão que segrega as crianças oriundas das famílias mais pobres.

Nesse contexto, educar para quê? Partindo da perspectiva da família, tendo o domicílio como unidade de análise, o trabalho de Stoco (2011) irá recuperar os processos sociais por meio de uma abordagem materialista (capitais), que define os sentidos e as ações familiares na sua função educacional, sistematizados por referenciais teóricos heurísticos, que definem o grupo e o sentido social da família, suas motivações econômicas, seus processos simbólicos de legitimação e suas relações e interações. Tais atributos conceituais, teóricos e empíricos serão operacionalizados na forma de ativos disponíveis ou não, utilizáveis ou não pelas famílias pesquisadas, considerando sua posição social, seu lugar no espaço habitado e suas relações, configurando o espaço social como uma estrutura de oportunidades, estratificadas a partir do conceito de vulnerabilidade social.

A metodologia empregada foi desenvolvida na pesquisa *Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-demográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos*, que contou com o mapeamento das Zonas de Vulnerabilidade das regiões pesquisadas e com o levantamento de informações ao longo do segundo semestre de 2007, a partir de uma pesquisa domiciliar realizada

em 1680 lares escolhidas por amostra aleatória e especialmente desenhada para refletir a heterogeneidade espacial da Região Metropolitana de Campinas em termos do grau de vulnerabilidade das famílias.

A inovação na forma de estratificar o espaço e a população em situação de vulnerabilidade social é mais abrangente que as tradicionais medidas de pobreza, pois se refere à condição de não possuir ou não conseguir usar ativos materiais e imateriais que permitiriam ao indivíduo ou grupo social lidar com a situação de pobreza. Dessa forma, os lugares vulneráveis são aqueles nos quais os indivíduos ou grupos sociais enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a serviços e direitos básicos de cidadania, como condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho e de participação e acesso diferencial à informação e às oportunidades oferecidas de forma mais ampla àqueles que se encontram nessas condições.

Os primeiros resultados, apresentados na forma de capital físico/financeiro, capital cultural e capital social mostram, de um lado, uma região com infraestrutura bastante consolidada nas regiões mais antigas de ocupação, favorecida pela pujança econômica, pela dinâmica do emprego e renda e pela capacidade tecnológica, características dessa parte do estado de São Paulo, com avançado processo de universalização das políticas públicas de educação e saúde. Do outro lado, uma população segregada na sua condição de vulnerabilidade social absoluta, marcada tanto pelas péssimas condições de infraestrutura urbana, precariedade e instabilidade nas suas condições de emprego e renda, como na dificuldade de conquistar ativos vinculados à escolaridade, ao acesso a serviços (sejam eles públicos ou privados) e a efeitos simbólicos de pertencimento a regiões estigmatizadas. Essas diferenças são apresentadas no trabalho de modo a identificar um conjunto de variáveis (ativos) que determinam uma condição social, que acaba por orientar a forma e a posição que as famílias assumem nas suas escolhas educacionais.

A terceira tese, *Relações de gênero e de idade em discursos sobre sexualidade veiculados em livros didáticos brasileiros de Ciências Naturais*, de Maria Sílvia Ribeiro Fúlvia Rosemberg (2013), trata da apreensão das concepções de criança/infância no Brasil, que desenvolve pesquisas que analisam discursos

proferidos por adultos e destinados a crianças, adolescentes e adultos, cujo tema se refere à infância, em diversos veículos de comunicação. O trabalho de Rosenberg (2013) está centrado na busca de compreensão de eixos de desigualdade de gênero, raça e de idade e têm por interesse apreender as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder.

Concebemos gênero, sexualidade e infância como construções sociais, culturais e históricas. Entendemos que a escola é uma das principais instituições que compartilha com a família a socialização de crianças. Nossa perspectiva assume que livros didáticos participam da socialização de crianças e de adultos e adotam uma concepção de socialização.

Nesse estudo, foi localizada relações de gênero e de idade como característica estrutural e analisamos essas relações de poder a partir de discursos sobre sexualidade produzidos e veiculados em 11 livros didáticos brasileiros de Ciências Naturais, destinados a estudantes do Ensino Fundamental II, publicados entre 2000 e 2010, avaliados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático.

Esta pesquisa está amparada pelos estudos de gênero e os estudos sobre a infância. Os estudos de gênero têm contribuído para o questionamento de padrões sociais rígidos vigentes em nossa sociedade e se referem às interpretações dos saberes e das formas de organização social que constroem e produzem os conceitos de masculino e de feminino em cada conjuntura histórica particular.

Os pressupostos dos estudos sobre a infância, fundamentados na concepção de criança como sujeito de direitos, ator social ativo em seu processo de socialização e de infância como um grupo social permanente das sociedades. No campo metodológico, há a hermenêutica de profundidade, análise que confirmou a participação dos livros didáticos na normatização de gênero e de idade. De maneira geral, nos livros didáticos, gênero e idade assumem características similares àquelas dos documentos de políticas públicas. Confirmam-se, por meio da análise realizada, as assimetrias de idade, assim como as de gênero, de cor/etnia nos discursos apreendidos nos livros analisados. Isso se dá pelos elementos que estruturam o conteúdo (imagens e textos) e por meio da estratégia ideológica que universaliza, fragmenta, diferencia, racionaliza, eufemiza, dissimula, estigmatiza e historiza a

supremacia adulta, branca, heterossexual.

Mulheres à beira de um ataque de nervos: a sobrecarga de funções femininas uma questão de gênero, de Maria Stefanini De Macedo (2012), que realizou sua pesquisa em uma ONG localizada em uma cidade no centro-oeste do Estado de São Paulo, teve como objetivo compreender como foi construída a identidade feminina na família de origem por um grupo de mulheres e como elas vivenciam seu papel de mulher na família atual. Os objetivos específicos foram: refletir sobre os valores envolvidos na construção da identidade feminina; como as mulheres percebem a si mesmas.

O interesse pelo tema surgiu a partir das queixas de cansaço e de tensão enunciados por mães que iam buscar seus filhos na ONG após o trabalho no espaço público. Além das horas dedicadas ao trabalho remunerado, as mães iam, em seguida, para suas casas executar os afazeres domésticos.

Participaram da pesquisa quatro mães com filhos entre 5 a 10 anos de idade, alfabetizadas e assalariadas. A idade delas ficou num intervalo entre 22 a 42 anos. O método utilizado baseou-se na pesquisa qualitativa. A base epistemológica foi o construcionismo social, com seus pressupostos derivados das trocas conversacionais, em que os significados são construídos socialmente e a linguagem é entendida em seu caráter ativo, e considerada uma prática social, constituinte da realidade. Para atingir o objetivo foram usados como instrumentos entrevistas individuais e grupais, o que também possibilitou a criação de atividades em grupo, nomeados “História de Vida”, “Grupo Reflexivo” e “Grupo Focal”.

Apointa-se como resultados do cansaço a sobrecarga de trabalho, os salários insuficientes para manterem a família e atenderem os acontecimentos inesperados da vida. Trabalham em seus empregos durante 46 horas semanais, em media, e para os afazeres domésticos, cerca de 20 horas. Tais dados estão em conformidade com os levantamentos demográficos brasileiros. Ainda, constatou-se que seus parceiros dedicam momentos aleatórios para os afazeres domésticos. Elas aprenderam, em suas famílias de origem, as habilidades de donas de casa e o valor que se deve dar ao trabalho remunerado. Outro resultado apontado pela pesquisa consiste na falta de diálogo com sua família de origem sobre as questões de educação da sexualidade. Reconhecem que estão reproduzindo com os filhos e

filhas semelhante educação.

A investigação por meio da categoria “arranjos familiares” nos permitiu vislumbrar uma discussão oriunda das características de produção de teses e dissertações que apontam os avanços e os limites sobre o tema. O levantamento bibliográfico possibilita, além de uma análise da produção acadêmica que perpassa a temática, o encontro de uma direção, um norte para a escrita desta dissertação.

1.6 Referencial teórico

Analisando o levantamento bibliográfico, é difícil encontrar menções às políticas de educação e às formações familiares no ano de 2011/2012, o que se torna uma novidade também na educação, principalmente em um país como Brasil, onde o índice de divórcio se compara ao de casamentos anuais (BIROLI, 2010). Uma hipótese plausível é a de que essa ausência esteja diretamente ligada à dificuldade de que algumas políticas passem pelo privado, sendo logo o caminho para associá-las ao público. Birolí (2010) faz uma interessante abordagem sobre público e privado, quando identifica que é por meio do pensamento feminista que existe uma dualidade entre essas esferas.

Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens, contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias (BIROLI, 2010, p. 31).

É relevante, nesse sentido, destacar a relação trazida por Giddens (1997), que diz que as sociedades modernas possuem uma história na qual o emocional é visto como algo secreto, mas que, no entanto, há a busca que os homens fazem como forma de manterem separadas suas identidades públicas e sua sexualidade. Porém, o que é visto, quando esse “controle” falha, é que existe a possibilidade de transformações reais da intimidade, portanto, da relação público/privado.

Assim, apostando no papel fundamental dos livros didáticos, como produtores

de conhecimento na escola, é possível investigar justamente as regras e os padrões que regem a presença da temática dos arranjos familiares do PNLD 2015 nos livros de Sociologia.

Relacionar as perspectivas teóricas permitirá investigar como a história da família vai sendo construída e como ela alcança a política de educação do livro didático. Para montar uma análise, realizar-se-á um esforço em mesclar as contribuições de autores como Cassiano (2013) e Choppin (2004). Para isso, buscase nesses autores conceitos e categorias que estejam presentes na análise. A partir de Apple (1995, p. 82), vemos que:

As pressões econômicas e ideológicas sobre os textos são muito intensas. Embora o livro didático possa ser parcialmente libertador, uma vez que fornece o conhecimento necessário onde faz falta, frequentemente o texto se torna um aspecto dos sistemas de controle que discuti anteriormente.

Nesse sentido, o processo de disputa política, sobre os temas curriculares, é fortemente influenciado por variáveis externas ao processo de fabricação de livros didáticos. Questões de ordem econômica, por exemplo, impactam a escolha e a seleção dos temas. As editoras entram na disputa política com certas especificidades sociais que precisam ser estudadas para que se possa compreender as disputas pela escolha, entre as quais podem ser destacadas as referentes aos arranjos familiares no livro didático. A inserção do tema nessa estrutura de mercado editorial é particularmente importante para identificar sua condição de entrada no programa do livro didático.

É relevante, nesse sentido, destacar a relação trazida por Apple (1997, p. 102) entre conhecimento e a política:

O que se considera como conhecimento legítimo e como direito para determiná-lo envolve complexas políticas de controle simbólico do conhecimento público. Uma vez que é público, isto é, como é declarado 'conhecimento para todos', ele está sujeito a escrutínio pelos órgãos oficiais (e está sujeito aos controles e tendências de mercado). Na maioria dos países isto significa que algum nível do governo é encarregado oficialmente de criar uma tradição seletiva.

Sendo assim, entre outras coisas, queremos apontar: o papel do “capital cultural” (BOURDIEU, 2004); a forma com que o reducionismo econômico, que está

situado dentro de uma teia mais ampla das relações sociais e de mercado do capitalismo, está diretamente ligado ao PNLD 2015; como essa dinâmica é mediada pelas estruturas econômicas e sociais nos livros didáticos; qual é a conexão entre o produto cultural dos diferentes arranjos familiares, os livros didáticos e as relações sociais são trazidos e alcançam os alunos em sala de aula.

Realizaremos uma análise das perspectivas aqui trazidas, pois, como coloca Apple (1997, p. 82),

Pouca coisa é deixada para a decisão do(a) professor(a), à medida que o Estado controla cada vez mais os tipos de conhecimento que devem ser ensinados, os resultados e objetivos desse ensino e a maneira segundo a qual este deve ser conduzido.

Gimeno (*apud* CASSIANO, 2013) diz que as editoras são constituídas, ao mesmo tempo, por agentes culturais e empresários, mas a complexidade e a concentração do capital (financeiro) inclinam a balança para o lado do papel do empresário em detrimento ao do agente cultural. Segundo o autor, o objetivo principal das editoras é a sobrevivência, a qualidade educativa e cultural passa a ser secundária, como ocorre em qualquer negócio.

Giddens (1997, p. 10) considera que: “um mundo social em que a realização emocional substituísse a maximização do crescimento econômico seria muito diferente daquele que conhecemos hoje. As mudanças que atualmente afetam a sexualidade são, na verdade, revolucionárias e muito profundas”.

Outra importante consideração sobre o mercado editorial é encontrada no posicionamento de Apple (1995, p. 131) ao discorrer que “as políticas públicas de educação, as práticas curriculares, pedagógicas e avaliativas acarretaram historicamente importantes conexões com as pressões econômicas”.

Para demonstrar a importância de fatores externos na constituição de políticas, o autor faz uma análise do trabalho docente, as tendências históricas e as atuais a partir da compreensão de como os textos dos livros didáticos têm sido organizados (APPLE, 1995). O trabalho docente, os livros escolares e os movimentos sociais são partes importantes para que se possa compreender as bases políticas e culturais na educação e as relações entre conhecimento e poder. A partir de Foucault (2008), devemos considerar o saber-fazer como a necessidade de

entender a produção do saber e a quem ele serve. Assim:

Temos que antes que admitir que o poder produz saber (e não favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há uma relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 2008, p. 27).

[...] os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; a partir dela, valorizam-se as reivindicações morais do humanismo (FOUCAULT, 2008, p. 28-29).

Nesse sentido, é preciso estarmos atentos à análise do debate em torno da política do livro didático (PNLD) que inclua não apenas o tema sobre organizações familiares, mas também o conhecimento de quem tem mais validade (SPENCER, 1907), ou seja, sobre quais os grupos têm seu poder legitimado na escola (APPLE, 1995). Em relação ao contexto educacional brasileiro, a preocupação é a de que se atendam aos aspectos relacionados ao contexto sociocultural do aluno, que se intensificaram com a construção e apresentação dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Básico (BRASIL, 1998; 2000; 2002; 2006).

A efetiva instalação nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2000) nas Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002) e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) trazem a contextualização e a interdisciplinaridade como eixos integradores do Ensino Médio, com os quais se propõe maior significação. Além disso, propõe-se que o programa de Ciências Humanas para os livros didáticos possuam Temas Estruturadores e de Unidades Temáticas (BRASIL, 2002, s/p.). Onde se lê:

Nas Ciências Humanas, a problemática da identidade, por exemplo, é

objeto de estudo da Psicologia, da Sociologia, da Filosofia e da História. A identidade estará presente na afirmação e na autoestima do jovem estudante, no estudo antropológico das organizações familiares, das culturas alimentares, musicais ou religiosas, nas questões de identidade nacional diante da globalização cultural.

Para Apple (1997), a escola e o Estado estão lutando para manter suas posições ou aumentar seu poder. Esses serão pontos cruciais na análise do PNLD e dos documentos oficiais sobre gênero e sexualidade na tentativa de compreender o tema, “arranjos familiares” nos livros didáticos.

Entender o modelo de sociedade, no qual o significado de poder pressiona as editoras de livro didático, as políticas educacionais, o Estado e os professores, traz um olhar contestador dos interesses ideológicos que estão nesses manuais. As imposições não ocorrem sem lutas. A chave para estabelecer a hegemonia está com o grupo que consegue estabelecer os parâmetros dos termos que serão incluídos ou excluídos, nesses livros.

A persistência de um modelo familiar no qual cabem às mulheres as responsabilidades domésticas traz a necessidade de uma constante articulação entre quais são os papéis familiares, o estudo de gênero/sexualidade na escola e outros fatores que se inter-relacionam também com a condição econômica da família, em que há um direcionamento das jovens mulheres em cada etapa familiar para as atividades domésticas.

Usando esse exemplo, procuramos explicitar a preocupação com um recorte específico de estudo sobre as relações gênero e sexualidade, articulando autores como Durham (1983) e Foucault (2004), e a importância de exercitamos esse grande tema dos cruzamentos entre gênero, sexualidade e práticas pedagógicas. Desse modo, os jovens do Ensino Médio passam a ser o foco de atenção, sendo observados fatores como as formas de esses meninos e essas meninas se relacionarem com o tempo e a história, com as memórias que têm de si mesmos. E, ainda, há o questionamento sobre como os livros didáticos constroem uma suposta família, como nomeiam e como cercam os jovens de propostas de normalização desse modelo.

Ao estudar sexualidade e gênero, sempre estamos de alguma forma tratando da moral e saberes históricos imersos em relações de poder, produtores de subjetividades. Assim, é preciso analisar as transformações culturais e sociais

referidas anteriormente, e que apontam para necessários rearranjos curriculares e para as políticas educacionais.

Há que se considerar, ainda, que a inexistência de trabalhos sobre arranjos familiares na educação possa exercer influência no PNLD, influências estas sobre as questões de gênero e sexualidade presentes no livro didático. Embora seja perceptível que a forma de apresentação de arranjos familiares seja bem mais moderada na sociedade, até que ponto os professores no uso dos livros didáticos se dedicam a trazer sua relevância para sala de aula quando se fala em “organizações familiares”? Nesse sentido, os planos cultural e discursivo vão sendo atualizados, transformado e produzido, e a própria experiência do aluno/professor com suas vivências familiares e escolares podem transformar certos conceitos.

Destacamos, assim, o conceito de “destraditionalização” (GIDDENS, 1996) que envolve uma mudança na crença de uma ordem natural e que estabelece as coisas por sujeitos que exercem autoridade de maneira reflexiva.

Uma expansão da reflexividade institucional é uma característica distintiva das sociedades modernas no passado relativamente recente. [...] A contínua incorporação reflexiva do conhecimento não apenas se introduz na brecha, ela proporciona precisamente um ímpeto básico às mudanças que ocorrem nos contextos pessoais, e também globais da ação. Na área do discurso sexual, os textos que informam, analisam e comentam a sexualidade, na prática, são de muito mais longo alcance em seus efeitos do que aqueles, que recomendam a busca pelo prazer sexual (GIDDENS, 1996, p. 39).

É interessante observar o campo científico para compreender as diferenças entre as formas de casamento e família. Para tanto, são trazidos alguns argumentos de autores do século XIX e início do século XX. O casamento e a família nesse período são originados de um estado no qual não existiam normas de regulação das relações sexuais e grupos familiares (MORGAN, 1871; ENGELS, 2006).

A compreensão das sociedades antigas — nas quais a posição da mulher era vista como inferior a do homem —, por serem adeptas à monogamia, tem sua relevância, haja vista as semelhanças nos dias atuais de regime de exclusividade em pares. A analogia da prática desse regime também se faz necessária para que se possa nomear as diferenças numa sociedade pós-moderna.

O casamento burguês atingiu sua maturidade na Europa vitoriana (LESSA,

1999), sendo nesse período que a família burguesa exibe todas as características da família monogâmica. Lessa (1999) afirma que o desenvolvimento das formas produtivas na sociedade industrial e capitalista requer a existência do controle e a manipulação do mercado consumidor, que passa a ser um meio importante para que isso ocorra.

Rubin (*apud* GIDDENS, 1996), em um estudo sobre as mudanças ocorridas com pessoas heterossexuais de 18 a 48 anos nos EUA, revela mudanças nas relações entre homens e mulheres. A principal mudança ocorre no envolvimento da atividade sexual por parte das garotas antes do casamento, o que não ocorria, por exemplo, com as pesquisadas com mais de quarenta anos. O que podemos concluir é que há transformações contínuas nas sociedades ocidentais e em algumas extensões em outras partes do mundo que devem ser trazidas para o processo educativo.

Mesmo com alguns avanços, ainda há uma resistência que determina qual o cenário afetará a sua importância. Para Foucault (1984), a sexualidade é algo social que é operado dentro do campo do poder, e não algo biológico que encontra ou não uma liberação direta.

A multiplicidade que existe no plano das conjugalidades é o ponto de partida para que possamos evidenciar o movimento que a sexualidade promove (inclusive nas estruturas sociais). A sexualidade é o ponto certo de controle social, pois evidencia as correlações de força, sendo interessante procurar compreender os efeitos desse esquema de correlações, entendendo quais as propriedades estruturais as organizam, tanto sobre o aluno quanto sobre o ambiente escolar imediato no qual atuam.

A decisão pela pesquisa empírica sobre os arranjos familiares reflete a preocupação por aquilo que dinamicamente está sendo “vivido” no plano identificatório e cultural. Compreender uma parte da conjuntura de nossa sociedade — sobretudo a dialogicidade e a tentativa de significação e legitimação via política e livros didáticos — dos confrontos produzidos por esses “novos” arranjos servirá para vermos os impactos que esses veículos impõem à instituição escolar, principalmente como organização identificatória, tanto de gênero como de sexualidade.

Acreditamos que o campo dos arranjos familiares seja, de fato, um campo de

correlações de força, em que se produzem efeitos de dominação. Nesse sentido, durante bastante tempo, a dominação masculina, a dominação da heterossexualidade e a relação binária homem/mulher apontaram para a preponderância do sexo masculino e a suposta adequação do par heterossexual idealizado a valores familiares e a suposta “fidelidade” como norma social para que se estabelecesse uma “tradição”.

A heterogeneidade e o pluralismo, cultural ou subjetivo, nos quais se convive com diversos papéis sexuais, não contribui em norma. O mercado cultural e editorial vem sendo pressionado por propostas que visem combater o preconceito. A ideia a ser desenvolvida aponta, sim, para a existência de um novo contexto de uma identidade sexuada e discreta que, segundo Foucault (1984), é uma sociedade que fala sobre sexo muito mais que as anteriores, porém mascara uma verdade sobre a existência de outros “modelos” sexuais.

Quando algo se torna um “modelo”, é envolvido sempre um processo de construção. Se quisermos compreender como este alcança o livro didático e qual aparência se tem nele, não podemos ignorar a historicidade dos arranjos conjugais. A história teima em não só ficar no passado, especialmente quando ela chega até o Estado por meio de uma política como PNLD e num tempo de conservadorismo. Essa constatação torna-se mais forte quando, no próximo capítulo, nos voltarmos para a historicidade dos arranjos conjugais que demonstram a marginalização de outros modelos de família existentes.

Começemos com a história mais ampla, com a reconstrução conservadora de modelos de família e como estes alcançam tal conceituação.

CAPÍTULO 2

ARRANJOS FAMILIARES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Embora tenhamos apresentado um quadro de como está sendo abordado o tema dos arranjos conjugais no contexto educacional, com as teses e as dissertações publicadas na CAPES, seria enganoso supor que somente essa representatividade daria conta da variedade de possibilidades de representação sobre família. A possibilidade de representação nos livros didáticos, sobre arranjos familiares, é trazida por padrões políticos e sociais capazes de influenciar diretamente ou indiretamente os textos dos manuais didáticos.

Desse modo, admitindo que a construção histórica é fundamental para a abordagem dos arranjos conjugais, este capítulo relaciona as condições políticas e tradicionais de configurações conjugais, a fim de evidenciar categorias de análises para compreendê-las nos livros analisados.

Portanto, este capítulo pretende acompanhar como se deram as transformações sobre família e os debates teóricos que a definem e que estão frequentemente alicerçados, numa tentativa de compreender, por meio da historicidade, das tensões e dos conflitos existentes que a alcançam. Isso requer que situemos a história do casamento, os laços presentes entre gênero, sexualidade e conjugalidades, e como essas categorias estão presentes nas práticas pedagógicas.

O capítulo é aberto e narra histórias aparentemente simples, porém, são elas que exemplificam a diversidade dos arranjos conjugais e enfatizam as transformações ocorridas na sociedade.

2.1 A história do casamento

Cena I – Meio urbano, cenário doméstico, três atores de classe média. O homem de 36 anos chega a casa após um dia de trabalho e não consegue sequer trocar a roupa; liga o micro-ondas, coloca a mamadeira para esquentar enquanto espera sua esposa e sua filha. A esposa todos os dias busca a filha do casal na creche. Sua esposa tem um escritório próximo à escola da filha. Recolhe a roupa do varal, passa aspirador no apartamento e senta no sofá para assistir um pouco de televisão enquanto espera as duas.

Cena II – Meio urbano, cenário urbano dois atores de classe popular, zona norte de São Paulo. A mulher acaba de sair do trabalho e entra no supermercado para fazer compras, em seguida dirige-se ao ponto de ônibus. Ônibus lotado. Chega em casa; sempre a mesma rotina: louça, varre a casa, tarefa de casa das crianças, faz comida, passa roupa para outro dia etc. Seu companheiro chega um minuto depois dela. Procurou emprego o dia todo. Deita no sofá para assistir televisão e esperar a janta ficar pronta. Logo depois de terminada a janta vai até o bar encontrar com seus amigos para beber e jogar sinuca. Um ambiente dominado por homens.

Cena III – Meio rural, próximo da capital do Rio de Janeiro, interior de uma casa, dois homens tentam dar comida a uma criança. Eles não param de insistir que a criança coma. Um se levanta e vai até a cozinha para fazer suco de laranja. O outro permanece junto à criança contando histórias. Levanta-se e com a criança no colo liga a TV. O suco fica pronto. Os dois limpam a sujeira deixada na mesa de jantar. Enquanto um se volta para lavar a louça o outro coloca a criança para dormir. O dia já está quase acabando.

Para discutir o tema dos diferentes arranjos familiares, parte-se de cenas que poderiam ser vistas em muitos lugares, com atores e situações parecidas com as descritas acima, multiplicadas ao infinito. Em cada uma delas está a constatação

de uma profunda mudança nas relações de gênero, em práticas cotidianas dentro ou fora do espaço privado.

Em estudos, nos últimos anos, algumas evidências dessas alterações apontam a existência de novos modos de viver a intimidade em relação às experiências políticas, às práticas sociais, à centralidade do corpo e da sexualidade na cultura.

Se observarmos bem, em cada tópico levantado anteriormente há um processo de destradicionalização (manutenção da tradição, retradicionalização e construção de novas tradições) nas estruturas familiares no Brasil. Por certo, a família brasileira está passando por mudanças, deixando de se organizar unicamente ao redor de modelos tradicionais conjugais, ou seja, aquele modelo nuclear heterossexual e patriarcal hierárquico.

Morgan (1987) e Engels (1982) afirmam que, desde os clássicos, a história da família está sendo contada. Engels destaca:

Há três formas principais de matrimônio que correspondem aproximadamente aos três estágios fundamentais da evolução humana. Ao estado selvagem corresponde o matrimônio por grupos, à barbárie, o matrimônio sindiásmico, e à civilização corresponde a monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição (ENGELS, 1982, p. 81).

Porém, o que vemos é que desde sempre a dimensão de família possui uma multiplicidade de formas e sentidos. Como bem lembra o estudioso Durham (1983), ao lado de variados conhecimentos positivos, produziu-se uma imprecisão da noção do que seja família. Por muito tempo a interpretação de família brasileira dava-se como um modelo de “família burguesa” construído pelas feministas europeias.

Ora, não podemos ficar apenas nessa afirmação tão ampla do que seja família. É preciso ir além e, com apoio de Durham (1983, p. 32), destacamos o conceito de família como sendo “grupos sociais, estruturados através de afinidades, descendência e consanguinidade que se constituem como unidade de reprodução humana”. No dicionário, a palavra é definida como um conjunto de pai, mãe e filhos, pessoas do mesmo sangue, descendência, linhagem.

Prado (1985), em seu livro, afirma que todos nós sabemos o que é uma família. Porém, é difícil conceituar a palavra ou mesmo defini-la, pois cada pessoa tem um referencial de família que vivencia ou vivenciou ao longo da vida. “É uma

entidade por assim dizer óbvia para todos. No entanto, para qualquer pessoa é difícil definir esta palavra e mais exatamente o conceito que a engloba, que vai além das definições livrescas” (PRADO, 1985, p. 9).

O autor ainda destaca que, apesar de toda crise e evolução no modelo familiar, há até hoje uma grande capacidade de sobrevivência, e por que não dizer de adaptação, uma vez que ela subsiste de múltiplas formas (PRADO, 1985).

Ariès (1973) traz a historicidade do termo e define que a família antiga tinha uma missão sobre a conservação dos bens, a prática de um ofício e a ajuda mútua entre homem e mulher, de modo que estes não poderiam sobreviver isoladamente.

O autor descreve mudanças significativas que ocorreram a partir do século XVI no processo de nuclearização da família juntamente da individualização de seus membros. Nessa época, surge a privacidade, alterando significativamente os espaços de morar, havendo, assim, a diluição das famílias conjugais. Porém, somente na Idade Moderna (século XIX), a família conjugal se consolida com uma marca de individualismo agrupada no domínio das relações de trabalho (ARIÈS, 1973).

Não cabe aqui fazer uma revisão sobre o desenvolvimento da estrutura familiar ao longo da história como outros pesquisadores já fizeram e cumpriram muito bem seu papel, Ariès (1973) ou Freyre (1957; 1969), mas é fundamental que se tenha em mente que a família brasileira se estruturou e se configurou como “família patriarcal” constituída pelo patriarca, sua esposa, concubina(s), filhos e vasta rede de parentesco e agregados; um regime de poder mantido por laços de sangue e compadrio (MATOS, 2000).

Entretanto, o caráter dominante dessa estrutura foi o produtor de uma forma social marcante no Brasil, como bem destaca Matos (2000), o familismo, que consiste no entrelaçamento da família, da vida econômica e política, ainda presente no Brasil.

Lévi-Strauss (*apud* DA MATTA, 1975), antropólogo, professor e filósofo francês, sugerindo que ao falar em sistemas de família historicamente estamos na verdade falando sobre o sistema de casamento. Talvez, no limite, se trate de família como algo fundada na ideologia como célula individual básica do sistema, por isso a relação com o casamento.

É preciso levantar a necessidade de um movimento incessante do pensamento no estudo das complexas relações que se podem fazer entre família e a sociedade brasileira. Em primeiro lugar, não podemos perder de vista que, a tipologia do caráter nacional representa somente a cultura dominante, excluindo, dessa maneira, a variedade de experiências familiares entre os grupos sociais.

Outro apagamento comum é a homogenização para todo o país, ignorando, dessa forma, quaisquer diferenças, como se outros lugares, como o Nordeste ou a parte rural de uma cidade, praticamente fossem esquecidos das suas especificidades regionais, históricas e locais. Há variados tipos de família, embora a mais conhecida e valorizada de nossos dias seja a família nuclear composta de pai, mãe e filhos.

Faria (1998) valendo-se de uma documentação vasta que vai desde inventários e testamentos, registros paroquiais, mapas agrários e populacionais no Rio de Janeiro, precisamente na região Norte-Fluminense, em Campos Goytacazes, fez uma pesquisa com foco no século XVIII, no período em que a região transitou entre a pecuária, a cultura de alimentos e as atividades voltadas ao mercado interno para a exportação da cana-de-açúcar.

Essa região torna-se um polo atrativo para pessoas de diferentes origens e com níveis de fortunas variados, que buscam a expansão agrícola como fonte de enriquecimento e constituição de família.

Diante disso, o patriarcalismo, enquanto esfera de poder e de dominação, produz a família extensa, a parentela e os casamentos. As especificidades das áreas urbanas nas cidades como São Paulo e Minas Gerais são semelhantes às das áreas rurais: a onipresença da família extensa, fundamental como estratégia econômica e de poder; o grande número de filhos legítimos provenientes de casamentos lícitos; e a avultada cifra de pedidos de dispensa de impedimentos matrimoniais (FARIA, 1998).

Assim, o casamento é visto como importante para a constituição da família, sendo um meio para propiciar à sobrevivência nas zonas agrícolas, bem como a respeitabilidade de seus membros. Dessa forma, as migrações existentes para as áreas em expansão visavam à ascensão econômico-social, sendo a família o primeiro fundamento. É o movimento em busca de estabilidade (FARIA, 1998).

Com a utopia da ascensão há os “andarilhos da sobrevivência”, pobres que andam pelos sertões fugindo do “estigma” da escravidão recente e buscando condições para sobreviver. Com isso partem para as cidades, mas, sobretudo, para as áreas agrícolas em expansão, a fim de se estabelecerem em terras não apropriadas legalmente. Percebe-se, com isso, um elevado número de casamentos e recasamentos pelos quais a importância da família é atestada, principalmente por serem os filhos mão de obra barata para unidade doméstica (FARIA, 1998).

Por outro lado, os filhos das classes abastadas migravam, também, a fim de, por meio do casamento, reaverem parte da fortuna perdida. O branco, membro da família prestigiada é o mais beneficiado com ao matrimônio, pois buscava novos prestígios por meio de novo enlace. O movimento migratório para os grandes proprietários e seus filhos foi a busca da estabilidade mediante “bons” e lucrativos casamentos que eram, portanto, uma tentativa de preservar e ampliar o modelo de dominação senhoril (FARIA, 1998).

Já em relação aos escravos, a autora revela a construção de relações sociais no interior do próprio grupo, uma adequação quanto aos relacionamentos. Os escravos valeram-se do casamento cristão para serem reconhecidos socialmente, a internalização desse modelo interessava aos senhores pela diminuição das fugas e dos custos com a alimentação. Os senhores queriam dificultar as fugas dos escravos, adequá-los ao cativeiro e, principalmente, ao trabalho, tornando-os, portanto, dóceis (FARIA, 1998).

O que se percebe é um movimento para estabilização da família como modelo. A revelação das entranhas da sociedade colonial: a internalização do modelo dos senhores pelos demais segmentos sociais; o modelo de família extensa; a parentela; o patriarcalismo; o *status* como prestígio social na hierarquia. É esse modelo núcleo do poder vigente, que as classes privilegiadas preservam, ampliam e monopolizam.

O papel central da igreja nesta sociedade foi o de garantir a conexão entre os vários elementos que comporiam a formação social. A igreja era detentora de grande parte das terras essencialmente agrária, controlava as manifestações íntimas da vida dos indivíduos, a vida sexual no casamento por meio da confissão, o tempo no calendário, o conhecimento, com o controle das artes, as festas, o pensamento

“científico”, a própria vida e a morte com o batismo (somente poderiam ser enterrados no solo sagrado do cemitério os batizados) (FRANCO, 2001).

Como produtora de ideologia, impôs o casamento como forma de controle. A igreja aos poucos foi cristalizando uma única forma de constituição de família. Mesmo o nascimento dos filhos ilegítimos deviam ser pensados conforme a realidade concreta, por isso, tornam-se “não vistos” nas famílias patriarcais (FRANCO, 2001).

Eis o modelo que é trazido desde criança nos livros escolares, nos filmes, nas novelas e nas propagandas. Observe os *outdoors* das cidades e em quase todos os modelos familiares, para venda de um produto, existe um pai, uma mãe e os filhos como forma única familiar. Amplia-se essa discussão para o modelo heterossexual, homem branco e classe média como campanha de identificação para grupos delimitados com objetivos definidos.

Distinguir família, parentela e grupo doméstico especifica melhor as questões relativas à organização da vida familiar nas classes dominantes e ressalta a importância dada ao vínculo conjugal “legal” como fundamento dessa organização (DURHAM, 1983).

Em função disso, constata-se que: “o parentesco diz respeito ao modo mais amplo de ordenação das relações de afinidade, descendência e consanguinidade que regula as relações entre família e determina as formas de herança e sucessão” (DURHAM, 1983, p. 32). Lévi-Strauss, (*apud* DA MATTA, 1975) amplia essa definição quando afirma que parentesco não se reduz a fenômenos fixos ligados às formas de família, ou seja, fundada na ideologia do “sangue”, pelo contrário, as relações de parentesco podem e devem ser vistas como um sistema, sem a necessidade do imperialismo dos traços genéticos e de propriedade.

Quanto ao conceito de grupo doméstico, embora raramente sujeitos a uma definição formal, podemos destacar a definição de Yanagisako (1979), que distingue grupo doméstico não apenas ligado ao critério residencial, mas também ao conjunto de atividades partilhadas num espaço comum: “*although the primary referent of the term household is spatial propinquity, in actual usage more is usually meant. Generally the term refers to a set of individuals who share not a living space but also some set of activities*” (YANAGISAKO, 1979, p. 164).

Segundo a autora, as atividades domésticas relacionadas, principalmente com a produção e consumo de alimentos, a reprodução sexual e os cuidados com os filhos, são constituintes para as especificidades do grupo doméstico. Para ela, questionar quais atividades são centrais numa determinada sociedade leva à compreensão dos laços de residência ou de outro tipo capaz de ligar as pessoas entre si (YANAGISAKO, 1979). Em linhas gerais, o grupo doméstico constitui, deste modo, uma unidade de descrição e análise privilegiada que possibilita a nível micro os principais fatores de mudanças.

A ideia geral de família, parentesco e grupo doméstico influi profundamente na concepção da divisão sexual do trabalho. O consenso sobre a autoridade paterna e a posição da mulher revela a imagem da esposa submissa e destituída de iniciativa ou da energética mãe de família responsável pela organização familiar na sociedade patriarcal.

Talvez, essa rigidez da divisão sexual do trabalho citada acima seja a causa do modelo que temos das formas de organização familiar. Durham (1983) enfatiza que grande parte das questões referentes ao modelo de família e à prática da vida familiar nas camadas dominantes no Brasil tradicional gira em torno da questão do vínculo conjugal, assim como da existência de formas alternativas conjugais em outras camadas sociais.

2.2 Um laço entre gênero, sexualidade e conjugalidades

O enfoque volta-se, nesta contextualização teórica, aos dilemas normativos/morais associados ao tradicionalismo de gênero. Para mensurar as relações das dimensões de gênero é preciso entendê-lo como um campo estruturado e estruturante, uma construção social e política que determina relações entre homens e mulheres (MATOS, 2008). O exemplo desse formato é o próprio patriarcado, que assenta suas bases na relação binária homem e mulher, e no qual o homem é o dominador e a mulher subalternizada.

Os principais antecedentes de gênero não são difíceis de identificar. De modo

geral, podemos dizer que eles têm uma quádrupla origem: no que se refere à participação das mulheres na história; as referências na gramática; nas teorias biológicas da evolução; e os movimentos sociais e políticos (SCOTT, 1995). Dessas fontes, a participação das mulheres e as teorias biológicas da evolução foram particularmente importantes de início.

A participação das mulheres como historiadoras feministas não influenciou a teoria de gênero no que tange aos quadros de referências tradicionais, mas na estabilidade das relações sociais de gênero que passam nos espaços de poder entre a esfera privada e a pública, ou seja, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

No ensaio *O Tráfico de Mulheres*, mais precisamente no capítulo sobre a “economia política do sexo”, de Gayle Rubin (1975), a autora afirma que a literatura sobre as mulheres — feminista e antifeminista —, é uma longa ruminação sobre a questão da opressão e subordinação social por elas sofridas.

Nas teorias biológicas da evolução na maioria das sociedades, a conduta sexual e a conduta dos gêneros estão, até certo ponto, ligadas (DELAMATER, 1987). Os conhecimentos produzidos nessas teorias ancoram nos pressupostos de naturalização, vistos como elementos predeterminados e fixados pela biologia. Entretanto, essa vertente hegemônica tem um contraponto em outras linhas de pensamento, refazem-se problematizando essa naturalidade do gênero e da sexualidade por meio da argumentação, que, na realidade, são de categorias socialmente construídas.

A questão não é insignificante ao olharmos para o futuro, porém, a análise das causas da opressão das mulheres precisa estar na mudança da base de qualquer determinação do que precisamente teria que ser modificado para se alcançar uma sociedade sem hierarquia de gênero.

Do ponto de vista social, precisamos compreender esse “elemento histórico e moral” que determina que uma “esposa” ou mulher é quem deve realizar as tarefas domésticas. Esse elemento histórico está contido ou resumido, como Rubin (1993) mesmo afirma, no domínio do sexo, da sexualidade e da opressão sexual.

O domínio do sexo, do gênero e da procriação humana tem sido sujeito a uma contínua e milenar atividade social que o transformou. Sexo como

conhecemos — identidade de gênero, desejos e fantasias sexuais, conceitos de infância — é, em si mesmo produto social (RUBIN, 1993, p. 5).

Nesse sentido, Rubin (1993) elabora um conceito que denominou sistema sexo/gênero. Seria, então, um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana. A autora afirma que qualquer sociedade possui mecanismos para lidar com o gênero, os bebês e o sexo. Os sistemas podem ser igualitários, ou seja, mesmo na teoria “estratificado conforme o gênero”, as relações sociais que organizam a noção de sistema de sexo/ gênero possuem um domínio preciso, indicador da opressão que é inevitável nesse domínio e que é produto da construção social específica que o organiza.

Após examinados os debates sobre gênero podemos destacar quatro formas das relações históricas na chamada consciência do alargamento dos nossos estereótipos de gênero. A primeira delas se dá a partir do pensamento feminista e a influência sobre as agências de fomentação de políticas e organismos das Nações Unidas, que correspondem à oportunidade de impulsionar a discussão sobre a situação das mulheres e sua organização como sujeito político. O debate feminista confrontou os dados a partir das seguintes perspectivas: trabalhar gênero só com mulheres; ou com homens e mulheres (GOUVEIA, 2001). Entretanto, dentro do pensamento feminista, há diferentes modos de compreender as relações de gênero sem, todavia, diminuir os avanços existentes por parte dele.

A segunda forma das relações históricas pode ser facilmente observada nos governos executivos e nas casas legislativas em relação às políticas públicas. O fato de haver essas conquistas parece estar em contradição, até o presente momento, com a estrutura social que se limita ao binômio homem/mulher como única forma de estruturação de gênero.

Surgem ações e formulações reconhecidas sobre as formas de discriminação e preconceitos de gênero ainda na sociedade. Trabalhando com a elaboração de Scott (1985) sobre gênero como elemento constitutivo, das relações sociais, que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos, entende-se que as relações de gênero são relações de poder, predominando na sociedade as diferenças hierarquizadas entre os sexos, favorecendo o masculino.

A terceira forma seria no âmbito da saúde, o reconhecimento de questões de reprodução humana e sexuais como questões públicas, ou seja, que precisam ser tratadas por políticas públicas. Na medida em que ocorre uma valorização maior dos homens em detrimento às mulheres, principalmente pelo uso do discurso religioso, há consequências práticas em prejuízo delas. Passa-se a dar enfoques mais específicos aos dilemas morais que, com grande frequência estão associados às dimensões do conservadorismo e do tradicionalismo de gênero (MATOS, 2000).

A quarta forma são as convenções religiosas. As mulheres são vistas somente para procriação e ao homem cabe a submissão do controle sobre o corpo e a sua sexualidade.

É necessário ainda abandonar generalizações que ignoram tempos e lugares específicos, grupos sociais, quando, enfim, discutimos as questões de gênero. Assim, ao estabelecer um debate entre conjugalidades, gênero e livros didáticos, torna-se fundamental delimitar de quais livros estamos falando, quais conceitos sobre gênero e sexualidade são abordados e considerados ao falar ou não sobre arranjos conjugais. Em outras palavras, torna-se cada vez mais urgente discutir, nos livros de Sociologia, como é pensado o embate entre gênero e novas conjugalidades.

Na pesquisa *Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos*, Bruschini (2007), para citar um exemplo de como se poderia visualizar o debate aqui proposto, discorre sobre o panorama das mulheres na família. Com base em estatísticas oficiais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Educação, o texto destaca algumas das principais tendências da inserção laboral das brasileiras, que é marcada por progressos e atrasos.

A hipótese é de que a permanência da responsabilidade feminina nos afazeres domésticos e cuidados com os filhos constitui a continuidade de modelos tradicionais. Em relação ao perfil das trabalhadoras, se de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães — revelando uma nova identidade feminina: voltada tanto para o trabalho quanto para família —, do outro, entretanto, ainda permanecem para elas um conjunto de responsabilidades, como as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, o que indica a continuidade de modelos tradicionais no qual as mulheres trabalhadoras são sobrecarregadas com uma “dupla” jornada.

Essa recorrência ainda é encontrada nas mulheres jovens que se tornam mães, mas que se veem às voltas de um “passado” recente, cujas marcas estão voltadas para continuidade de modelos familiares tradicionais, jamais desvinculados de práticas que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos. Elas não se reduzem a isso, já que são marcas plenas de memória ativa.

O tema do trabalho doméstico também oferece campo para o aparecimento de algumas nuances. Entre os heterossexuais há acordo entre homens e mulheres que na prática cabe a estas últimas a maior parcela da administração doméstica. No par gay presencia-se uma clara e verbalizada preocupação de busca de simetria na distribuição de tarefas. O empenho em equilibrar a contribuição dos parceiros, que nos depoimentos emerge com vigor, assinala uma disposição de extirpar qualquer signo de feminilidade que as atribuições domésticas possam reter como conformadora da dinâmica conjugal. No par de mulheres esse tema não apresenta relevo: não demanda a mesma atenção justamente porque se encontra naturalizado pela ideologia de gênero mais abrangente (HEILBORN, 1992, p. 19).

Um questionamento é possível fazer sobre o porquê da simetria existente entre os pares homossexuais não prevalecerem na estruturação da parceria heterossexual. Haveria no casal heterossexual algo naturalizado e silenciado sobre o resguardo que o gênero assume na sexualidade.

Desse modo, a imagem é do feminino como portadora dos afetos e, por isso, “guardiã” da vida a dois, da casa, dos afazeres domésticos, dos filhos. Esse fenômeno é definido como uma dinâmica da sociedade brasileira que se restringe a uma estrutura tradicional, prevalecendo a representação hierarquizada de lugares e posições para o sexo, para os brancos e negros, pobres e ricos; com ênfase no valor da família, na noção de honra, com rígida demarcação de papéis de gênero e da conduta feminina (HEILBORN, 1992).

Para Heilborn (1992, p. 11), a conjugalidade deve ser vista não advinda de um fato jurídico, mas “sim o que expressa uma relação social que condensa um ‘estilo de vida’, fundado numa dependência mútua e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico, considerando-se que a coabitação não é regra necessária”.

Para os entrevistados da pesquisadora, classe média provenientes da zona sul do Rio de Janeiro, heterossexuais, homossexuais masculinos e femininos, a

conjugalidade, em seus múltiplos arranjos, é vista como um contrato permeado por obrigações, muitas delas conflitantes com valores de autonomia e liberdade, conceitos norteadores das relações modernas.

Essa amostra nos traz algo revelador, nas camadas médias intelectualizadas os casamentos não são vistos “para sempre”, mas a conjugalidade, sim. Ela é vista como um caminho natural que sinaliza o “sucesso da vida” e até mesmo para saúde mental da pessoa que vive em par. A formação de um par é algo que é desejado pela necessidade imperativa de se construir parcerias amorosas tão marcadas por regras e limitações. O que salta imediatamente na descrição da autora sobre a conjugalidade dos entrevistados é algo no mínimo curioso, apesar de possuírem um discurso “libertário”, acabaram circunscrevendo relações “tradicionais”. O que é apontado com um refluxo conservador.

A conjugalidade igualitária trazida pelos valores que são encarnados — simetria doméstica e ênfase no cuidado da relação — adquire sentido pela aproximação da feminilização da relação, “acaba por tornar-se uma espécie de instituição feminina” (HEILBORN, 1992, p. 24) no casal constituído.

2.3. As categorias de gênero, sexualidade e conjugalidades nas práticas pedagógicas

A persistência de um modelo familiar no qual cabem às mulheres as responsabilidades domésticas traz a necessidade de uma constante articulação entre papéis familiares e o estudo de gênero/sexualidade na escola, com fatores que se inter-relacionam também com a condição econômica da família, havendo um direcionamento das jovens mulheres em cada etapa familiar para as atividades domésticas.

Usando esse exemplo, procuramos explicitar a preocupação com um recorte específico de estudo, no caso, as relações entre juventude, corpo, gênero e sexualidade no Brasil, articulando autores como Bergson (1990), Bourdieu e Passeron (1975) e Foucault (2004), e a importância de exercitamos esse grande

tema dos cruzamentos entre gênero, sexualidades e práticas pedagógicas.

Jovens do Ensino Médio passam a ser o foco de atenção e, do mesmo modo, a forma como esses meninos e essas meninas se relacionarem com o tempo e a história, com as memórias que têm de si mesmos. Ainda, há a pergunta sobre como os livros didáticos constroem uma suposta família, como nomeiam e como cercam os jovens de propostas de normalização desse modelo.

Dito isso — que, ao estudar sexualidade e gênero, sempre estamos de alguma forma tratando da moral e saberes históricos, imersos em relações de poder, produtores de subjetividades —, passamos a comentar brevemente transformações culturais e sociais referidas anteriormente, e que apontam para necessários rearranjos curriculares e nas políticas, especialmente no Ensino Médio.

Em *Matéria e Memória*, Bergson (1990, p. 197) escreve que:

[...] lembrança e percepção tornam-se estados da mesma natureza, entre os quais só se pode achar uma diferença de intensidade. Mas a verdade é que nosso presente não deve se definir como o que é mais intenso: ele é o que age sobre nós e o que nos faz agir, ele é sensorial e é motor; nosso presente é antes de tudo o estado do nosso corpo. Nosso passado, ao contrário, é o que não age mais, mas poderia agir, o que agirá ao inserir-se numa sensação presente da qual tomará emprestada a vitalidade.

Realizado esse movimento, presente ao passado, passado ao presente, Bergson (1990) trata de um plano de ação, um plano em que o nosso corpo contrai o passado em hábitos motores. Trata-se de justapor planos de consciência diferentes e repetições integrais numa percepção atual, ou seja, localiza-se o ponto em que se torna um estado presente e atuante até que as associações alcancem nossa consciência e assim desenhem as nossas ações no corpo.

Ora, nosso presente, hoje, é feito fortemente de narrativas às quais temos acesso por meio da cultura e das relações humanas; é esse presente, com todas as suas vivências, modos de simbolizar nossas experiências mais diversas, que opera em nós, trazendo memórias, construindo e reconstruindo a maneira de entender a nossa história, tanto pessoal como social. A escola, já se disse tantas vezes, é uma grande produtora e reprodutora de conhecimentos advindos da sociedade em que está inserida; ela faz-nos “bons” modelos de comportamento e o disciplinamento escolar constitui o eixo necessário à formação desse sujeito frequentador dessa

instituição. Ela vai assegurando a reprodução desses padrões tomados como fundamentais, assimilados pelos educandos e representados pelos professores.

Os livros didáticos igualmente, como não se interessar com os textos e as imagens contidos nos livros indicados pelo MEC e escolhidos pelos professores? Eles vão indicando que fatos, imagens, a construção histórico-social precisam ser adicionados aos nossos arquivos individuais e sociais.

Por outro lado, adolescentes experimentam, mais cedo, a maternidade e a paternidade; uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo se tornam crescentemente visíveis e rotineiras, arranjos familiares se multiplicam e se modificam (LOURO, 1999, p. 5).

Essas transformações afetam as formas de viver e a construção de identidades sexuais e de gênero. Elas constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto. Diante disso, é preciso compreender que a sexualidade não é uma questão somente pessoal, mas social e política. É por essa razão que a sexualidade é apreendida, construída ao longo da vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

Rosistolato (2003) insiste, nesse sentido, que diversas instituições foram indicadas para distribuição de informações sobre o acesso ao planejamento familiar, programas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e AIDS aos jovens, mas a escola recebeu destaque como principal responsável por essa orientação.

O autor destaca, ainda, que as preocupações com a sexualidade são dirigidas a uma camada específica da população jovem pobre, menos instruída e dependente do Sistema Único de Saúde. Jovens pobres e jovens de classe média parecem estar em íntima relação. Jovens engravidam nas duas classes, mas a preocupação das famílias de classe média é de que a maternidade e a paternidade nessa faixa etária não atrapalhem os projetos de seus filhos (ROSISTOLATO, 2003).

Já os jovens pobres precisam construir uma nova família a partir do momento que sabem da gravidez. Mesmo que se permita à moça não se casar com os pais de seus filhos, estes ainda precisam assumir a responsabilidade da maternidade. Não são mais vistas como “meninas” mais como mães. Porém, aos homens é dada a “liberdade de escolha” de querer ou não assumir a paternidade.

Essa discussão de caráter eminentemente conservador é o que separa em

mundos diferentes homens e mulheres, gênero e sexualidade como se isso fosse de algum modo possível. Como se o discurso sobre gênero e a aprendizagem da sexualidade, por exemplo, não fossem também todos absolutamente conexos.

Ao buscar compreender essa realidade, um primeiro passo é constatar a relação da juventude com a escola e a temática do gênero/sexualidade. O problema não se reduz nem apenas aos jovens, nem à escola, como algumas análises lineares tendem a conceber.

Foucault (1984), na primeira parte de sua obra sobre sexualidade, mostra como a civilização ocidental trata e se relaciona com temas sexuais a partir do século XVIII. O filósofo faz uma abordagem a partir da era vitoriana, já no século XIX, e mostra a sexualidade sendo um tabu nesse contexto. A era vitoriana traz o sexo para as intimidades, confiscado pela família conjugal. Tudo se restringe à figura do casal, responsável pela procriação e, por isso, incumbido de ditar a lei que rege os seres humanos (FOUCAULT, 1984).

Essa repressão sobre sexo na modernidade coincide justamente na época do ápice do capitalismo. A justificativa seria o trabalho sobrepondo o prazer, o que resulta no aprisionamento do fator procriação entre os casais. Entretanto, o tabu sobre sexo faz surgir uma nova categoria do discurso aberto sobre sexualidade e com ele um *status* transgressor. A pessoa que fala abertamente sobre sexo desordena a lei e antecipa a intimidade do casal (FOUCAULT, 1984).

Os discursos, as proibições e a banalização da sexualidade, são vistos pelo filósofo, como variantes da repressão institucional sobre sexualidade. A sexualidade vista não como erótica, mas revestida na vida social de ausência dessa plenitude e trazida em normas, controles e interditos construídos como códigos de poder (FOUCAULT, 1984).

A construção sobre sexualidade infantil, o filósofo aborda como a arquitetura das escolas e internatos promovem um debate acerca do sexo. O modo como são alojados, a separação entre meninos e meninas, o espaço da sala, tudo envolve uma tensão inicial entre os diferentes gêneros, em que desemboca a sexualidade (FOUCAULT, 1984).

Esses dispositivos de preconceito, ainda que superados na teoria na educação, persistem nas práticas pedagógicas que, somente pelo silêncio, negam a

hierarquização de gênero.

Os códigos culturais, visíveis e vivenciados dentro dos espaços sociais diferenciados, inclusive na escola, constituem, normalizam e normatizam não apenas os comportamentos, como ainda o modo pelos quais eles são percebidos e recebidos pelas pessoas:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 12).

E ainda:

Definindo-se tradicionalmente o sistema de educação como um conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado (isto é, a informação acumulada) as teorias clássicas tendem a dissociar a reprodução cultural de sua função de reprodução social, isto é, a ignorar o fato próprio das relações simbólicas na reprodução de força (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 25).

Guardadas as devidas proporções, podemos observar que a cultura escolar é homogeneizadora e ritualizada. As ideias reprodutoras são estereotipadas e têm como finalidade a criação do *habitus*. Todo *habitus*, por sua vez, seja ele conservador ou revolucionário, engendra no espaço a institucionalização com o consenso de modelar pessoas e ações.

O corpo docente tende a reproduzir do mesmo modo como lhe transmitiram e, desta forma, o sistema de ensino realiza-se plenamente por meio da autorreprodução. Esse é o motivo pelo qual a cultura escolar, segundo os autores, anda sempre mais atrasada do que as transformações culturais em outras áreas.

Assim, são discutidas questões de gênero e sexualidade, nem sempre nas posições em torno do binômio liberdade e repressão, mas da maneira como os papéis sexuais e de gêneros são desenvolvidos na sociedade.

Em acordo com que escreve Foucault (2002) sobre poder, visto como estratégia para disciplinar, Bourdieu (1998) diz que o poder está presente nas

estruturas objetivas e subjetivas, funcionando como perpetuadoras da dominação dentro do campo do poder. Existindo, ainda, a possibilidade de resistência dos agentes envolvidos à sua submissão e a possibilidade da liberdade de ação dentro do campo de poder, mediante o desenvolvimento de estratégias que lhes permitam transitar e se inserir, mais ou menos favoravelmente em um campo específico. (FOUCAULT, 2002; 2008).

Desse modo, haveria uma mediação sob a influência de determinadas instituições na construção e na produção desse poder para o educador, abrindo-se, assim, um leque de indagações sobre como tratar gênero e sexualidade nas diferentes áreas de conhecimento — matemático, linguístico, literário etc. Que modos de conceber as questões de gênero os jovens do nosso tempo experimentam? Como isso aparece nas facilidades ou dificuldades que são vividas em sala de aula? Que impaciência ou desejos de saber sobre sexualidade e gênero de seu país, de seu grupo social, os jovens mostram? Como essas manifestações aparecem cotidianamente no trabalho pedagógico escolar?

A análise de duas teses de doutorado sobre sexualidade e educação, por exemplo, traz referências à abordagem normativo-institucional sobre sexualidade e a trajetória profissional e pessoal de uma professora (ROSISTOLATO, 2003) e as relações entre adolescência, sexualidade e as representações da escola como instituição escolar (NUNES, 1996). A escola, o discurso, a família e a memória vivenciada pelos professores com frequência transformam os jovens na sua experiência com a sexualidade.

Rosistolato (2003) faz uma afirmação de que a expectativa é de que a escola promova programas de orientação sexual para adolescentes, a fim de ampliar as funções dos sistemas educacionais na sociedade brasileira contemporânea. Pois, é nela que acontece “orientação pela crença que os processos formais de educação podem contribuir para mudanças culturais consideradas necessárias para o desenvolvimento das novas gerações” (ROSISTOLATO, 2003, p. 12).

Já Nunes (1996) insiste, nesse sentido, que as formas discursivas e as redes de disciplinas que se formam e se conformam trocam de papéis com outras instituições sociais. Para ele, a competência em organizar e zelar sobre as sexualidades tradicionais da família e da escola estão seriamente entrelaçadas.

Foucault (2004) faz um questionamento sobre as nossas práticas de interdição e disciplinaridade, ao apontar as possíveis transferências ao qual realizamos, enquanto instituições sobre os mecanismos da prática de vigiar.

A justaposição das funções judiciárias e penais normatizam as práticas disciplinares realizadas pelas instituições sociais dominantes, sendo assim, amplia-se a interpretação entre a perspectiva de um discurso emancipatório sobre sexualidade humana.

Ora, esses exemplos estão aqui tão somente para problematizar educação e sexualidade, de modo que se possa pensá-las como objetos no meio escolar e assim transformar as abordagens feitas às categorias: família e os diversos arranjos conjugais. Neste caso, escolheu-se o discurso religioso, a memória afetiva e a educação do corpo. Reafirmamos, tais elementos fazem parte dos discursos de nossa época e são apreendidos pelos jovens assim que nascem, habitam suas vidas, participam da construção de suas subjetividades, transformam seus modos de aprender e existir.

As memórias e as práticas atuais podem contar da produção dos corpos e da construção de uma linguagem da sexualidade; elas nos apontam as estratégias e as táticas hoje institucionalizadas das identidades sexuais e de gênero. Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc. também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos distantes e contraditórios (LOURO, 1999, p. 21).

A sexualidade é uma invenção social uma vez que é constituída historicamente, e é a partir dos variados discursos sobre o sexo que é possível regular, normatizar, instaurar saberes, que produzem “verdades”. Um conjunto que contém discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas como elementos de um dispositivo histórico que é a sexualidade. Tudo se mescla por meio do dispositivo histórico definindo identidades sociais (FOUCAULT, 1984).

Louro (1999) fundamenta-se na teoria feminista e nos estudos culturais para que haja um caminho de desconstrução da postura imediata de abrir mão das “certezas” e dos posicionamentos por muito tempo arraigadas. A autora

desestabiliza “verdades”, sobretudo quando traça a história da “normalidade” como algo inventado e aceito pela grande maioria.

A sexualidade é vista pela autora também como algo construído, portanto, não natural (LOURO, 1999). A sexualidade, as identidades sexuais e as identidades de gênero são compostas e definidas por relações sociais e moldadas cotidianamente pelas relações de poder de uma sociedade, assim como afirma Foucault (1984). Além disso, as relações de poder possibilitam que os sujeitos classifiquem, nomeiem, incluam, excluam, fixem ou discriminem identidades. As condições prévias das quais partimos não são bases arbitrárias, mas, reais, que podemos observar em indivíduos reais e em suas ações.

A condição primeira é entender o que acontece na discussão que questiona os pressupostos sobre os homens e o masculino. Não podemos, naturalmente, fazer aqui um estudo aprofundado da própria constituição do termo homem, nem das condições históricas. Todavia, partimos de duas bases para distinguir como a existência da dominação masculina se tornou uma evidência.

A primeira base é verificável em Lang (2001), sobre os critérios da existência da dominação masculina e as relações homens/mulheres. A maneira pela qual a dominação é refletida na sociedade não deve ser vista como um bloco único em que as relações se reproduzem ao idêntico.

Mas a análise, tanto global quanto ao que interessa por um campo específico ou por interações particulares, deve articular o quadro global, societário (a dominação masculina), e as lutas objetivas e subjetivas das mulheres e de seus aliados que visam a transformar as relações sociais de sexo, logo a modificar a dominação masculina (LANG, 2001, p. 461).

Podemos reconhecer, de modo claro, que os homens dominam no coletivo e, individualmente, as mulheres. A dominação é exercida na esfera privada e na pública na medida em que se “atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (LANG, 2001, p. 461).

Finalmente, ao desbiologizar o gênero e a sexualidade há uma atribuição dada, tanto à sexualidade quanto às representações de gênero, a de caráter político. A identificação deles como campo de disputa, de negociações, de atravessamentos, de luta, dos silêncios, dos ocultamentos, dos segredos e das mentiras é levantado como inerente às instituições escolares e nas políticas públicas.

Compreender esses mecanismos nos ajuda a ver como essas instituições, historicamente, munem-se de diferentes estratégias disciplinares para normatizar indivíduos. Estes, porém, cada vez mais, pressionam essas mesmas instituições no sentido de se fazerem ouvir, de se tornarem visíveis e de serem por elas representados.

Louro (1999) compara as experiências escolares com o propósito de descrever o processo de escolarização do corpo. Para o autor, a produção de uma masculinidade na escola acontece quando se pratica a pedagogia da sexualidade, o disciplinamento dos corpos. Essa pedagogia se dá de maneira sutil, discreta e contínua, mas “quase sempre, eficiente e duradoura” (LOURO, 1999).

Corrigan, (*apud* LOURO, 1999), destaca sua entrada numa escola inglesa particular. Ele conta, sobre a “produção do menino” como sendo um projeto amplo, integral, que possui desdobramentos em inúmeras situações tendo como alvo uma determinada forma de masculinidade.

Louro (1999) faz a comparação com suas lembranças, como a escola deixou marcas expressivas em seu corpo e como ensinou a usá-lo de determinada maneira. Constatou que o investimento de base durante a escolarização é a formação de homens e mulheres “de verdade”.

Bourdieu (2003) nos alerta sobre o fato de estarmos inseridos em padrões inconscientes de estruturas históricas da ordem masculina, e que, portanto, nosso olhar e análise se baseiam nesse viés.

A divisão entre os sexos parece ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas sexuadas), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação (BOURDIEU, 2003, p. 14).

Feita essa observação, Bourdieu (2003) destaca a organização da sociedade e da visão dela construída a partir do masculino e do feminino. Essa partição entre os sexos parece estar nas ordens das coisas, de forma natural e normal. É por meio do sistema mítico-ritual que o reforço e o favorecimento dessa divisão são concebidos. O discurso mítico-judaico-cristão cria e sacramenta a dominação

masculina vigente até hoje. Considera-se que os Hebreus é que realizaram a passagem do matriarcado para o patriarcado (BOURDIEU, 2003).

Entretanto, a força masculina e androcêntrica se impõem de forma neutra, de maneira concebida como natural, sem necessidade de legitimá-la. A ordem masculina é favorecida cada vez pela confirmação constante do funcionamento da sociedade (BOURDIEU, 2003). Em outras palavras, pela construção do corpo com uma realidade sexuada, seguidora de princípios de divisão sexualizante.

Citamos Aristóteles (1993) como contribuição sobre hegemonia masculina, quando ele alega que macho é por natureza superior à fêmea devido ser portador da semente da reprodução.

O pensamento crítico sobre isso não estaria em acompanhar um processo evolutivo da passagem do matriarcado para o patriarcado. Diferentemente disso, trata-se de apanhar essa limitação das relações sexuais entre homens e mulheres em sua concretude histórica, discursiva e política e, também, como material que é produzido e veiculado segundo um aparato técnico, que é utilizado na escola que, por si mesmo, também produz efeitos em nós.

Um livro tem uma “realidade” palpável, diferentemente, por exemplo, de um discurso emancipatório. Um material pedagógico, um livro, a escola e os professores; é esse presente, com todas as suas metáforas, vivências, modos de simbolizar experiências mais diversas, que opera em nós, acionando memórias, construindo e reconstruindo um jeito de entender e compreender o que seria sexualidade e gênero. A família, como uma grande aliada, vai indicando que lugar, que fatos, que construção e que sentimentos são trazidos nos nossos arquivos pessoais.

Talvez, um dos trabalhos pedagógicos mais revolucionários seja o que se refere a uma ampliação do repertório e da memória dos professores em matéria de sexualidade e gênero. Pesquisar e montar comparações daquilo que eles conhecem e lembram cotidianamente, e que circula em sala de aula, torna-se fundamental para educar olhos, ouvidos, educar a alma de modo que o pensamento crítico se forme aí, tanto na escuta dos jovens, como nas suas próprias memórias. A ampliação do repertório pode se configurar, inclusive, com o exemplo de outras formas de recepção e apropriação dos materiais pedagógicos, no caso, o livro didático, fartamente consumido por alunos e professores.

Ou seja, ao estudar o gênero, os processos de memória afetiva, as diferentes formas de conceitos e o uso de informações sobre gênero e sexualidade, narrativas e interpelações, corresponderia às práticas eminentemente pedagógicas e indispensáveis ao professor que atua com jovens nesse tempo, a fim de se entender os arranjos familiares. Isso porque existe todo um trabalho de simbolização, no lugar daquele que imagina, planeja e produz conceitos, assim como há um trabalho permanente no simbolismo, no lugar daquele que se apropria do que ouve e lê a partir dos espaços vivenciados.

Segundo Louro (1999), o poder e a responsabilidade de explicar as identidades sociais não são da escola, mas “é preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, tem efeitos de verdade, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 1999, p. 13). Ressalto aqui a indagação da pesquisadora: “afinal, qual é o nosso lado?”.

Se esse movimento alcançar sucesso, de identificar as identidades sociais, os textos disponíveis nos livros didáticos sobre arranjos conjugais certamente representarão uma inclusão do conhecimento e do conteúdo legítimo de gênero e sexualidade. Certamente, ao analisarmos, haverá uma representatividade do que temos de discurso oficial no momento.

Talvez, exista maior complexidade uma vez que devemos analisar de fato de onde esse discurso oficial é proveniente, o que implica a necessidade de vermos a política que rege os textos dos livros didáticos e como ela cria identidades. É o que veremos a seguir.

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO E OS LIVROS DE SOCIOLOGIA: CONSTRUINDO IDENTIDADES

Com a intenção de analisar os livros didáticos de Sociologia e sua relação com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), este capítulo evidencia as pretensões governamentais na criação do PNLD, seu impacto sobre os livros didáticos no tocante à disciplina de Sociologia.

No exercício de construção desta análise, observamos dois caminhos expressivos sobre a trajetória da criação do PNLD decorrente do fato de ser constituído com uma política pública de avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para escolas do ensino básico. Primeiramente, há a questão histórica e sua contextualização política que cabem sobre e no Programa. O segundo caminho se dá pelo modo como essa ação do Estado tem um impacto, de modo particular, nos livros da disciplina de Sociologia no Ensino Médio e na criação de identidades.

Assim, em uma primeira incursão de pesquisa, percebe-se que o texto oficial de uma política pública do livro didático é uma história recente, sendo instituída no Estado Novo, pelo Ministro da Educação, com a criação do Instituto Nacional. Concomitantemente, cria-se uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) “quinze membros nomeados diretamente pelo Presidente da República, escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral” (CASSIANO, 2013 p, 52). Assim é fato, que, desde a sua origem, o livro didático evidencia o seu caráter político e ideológico, constituindo-se a partir daí como um objeto de disputa tanto real como simbólica.

Uma investigação no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é possível ampliarmos a forma pela qual podemos ver como o PNLD, que outrora tinha outra denominação, foi constituído historicamente.

O principal marco nesta investigação foi a criação do PNLD, em 1985. Com isso, é possível perceber o grau de participação do Estado em relação ao livro didático, tornando-se o centralizador, por meio dessa política, no âmbito do planejamento, na compra e na distribuição gratuita do material para a maioria dos

alunos da educação básica.

Essa natureza centralizada e a utilização exclusiva de recursos federais abarcam pontos cruciais no desenvolvimento do programa. O primeiro de todos é a característica centralizadora que tem essa política, uma vez que a política pública educacional é um complexo programa de grande volume de recursos. O segundo ponto é a dependência que o livro didático alcançou nas representações sociais, sendo constituído, também, de relevância ideológica e política.

Assim como Höfling (1998), entendemos o PNLD como uma estratégia de apoio à política educacional implantada pelo Estado brasileiro e grande medida para suprir uma demanda que adquire caráter obrigatório com a Constituição de 1988. Esse caráter normativo leva o Estado a garantir atendimento ao educando no Ensino Fundamental por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (art. 208). Desse modo, fornecer material didático também é uma forma obrigatória de se cumprir o dever do Estado em matéria de educação.

Inicialmente, o PNLD destina-se somente às séries iniciais, mas gradativamente, a partir de 2005, contempla-se o Ensino Médio, com a distribuição parcial nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática na primeira série das regiões Norte e Nordeste. Em 2009, acontecem duas importantes resoluções: a Regulamentação do PNLD para EJA (Educação de Jovens e Adultos) — Resolução CD FNDE n. 51 de 16/09/2009 — e a Resolução 60, que adiciona a língua moderna ao componente curricular, incluindo as escolas de Ensino Médio no atendimento do PNLD.

Neste momento, o Programa passa a fazer a distribuição de livros de inglês ou espanhol para alunos de sextos e nonos anos. E acrescenta-se para o Ensino Médio o componente curricular Língua Estrangeira, além de livros de Sociologia e Filosofia em volumes únicos abrangendo as três séries (Resolução CD FNDE n. 60 de 20/11/2009). Com esta resolução, a partir de 2010, as redes públicas de ensino e escolas federais aderem ao PNLD para os livros didáticos.

Assim, em 2009, a Sociologia foi inserida ao Programa Nacional do Livro Didático e nesse mesmo ano abre-se um edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o PNLD 2012 — Ensino

Médio, com os prazos, normas, procedimentos, condições para participação, bem como os processos de avaliação e seleção de obras.

Meucci (2014) destaca o PNLD 2012 como uma real significação para a Sociologia devido ao fato de ter sido a primeira vez que foram avaliados e distribuídos livros da disciplina desde seu ingresso curricular como obrigatório no Ensino Médio em 2008.

A importância do PNLD e seu caráter inédito no campo da Sociologia nos fazem supor que os livros inscritos nesse processo são amostra significativa da produção de didáticos da disciplina em todo o Brasil no período de 2009 e 2010, imediatamente após a reintrodução da Sociologia no sistema escolar brasileiro (MEUCCI, 2014, p. 210).

O PNLD 2015 tem sua significação na área da Sociologia também, pois são seis livros aprovados em comparação à edição de 2012, em que somente dois livros foram adotados. Em função disso, o aumento na produção de livros didáticos voltados a essa disciplina terá um impacto na qualidade dos materiais apresentados, principalmente por haver maiores referências para os autores escreverem suas obras, além de uma diversidade maior em detrimento do professor ao escolher a obra que será adotada.

Fazendo uma pesquisa no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), podemos ver a dimensão do PNLD 2015 na vida escolar dos estudantes brasileiros. O governo comprou para esse ano o número de oitenta e sete milhões e seiscentos e vinte e três mil de exemplares de livros didáticos na primeira aquisição do Ensino Médio; vinte sete milhões e seiscentos e seis mil na segunda aquisição de livros de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, vinte e cinco milhões e quatrocentos na terceira e cinquenta e quatro mil na última aquisição de livros Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. O que dá o valor total de cento e quarenta milhões e seiscentos e oitenta mil exemplares para quase vinte e nove milhões de alunos beneficiados. Daí se percebe a dimensão do PNLD na educação brasileira.

Necessitamos tomar consciência de que o mundo do livro não está isolado do mundo do comércio, para entender as críticas e para compreender, também, as razões pelas quais os textos têm a aparência que tem e o motivo pelo qual contem a perspectiva de certos grupos e não de outros.

Livros não são apenas artefatos culturais. Eles se constituem também como mercadorias. Mesmo que os livros possam ser veículos de ideias, eles também precisam ser 'mascateados no mercado' (APPLE, 1997, p. 79).

O PNLD torna-se com isso uma importante ferramenta de compreensão dos livros didáticos devido à centralidade que eles assumem na educação, por se constituírem ao mesmo tempo mercadoria e um elemento fundamental da cultura escolar.

Por ser uma política deliberadamente planejada e implementada pelo governo está de fato condicionada a diversos fatores. De acordo com esses fatores, o resultado interfere no grau de independência e liberdade sobre as prescrições curriculares que impõem certa especificidade na produção desse produto.

Para Apple (1997), o "conhecimento oficial" está usualmente centrado no que é incluído e excluído dos livros didáticos e vinculado com as relações de poder estabelecidas historicamente com base no contexto político, econômico e cultural.

Entretanto, os livros didáticos tem, seguramente, uma importância própria. Eles, por seu conteúdo e forma, significam construções particulares da realidade, modos particulares de selecionar e organizar um vasto universo de conhecimento possível. Incorporam o que Raymond Williams chamou de tradição seletiva: uma seleção feita por alguém, com sua particular visão sobre o conhecimento legítimo e a cultura, uma seleção que no processo de privilegiar o capital cultural de um grupo desprivilegia o de outro (APPLE, 1997, p. 77).

Soares (2001) destaca as diversas pesquisas feitas, não só no Brasil, como em outros países, sobre o livro didático como controlador do currículo por meio das políticas de avaliação voltadas para esse material. De fato, o PNLD vem reforçar essa postura do governo brasileiro.

De acordo com uma série de documentos, é assegurada a importância dessa política pública educacional e a qualidade do conteúdo nos manuais didáticos. Entre eles, destacamos o Plano Decenal de Educação para Todos (1993), que diz:

Além dos aspectos físicos do livro, passarão a ser asseguradas a qualidade do seu conteúdo (fundamentação psicopedagógica, atualidade da informação em face do avanço do conhecimento na área, adequação ao destinatário, elementos ideológicos implícitos e explícitos) e sua capacidade de ajustamento a diferentes estratégias de ensino adotadas pelos professores (BRASIL, 1993, p. 25).

E o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1998, s/p.), que afirma: “Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério da Educação”.

É, portanto, com o PNLD e de posse de um discurso de qualidade educacional que o governo estabelece maior atenção aos livros didáticos. Apoiado nele e associado a outras políticas, como as avaliações externas e os Parâmetros Curriculares Nacionais, busca regular e controlar o campo do saber escolar.

Por mais que inovações pedagógicas e novas metodologias de ensino-aprendizagem sejam divulgadas e superestimadas, há nessa opção política o amparo do tradicional livro didático para assegurar o controle do currículo efetivamente desenvolvido nas escolas, que, no caso brasileiro, está ao lado das avaliações de grande porte (CASSIANO, 2013, p. 143).

Desse modo, há uma pressão considerável sobre os livros didáticos, em padronizar conteúdos, garantir que eles enfatizem temas da “tradição ocidental”, vinculando seus conteúdos com testes de desempenho, de nível estadual e nacional.

Segundo Apple (1997), com muita frequência, o conhecimento dito legítimo não inclui as experiências históricas, as expressões culturais voltadas ao trabalho, vieses relativos à classe, gênero, raça e outros grupos menos poderosos.

Feitas essas observações, queremos destacar que o PNLD, como foi constituído historicamente, tem um significativo impacto em relação aos textos nos livros didáticos. Esse fato está ligado à regulação da qualidade e a organização desse material. Igualmente crucial é como se dá a aprovação de algumas obras e exclusão de outras, determinando, assim, visivelmente a forma e o conteúdo do livro didático atual. Mais ainda, percebe-se nos livros aprovados uma certa padronização acerca dos conteúdos, nas atividades e também nas concepções, determinando um currículo rígido estabelecido no próprio processo de seleção.

É essencial que saibamos isso, para entendermos como as formas culturais e políticas desempenham relevância na formação de uma identidade nos livros didáticos. Por exemplo, o problema não consiste apenas em saber como podemos analisar o gênero e a sexualidade ao mesmo tempo recaindo sobre conjugalidades nos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015, mas como esse saber está combinado dentro de uma estrutura política que estabelece uma marca de identidade ao demarcar uma fronteira significativa sobre quem está incluído e quem

está excluído. Essa demarcação de fronteiras, separando e distinguindo, supõe relações de poder (SILVA, 2008).

Chegamos até aqui e está claro que as principais questões sobre o livro didático é sobre conteúdo e organização. Esse reconhecimento e como iremos lidar com eles constituem um dos mecanismos complexos de reprodução cultural e a natureza política em torno desses manuais.

3.1 Livro didático: reconhecendo sua utilidade

Sob um primeiro olhar, tanto para os pesquisadores interessados nos estudos sobre os livros didáticos quanto dos conteúdos dos quais eles são portadores, o breve balanço das duas décadas poderia dar a sensação de que o Brasil é definitivamente o maior universo na produção e comercialização de livros didáticos. Alguns pesquisadores chegam a afirmar que o país se tornou um dos maiores compradores de livros do mundo, quando se pensa em distribuição e no ramo dos didáticos, os mais rentáveis no mercado de editoras (SAAB; GIMENEZ; RIBEIRO, 1999).

Com base em Cassiano (2013), temos que há um campo em disputa num mercado milionário de editoras, em que o contexto atinge a educação pública brasileira. É evidente que a tal abordagem evidencia os estreitos vínculos entre Estado, economia, cultura e educação (APPLE, 1995; SAAB; GIMENEZ; RIBEIRO, 1999).

As pesquisas sobre o livro no Brasil, fomentadas pelo BNDES e em busca de uma outra perspectiva sobre a relevância dos manuais didáticos em educação, na produção e na comercialização de livros brasileiros, citamos Saab, Gimenez e Ribeiro (1999), que ressaltam que não existe outra cadeia industrial ao qual seja capaz de produzir e refletir o mundo real como os livros novos fazem. Os pesquisadores afirmam que o segmento dos livros didáticos, incluindo também os paradidáticos, é o mais importante do setor, representando 54% da produção editorial. É também o setor mais concentrado por possuir o menor número de

editoras elevando o custo de produção.

Earp e Kornis (2005) afirmam que, por ser o governo o maior comprador de livros no país, é possível que a sua participação se dê muito mais pela expressiva quantidade comprada — aproximadamente metade do total de exemplares — do que pelo valor monetário, 20% do mercado editorial.

Essa participação do governo como comprador se dá por meio de dois programas, o PNLD e o Programa Nacional de Biblioteca na Escola, ambos financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os autores veem no PNLD o seu maior impacto, já que ele é responsável por pelo menos 20% do faturamento total das editoras, podendo alcançar, no caso particular do sub-setor livro didático, 50% do faturamento e 60% dos exemplares vendidos.

Trazer para o foco o tema do mercado de livros didáticos no Brasil pressupõe tratar de uma questão nacional de grande importância social no país, na medida em que o PNLD assegura a universalização do acesso ao livro didático para maior parte dos estudantes brasileiros da educação básica — e, em muitos casos, esse é o único livro ao qual o estudante terá acesso em toda a sua vida (CASSIANO, 2013, p. 35).

A fim de podermos compreender este fenômeno, teremos de voltar à situação da produção de livros didáticos no contexto mais amplo, como produção de mercadoria. A cada ano, publicam-se aproximadamente, pelo PNLD, mais de oitenta bilhões de livros didáticos no Brasil, como já vimos anteriormente. Obviamente, eles são muito variados, sendo somente uma parcela formada por livros didáticos de Sociologia, em que recai meu objeto de estudo. Porém, mesmo considerando essa variedade de livros escolares, existem certos elementos constantes que influenciam a sua edição. Dentre eles as exigências e restrições que cabem aos livros didáticos, uma vez que estes são considerados “guardiões” da cultura simbólica do país, mas que, como qualquer outra mercadoria, também tem um mercado instável.

Necessitamos nos debruçar sobre a economia e a política reais de regulação. O que se considera como conhecimento legítimo e como o direito para determiná-lo envolve complexas políticas de controle simbólico do conhecimento público. Uma vez que é público, isto é, como é declarado ‘conhecimento para todos’, ele está sujeito a escrutínio pelos órgãos oficiais (e está sujeito aos controles do mercado). Na maioria dos países, isto significa que algum nível do governo é encarregado oficialmente de criar uma tradição seletiva (APPLE, 1995, p. 102).

Qual o significado dessas informações para esta discussão? Estando os livros didáticos encapsulados em um conjunto de relações de mercado e de uma política federal, quais forças estão cercando os conteúdos expressos neles? A relação de continuidade desse programa por considerável tempo tem efeitos incontestáveis na forma e no conteúdo do livro didático brasileiro.

Mesmo que sejam veículos de ideias, os livros didáticos precisam ser vistos como um complexo conjunto de dinâmicas políticas (APPLE, 1995). Choppin (2004) evidencia o caráter político dos livros didáticos, afirmando que em todos os países onde ele é aceito em sala de aula se constitui como objeto de disputa real e simbólica.

O autor analisa os debates históricos para dar conta da natureza e da identidade dos manuais escolares. Ao se produzir, nos anos 1960, uma pesquisa científica com antigos livros escolares, é criado, simultaneamente, um interesse novo pelo patrimônio cultural, que é constituído com a literatura escolar e a questão política que está em volta deles. A partir daí é revelada a autoridade investida e o mergulho nos modelos dos manuais escolares, influenciando, assim, até os tempos atuais as pesquisas sobre os modelos de livros que chegam até as escolas.

Os livros didáticos têm sua defesa arraigada ao sucesso no que representaria: “o desenvolvimento da instrução popular, a instauração do princípio da obrigatoriedade escolar em um grande número de países industrializados e, mais recentemente, a democratização do ensino e a extensão da escolarização” (CHOPPIN, 2004).

Para o pesquisador, os livros didáticos são instrumentos de poder devido serem destinados aos jovens e por ser um produto que se reproduz em grande número, difundindo em território nacional um conteúdo escrito, educativo que assume uma “verdade” frente à palavra do professor.

Assim como Cassiano (2013) e Munakata (2003), consideramos que esse tipo de produto só circula em decorrência da escola e para escola, sendo, sobretudo, nela que ocorre a totalidade de seu uso. É, portanto, o livro feito para uma determinada série e grau de ensino. Desse modo, a escola é vista pelas grandes editoras de livros didáticos como um mercado-alvo. E o governo, por outro lado, comprador privilegiado e responsável pelas prescrições curriculares, impõe regras a

essas empresas, determina especificidades na produção e no modo como acontecerá a circulação do produto.

Exatamente por isso os livros didáticos podem ser vistos como construções sociais resultantes de diversas influências como: órgãos governamentais, instituições de ensino, seus autores, editores e os professores que participam da escolha e utilização dos livros didáticos em sala de aula. O livro didático, portanto, na sua essência, está atrelado à cultura escolar, aos conteúdos pedagógicos, às implicações curriculares e às intervenções estatais à luz do Programa Nacional do Livro Didático (CASSIANO, 2013).

É, portanto, esse material considerado um dispositivo de memória na educação; segundo Bittencourt (2004, p. 3), o livro didático “também é depositário dos conteúdos educacionais, sendo suporte privilegiado para se recuperar conhecimentos e técnicas considerados essenciais por uma sociedade em determinada época.” Ela acrescenta ainda que esse material deve ser considerado um veículo que possui valores, uma ideologia e um sistema.

Silva (1999) explicita a maneira evidentemente essencial para definir a relevância dos contornos ideológicos e políticos dos livros didáticos. Essa questão, portanto, é abordada por meio de frentes sucessivas: como gestores do ensino, autoridades políticas, autores, editores, pais de filhos em idade escolar e jornalistas que atribuem *status* aos conhecimentos inseridos aos livros didáticos. Esses diferentes sujeitos que atuam envolvidos diretamente ou não com os livros didáticos estão de acordo sobre a vigilância e questionamentos do conteúdo desse instrumento, tanto didático como pedagógico. Os diferentes tipos de discursos produzidos, suas características, sua singularidade, a construção têm a força institucional e científica que valorizam a especificidade e a originalidade dos livros didáticos.

São esses grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentos e ferramentas conceituais, de saberes que emergem das suas “leituras de mundo”, parafraseando Paulo Freire (1992), que se interpõem aos saberes valorizados culturalmente e os interesses contemplados pelas editoras que fabricam livros voltados para um público específico, criando-se uma identidade com grupos de intelectuais que têm o papel de produzir uma cultura escolar de conhecimento.

Apple (1993) admite isso quando afirma que as verdades, como tal, recriam um importante mérito de referência no valor do conhecimento, da cultura, das crenças e da moralidade.

A autoridade cultural, o conhecimento considerado legítimo, as normas e valores que estão representados no currículo oficialmente aprovado da escola, todas essas coisas servem como importantes arenas nas quais as relações positivas e negativas de poder, envolvendo os textos se manifestam (APPLE, 1993, p. 94).

Como se percebe, as palavras produzem sentidos e são utilizadas nas arenas políticas em que o significado utilizado seja negociado, pertinente às lutas que são travadas no campo simbólico e discursivo. Ora, os livros didáticos estão inseridos nesse campo entre aquilo que é produzido em uma época e emergido no saber cultural de uma sociedade. Desse modo, os manuais didáticos estão a serviço de um projeto educativo, no qual o currículo está nele e é claramente identificado com a cultura e o suporte numérico, ligando-o a uma política que alcance o sistema educacional e a centralização das responsabilidades.

Os estudos sobre livros didáticos disseminaram-se no rastro documental sobre currículo. Ele prossegue ancorando características que se apropriam da análise de conteúdo, chamada também de referencial, função instrumental sobre a prática de métodos de aprendizagem, função ideológica e cultural (CHOPPIN, 2004). Esses estudos percorrem metodologias e disciplinas para dar conta das preocupações, motivações e interesses de pesquisas teóricas e políticas.

As contribuições de importantes pensadores sociais, como Choppin (2004) e Apple (1995), com análises sobre as edições de livros escolares ligados às fontes históricas, ajudaram a manifestar um real interesse pela tomada de consciência sobre as publicações e, concomitantemente, pela importância histórica e política dos livros didáticos.

Ao localizar o contexto o qual foram construídos, voltemo-nos para representação significativa que eles possuem, parafraseando Meucci (2000), diremos que os manuais didáticos parecem ser testemunhos de uma seleção e organização de conhecimentos sociológicos.

3.2 Os livros didáticos de Sociologia como construção de conhecimento

Dando continuidade sobre o estudo do livro didático, soma-se a importância da historicidade da Sociologia como disciplina no Ensino Médio. Assim, o livro didático alcança importância de investigação, seja pelo impacto que se dá nas políticas públicas educacionais ou por sua recepção no mercado editorial, como espaço de formação de jovens para o ensino de Sociologia. Cabe ressaltar aqui que, apesar da importância dessas reflexões, não é este o objeto específico desta dissertação, mas a análise de um conteúdo nos manuais didáticos de Sociologia em um recorte histórico, o PNL 2015.

Logo, dialogamos com Candido (2006), que retrata a evolução da Sociologia em dois períodos (1880-1930 e depois de 1940). O primeiro período constitui-se para intelectuais não especialistas, interessados em formular princípios teóricos ou interpretar a sociedade brasileira.

No segundo período, além de 1930, o ensino secundário e o superior são os destaques como análise social, acarretando no aparecimento de especialistas, porém somente em 1940 há consolidação da Sociologia como disciplina universitária, reconhecida pela sua teoria, pesquisa e ampliação.

Candido (2006) cita Fernando Azevedo entre os brasileiros com mais destaque na contribuição teórica sobre estudos de educação na Sociologia. Ele organizou suas atividades em São Paulo, primeiramente no Ensino Médio, depois no superior, sendo em 1947, Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Paulista de São Paulo. A sua maior contribuição teórica está em *Sociologia Educacional* (1940), na qual procura uma fundamentação sociológica escapando do pragmatismo americano.

Trata-se neste livro de inverter de algum modo a posição, considerando a educação como um dos campos de investigação sociológica, armada de um sistema de conceitos, procurando definir o processo educacional no que tem de socialização, para, em seguida, estudá-lo em conexão com as instituições sociais, tanto as genéricas, como a família e o Estado, quanto às específicas, como a escola. Surge assim a necessidade de analisar a emergência dos papéis sociais ligados a ele, a partir dos tipos primitivos de transmissão da experiência cultural (CANDIDO, 2006, p. 285).

Optando pelo lugar ocupado pelo manual didático na escola moderna, sobretudo no Brasil, Brito (2010) trouxe a análise de dois manuais voltados ao ensino de Sociologia na escola média, traçando, assim, em linhas gerais, o processo de institucionalização do ensino de Sociologia. A primeira é a obra *Princípios de Sociologia*, de Fernando Azevedo, nos anos de 1930, algum tempo após sua introdução no currículo do Pedro II e das escolas normais. E a segunda obra é *Sociologia*, de Paulo Meksenas, em 1980, ano em que a disciplina estava vinculada aos cursos de magistério nas escolas de Segundo Grau na condição de disciplina optativa.

Sobre a disciplina Sociologia, seu processo de institucionalização no Brasil enquanto campo científico ocorreu paralelamente ao seu processo de escolarização, um momento de significativa produção de livros voltados para o ensino da disciplina.

[...] obra de Fernando Azevedo situa-se no período compreendido entre os anos 30 do século XIX e a primeira metade do século XX, momento que precedeu a universalização da escola pública no país, e que implicou em transformações na organização do ensino e de seus instrumentos de trabalho. É nesse segundo período histórico, quando a expansão da escola básica fortaleceu a implantação de uma indústria gráfica voltada para a produção de manuais didáticos, entre outros processos que permitiram materializar a 'escola para todos', que apareceu o segundo manual aqui analisado, a obra de Paulo Merkenas (BRITO, 2010, p. 67).

O surgimento da Sociologia como disciplina escolar teve como destaque a tentativa de sua introdução por meio da Reforma Benjamim Constant, em 1891, que não se efetivou. Posteriormente, apareceram os compêndios de Sociologia Criminal, voltados aos alunos de Direito na década de 1920 e, por fim, ocorreu sua implantação no currículo do Pedro II, assim como em outras escolas secundárias e no ensino normal, também na mesma década e entre 1931 e 1942, com a Reforma Francisco Campos, tornando-se obrigatória no curso complementar.

Outro marco se deu nos anos 1980, em que se reiniciaram as discussões e a mobilização em torno da volta da disciplina Sociologia ao currículo do ensino de 2º grau devido aos dezesseis anos de ditadura militar, quando a disciplina permaneceu somente no curso de magistério com o nome de Sociologia Educacional.

Esses dois marcos trazem a proposta da utilização do manual didático em função da organização do trabalho didático em Sociologia e expressam a

organização técnica dos conteúdos que deverão ser evidenciados.

Fazer um recorte temporal é um suporte para situar como se deram as produções dos livros didáticos voltados à Sociologia no Brasil. Nesse contexto, não pretendemos nos estender sobre a institucionalização da disciplina de Sociologia no Brasil, mas fornecer uma elaboração sobre o impacto dessa discussão no espaço de produções e o reconhecimento da Sociologia no Ensino Médio. Uma síntese de três modulações temporais que circundaram a disciplina e que ampliam o que vimos até agora são:

- destacam-se o anos entre 1930 e 1945 como surgimento de maior produção de manuais didáticos da disciplina de Sociologia;
- a inclusão do conhecimento sociológico nos currículos da educação básica (décadas de 1980 e 1990) depois do período da Ditadura Militar;
- a conquista da obrigatoriedade do ensino por meio da lei n^o 11.684, de junho de 2008;
- a implementação dos livros didáticos de Sociologia no PNLD 2012.

Depois de muito tempo com a ausência da disciplina nas escolas e com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/1996) passando a considerar os conhecimentos de Filosofia e Sociologia como fundamentais ao exercício da cidadania, é possível perceber um aumento significativo científico e pedagógico pelo ensino de Sociologia na escola básica. Com isso, há um crescimento de edições temáticas em revistas especializadas da disciplina, bem como teses e dissertações sobre o ensino de Sociologia, defendidas nos programas de pós-graduações, tanto em Educação quanto em Ciências Sociais.

A própria lei 11.684/2008, que determina a inclusão obrigatória da disciplina Sociologia nas três séries do Ensino Médio (alterando o artigo 36 da LDBEN), faz surgir mais livros didáticos em função da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático — PNLD 2012.

Por fim, especialmente ao estabelecer esta lei que inclui no currículo a Sociologia e a Filosofia no Ensino Médio, passam a ser exigidos os conteúdos de

Sociologia no Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM — e em vestibulares de universidades públicas de várias partes do Brasil.

O que se observa, então, é um gradativo aumento na produção de livros didáticos voltados à disciplina, fruto de todo o processo histórico e político que se deu com a inclusão da disciplina de Sociologia ao currículo oficial.

O que pretendemos fazer por meio dessas citações sobre o surgimento da Sociologia como disciplina é repousar sobre sua construção, propondo considerar as Ciências Sociais na educação com um triplo objetivo: educar, pensar e operar sobre a realidade, sempre havendo a articulação entre os três. Em contrapartida, os livros didáticos estão nessa articulação também. Podemos prestar mais atenção a uma dimensão que a outra, porém, no processo de análise, as três permanecem indissociáveis. Se quisermos produzir um livro didático para educação, queremos educar o ser humano, não é possível não educá-lo, ao mesmo tempo devemos pensar sobre a realidade, a sociedade e a cultura, e, a partir de então, produzir enunciados.

Ao observarmos o livro didático organizado pelo professor Nelson Tomazi (2013, p. 7), vemos duas afirmações interessantes sobre a importância da Sociologia na produção de conhecimento:

O fundamental da Sociologia, porém, é nos fornecer conceitos e outras ferramentas para analisar as questões sociais e individuais de modo sistemático e consistente. Por meio da Sociologia, obtemos um conhecimento científico sobre a realidade.

E, ainda:

Todo conhecimento se desenvolve socialmente. Se quisermos compreender como pensavam as pessoas de determinada época, precisaremos saber em que meio social elas viveram, pois o pensamento de um período da história é formado pelos indivíduos em grupos ou camadas sociais, reagindo e respondendo a situações históricas de seu tempo.

Nesse sentido, a Sociologia é apresentada como uma teoria que descobre a realidade, fazendo uma correspondência entre o conhecimento científico e a sociedade em que ela está inserida.

Essa abordagem introdutória, sobre as Ciências Sociais, presente não apenas no livro *Sociologia Para o Ensino Médio* como nos seis livros que analisaremos, retrata a importância da cientificidade nos manuais didáticos. Esse recurso situa o

leitor a um campo de discussões que separa os conceitos do “senso comum” e a ciência. É o que vemos no livro *Sociedade Hoje*, no qual os autores afirmam que um dos objetivos das Ciências Sociais é justamente desenvolver o pensamento crítico.

Os argumentos apresentados sobre o olhar dos autores sobre as Ciências Sociais podem parecer evidentes, entretanto, esses argumentos básicos têm consequências importantes não somente na forma como é apresentada a Sociologia, mas nos conteúdos apresentados nesses livros. Nos exemplos supracitados, os autores são a favor do pensamento crítico, estabelecendo, assim, o conhecimento científico em relação aos demais.

Consideravelmente, os livros didáticos produzem e fazem circular conhecimentos na sociedade como produção de sentidos nos textos, divulgam um repertório de conceitos, teorias e temas diversos das Ciências Sociais entre os jovens e adultos que frequentam as escolas de Ensino Médio. Assim como Handfas (2014), concordamos que os livros didáticos permitem vê-los como um veículo primordial de divulgação científica. O reconhecimento de que o livro didático produz e propaga conhecimentos nos traz a possibilidade de conhecer como se dá a circulação destes e como os conteúdos que estão inseridos nos livros são entendidos como conhecimento científico.

Vejamos o que acontece sobre o tema de análise desta dissertação. No tema família é possível perceber hoje a existência de uma pressão na sociedade civil a respeito do que pode ser considerada uma família no Brasil.

Um projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados, Estatuto da Família, estabelece regras jurídicas para que tipo de grupo de pessoas pode ser considerado família. A Constituição define família em seu Art. 226 como a união estável entre um homem e uma mulher ou por qualquer dos pais e seus descendentes. Ainda faltam muito passos para que essa lei seja aceita, mas o que vemos é um debate sobre a legalidade ou não do casamento homossexual por parte do conservadorismo existente no Congresso. O que é preciso enfatizar é que a orientação sexual e amorosa das pessoas não deveria ser questão onde recaiam as leis. O Brasil sendo um país laico, que separa lei de religião, e sendo o casamento aqui visto como um contrato entre duas pessoas, não deveria, portanto, ser ilegal o casamento igualitário por aqui.

O que é afinal família? Com esta frase e outras similares intitulam no Brasil e em muitos outros países artigos e livros cujos objetivos têm sido definir os contornos do que é família no panorama histórico atual. Um exemplo disso é visto em um dos livros aqui analisados, *Sociologia*, de Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim, da editora Scipione.

As autoras abrem o capítulo: “A família no mundo de hoje” com indagações sobre qual é a definição de família para o leitor; qual imagem o leitor faz quando pensa sobre esse assunto; e se família é uma instituição social. Elas prolongam esses questionamentos com perguntas sobre parentesco.

Então, segundo elas, as Ciências Sociais também lançam questionamentos em relação ao tema família: O que significa dizer que a família é uma instituição social? Que tipos de família podem ser identificados?

Diante dessa primeira abordagem, podemos ver o quanto os livros de Sociologia publicados podem servir para compreendermos as diferentes formas e significados sobre família. Família deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da tradição literária e moral e passa a contemplar uma reflexão que incorpora conceitos de diferentes possibilidades e sentidos.

Quando se trata da relação educativa, ela está sendo entendida por uma estreita associação de identidades. Na verdade, o tema família, ao ser historicizado, como no primeiro capítulo, permite a formação de uma peculiar produção de identidade e diferença e como elas são produzidas.

Finalmente, gostaríamos de argumentar que talvez um dos maiores desafios nos livros didáticos de Sociologia seja o de articular o conhecimento científico, cujo conteúdo se assenta em um consenso acadêmico, com a necessidade de aprimorar o contexto escolar e a realidade a qual o aluno está inserido.

Portanto, é preciso produzir textos que se mostrem coerentes com a competência textual e discursiva do aluno, com uma linguagem de fácil acesso, assim como a exigida pela sociedade do conhecimento (científico). A complexidade da questão exige que analisemos cada vez mais a política que alcança os livros didáticos, os subsídios teóricos que alcançam os conteúdos e a organização do conhecimento (APPLE, 1997).

3.3 Gênero, Sexualidade e arranjos familiares como caminho de construção de identidade nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015

A discussão sobre identidade nos leva a algo central: os lugares sociais instituídos para uns e outros sujeitos. Isso implica pensar em qual identidade é tomada como referência e quais regras são estabelecidas a partir delas, de aceitação ou não, sobre as demais.

Silva (2008) destaca que as afirmações sobre identidade fazem sentido somente quando compreendidas nas relações afirmativas de diferença. Por exemplo:

Quando digo 'sou brasileiro' parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. 'Sou brasileiro' — ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, é exatamente isto que ocorre com nossa identidade de 'humanos'. É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que 'somos humanos' (SILVA, 2008, p. 74.).

Sobre a diferença, as afirmações também sobre ela só fazem sentido em relação às afirmações sobre identidade. Desse modo, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas: “nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são inseparáveis” (SILVA, 2008). A linguagem é a articulação entre as duas, que além de serem interdependentes são os resultados de atos da criação linguística.

O PNLD 2015 tem um real significado sobre os livros didáticos de Sociologia, como já citado anteriormente. A importância da ampliação de livros neste campo faz com que uma amostra significativa na produção de conceitos na disciplina aconteça em todo o Brasil e, conseqüentemente, com que haja a ampliação dos sistemas de significação nos quais a cultura e os sistemas simbólicos estão inseridos.

A identidade e a diferença não podem ser compreendidas nos livros didáticos como fora do sistema de significação no qual adquirem sentido, mas quando estão permeadas por escolhas e pelos sistemas discursivos, como afirma Silva (2008). O

exemplo disso se dá quando o livro didático nos fornece um conceito ou uma definição. Na presença da definição existe um traço de identidade determinado por aquilo que outro escolheu no seu sistema discursivo, assim como as negações que estão no processo de produção simbólica e discursiva.

Desse modo, apesar de o livro didático ser considerado uma “obra menor” — por ter como referência a cultura escolar e por isso baixa legitimidade e valorização no meio acadêmico —, este é, entretanto, um recurso valioso de compreensão de conceitos, temas, informações e problemas de uma determinada disciplina. Com isso, a função escolar do livro didático é um arcabouço cultural complexo e privilegiado como mecanismo de identidade, produção e circulação de conhecimento na sociedade.

Em suma, a identidade, assim como a diferença, é uma relação social, o que significa que suas definições discursiva e linguística são vetores de força nas relações de poder (SILVA, 2008). Na disputa pela identidade, que será “fabricada” nos livros didáticos, vemos o que Apple (1995, p. 74) traz: “o que é considerado como legítimo é o resultado de complexas relações de poder e lutas entre grupos de classe, raça, gênero e religião identificáveis. Assim, educação e poder são termos de um par indissociável”.

Apple (1997) afirma que é o livro didático um importante artefato de compreensão na definição de cultura e quais os grupos têm essa relação de poder. O autor vai diretamente para as políticas que estão em torno do manual didático. Apesar de Apple (1997) fazer considerações importantes nos livros dos EUA, é possível compará-las com a política do livro didático aqui no Brasil.

Entretanto, fica claro que a nova direita tem sido capaz de rearticular temas políticos e culturais tradicionais. Ao fazer isto, frequentemente tem mobilizado, de forma efetiva, um grande número de adesões entre as bases. Os sentimentos crescentes de insatisfação com a escola pública, entre os grupos conservadores, estão entre as causas e efeitos mais poderosos deste fenômeno (APPLE, 1993, p. 75).

E Apple (1997, p. 75) prossegue:

O rápido crescimento das escolas evangélicas, da censura, das controvérsias sobre os livros didáticos e a tendência, que está surgindo, de muitos pais ensinarem seus filhos em casa em vez de mandá-los para escolas estatais, são claros indicadores desta falta de legitimidade. Como

vimos, a ideologia que está por detrás disto é muito complexa. Ela combina um compromisso com a 'família tradicional' e claros papéis de gênero quanto com 'valores tradicionais' e severa religiosidade.

Essas identidades se constroem também no campo do gênero, sexualidade e arranjos familiares, que encontram na sociedade resistências ao direito de igualdade. Ao dirigir o foco para os livros didáticos de Sociologia, há uma pretensão de ver como o gênero, a sexualidade e a conjugalidade são trazidos, a fim de colocá-los no debate do campo social, pois é neste que se constroem e reproduzem as relações de igualdade e diferença entre os sujeitos.

“A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, operações de incluir e excluir” (SILVA, 2008). Fixar uma determinada identidade como norma é privilegiar a hierarquização da diferença. Normatizar significa eleger uma identidade específica como parâmetro em relação às outras, o que nos faz pensar que aquilo que deixamos de fora é sempre aquilo que está “dentro”. Como se percebe nessa construção de identidade, a diferença é parte ativa da formação da identidade.

Sobre a materialização do discurso dos livros de ensino de Sociologia, percebe-se algumas características presentes: a) linguagem sociológica; b) normativa jurídica; c) linguagem pedagógica. Essa inteligibilidade é possível para alguém que mantém lugar de aproximação com as mensagens e com o letramento científico prévio: Cientistas Sociais, sociólogos, professores de Ciências Sociais, professores de Educação Básica e estudantes da disciplina nas escolas.

Outro nível discursivo textual vem do processo sócio/histórico da educação, com as representações normativas e jurídicas pelas quais o livro didático mantém a função de educar para o pensamento, para as condutas e para o conjunto da legislação educacional que regula as demandas sociais na propagação desse material. O livro torna-se, portanto, a materialização da cultura escrita, deflagrando ideias e produção simbólica.

Desejamos acentuar que é fácil ver a identidade do livro didático por meio de sua política. É como se estivesse marcado em suas páginas para todo sempre suas escolhas. Aquilo que é considerado aceitável, desejável, natural está ligado às definições e conceituações que se dão ao objeto. E isso estabelece a identidade. Para isso, os livros vistos como mercadoria estão alicerçados em um conjunto de

documentos oficiais que fomentam os estabelecidos compromissos. Esses documentos permitem apontar um caminho de diretrizes, metas e estratégias, com o intuito de visibilizar certos conceitos.

3.4 Regulando o conhecimento oficial de gênero e sexualidade no livro didático

Buscando inserir esses questionamentos, trouxemos um estudo sobre documentos da legislação brasileira educacional sobre sexualidade, a fim de entendermos a produção de identidades validada por determinações normativas jurídicas que chegam até os livros didáticos.

A primeira delas é a Constituição Federal de 1988, logo em seu preâmbulo, diz que a instituição do Estado Democrático é destinada a assegurar, dentre outros direitos, a liberdade e a igualdade como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Os princípios da liberdade e da igualdade são reafirmados no artigo 5º da Constituição: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Entretanto, ao falar em família, em seu artigo 206, mencionou somente as constituídas por homem e mulher, seja por meio do casamento ou de união estável, ou aquelas formadas pelo pai ou a mãe e seus descendentes.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação atual (Nº 9.394/96) traz em seu Art. 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania” [...]. E amplia no Art. 3º trazendo os princípios nos quais o ensino deverá se basear, dentre eles, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996, p. 1). O que percebemos nestes documentos é que as questões sobre a sexualidade não estão explícitas, devendo ser interpretadas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) publicados em 2000 trazem a temática da sexualidade no final da parte de Ciências Humanas e suas tecnologias (Parte IV):

[...] na construção da identidade dos jovens estudantes, [...] questionando o senso comum, podem contribuir para uma reflexão e melhor compreensão de sua inserção no mundo, relativizando um suposto caráter ahistórico e único da adolescência, desconstruindo um certo determinismo em relação a papéis sociais a serem desempenhados, frente à escola, ao trabalho, à sexualidade, à autoridade, à relação familiar e aos grupos com que interagem (BRASIL, 2000, p. 66).

Outro importante documento é o Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), criado em 2002, com o objetivo de garantir o direito à liberdade, os direitos à liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual.

Outro é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) criado em 2006, com o objetivo de inclusão, no currículo escolar, de temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual e pessoas com deficiências. Esse documento amplia o primeiro, assegurando a formação continuada dos trabalhadores da Educação Básica de modo a lidarem criticamente com esses temas. Do ponto de vista da Sociologia, esses documentos possuem interesses comuns, por poderem oferecer importantes subsídios orientados por ideias políticas e sociais.

O MEC publica em 2010 a proposta de um Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, com diretrizes e metas a serem alcançadas e estratégias a serem seguidas. Uma das metas é “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária” (BRASIL, 2010, p. 6). Para alcançar as estratégias e atingir a meta é preciso “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2010, p. 6).

Esses documentos fomentam encaminhamentos importantes que alcançam a área de políticas públicas da educação voltadas à sexualidade. São eles que apontam diretrizes, metas e estratégias a fim de encaminhar e visibilizar a diversidade sexual, promover a equidade de gênero e sexual e sendo de grande

relevância para o debate sobre arranjos familiares. Esses documentos alcançam os livros didáticos no tocante ao conteúdo determinado pelo currículo nacional.

Nesta discussão, desejamos começar a lançar luz sobre dois elementos imprescindíveis, o conhecimento oficial a que estes documentos estão produzindo e a complexidade política que alcança os textos nos livros didáticos. Para a tarefa que será teórica vejamos como esse direito formal se forma através do Programa Nacional de Livro Didático.

Para que algo se torne “conhecimento oficial” está envolvido nele todo um processo político. O primeiro passo no PNLD seria o edital que especifica todos os critérios para inscrição das obras. Os títulos inscritos pelas editoras são avaliados pelo MEC, que elabora o Guia do Livro Didático, composto das resenhas de cada obra aprovada, que é disponibilizado às escolas participantes pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica). Assim, os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.

O modelo é uma representação simplificada. Pode ser uma representação de algo real, como as maquetes, ou pode ser um diagrama, como um mapa que serve para orientação. Esses modelos focalizam um aspecto que pode nos ajudar a entender coisas diferentes na política. O edital seria um diagrama que impacta e traz um norte sobre os livros didáticos.

Apesar da perspectiva de limitação, o edital não é necessariamente improdutivo em persistir em padrões, mas afetam o teor da política e, conseqüentemente, os livros didáticos.

É importante lembrar que o impacto da legislação é um dos primeiros critérios para a obra ser inserida: “respeito à legislação. às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio” (Edital PNLD 2015 p. 39).

Podemos verificar que uma mudança específica em qualquer das legislações educacionais provocaria um impacto real na política pública e nos livros didáticos. Devemos ser cautelosos em afirmar que qualquer mudança seria o único impacto sobre o PNLD como política, porque, como vimos anteriormente, há uma grande força econômica e social que permanece constante sobre ela.

A respeito da legislação, o edital do PNLD 2015 considera as diretrizes e as

normas oficiais que regulamentam o Ensino Médio como estrutura para alcançar a política.

O edital tem, como tarefa, administrar o conflito entre os grupos, o estabelecimento de “regras do jogo” da política, a negociação de acordos, o equilíbrio de interesses, a oficialização de acordos sobre a política e um cumprimento efetivo desses acordos.

Desse modo, os critérios de inclusão ou exclusão do livro didático na política orientam-se na direção dos grupos que têm influência e de um capital cultural comum (BOURDIEU, 1996).

Quando o edital sugere as “regras do jogo” vigentes na observância de “princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e o convívio social republicano” (BOURDIEU, 1996, p. 39). A política pública, na realidade, está traduzindo uma agenda política ampla, multicultural, que reflete as “demandas do povo” na mesma intensidade que reflete os interesses e os valores da elite.

O elitismo abordado aqui não significa que o PNLD é contra as demandas dos movimentos sociais, mas apenas que os valores e conceitos são influenciados por ele.

Outro fator está na constatação das obras inscritas que se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, para seleção é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.

O resultado disso por meio da qualidade física dos livros é feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.

Sobre o programa, é preciso saber, ainda, que os livros didáticos distribuídos

pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica são confeccionados com uma estrutura física resistente para que possam ser utilizados por três anos consecutivos, beneficiando mais de um aluno.

O critério de reutilização dos livros acontece no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Os livros de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Biologia, Física e Química são reutilizáveis, devendo ser devolvidos ao final do ano letivo. Já os livros de língua estrangeira (Inglês e Espanhol), Filosofia e Sociologia são consumíveis. O aluno receberá livros de língua estrangeira a cada ano, não tendo que devolvê-los. No caso da Sociologia e da Filosofia, os alunos receberão um livro em volume único, ou seja, este será utilizado durante os três anos do Ensino Médio.

Para a manutenção da uniformidade da alocação de recursos do FNDE no programa — evitando grandes oscilações a cada ano — e em face do prazo de três anos de utilização dos livros, as compras integrais para alunos de 1ª a 5ª série do ensino fundamental, de 6ª a 9ª série do ensino fundamental e dos três anos do Ensino Médio ocorrem em exercícios alternados. Nos intervalos das compras integrais, são feitas reposições, por extravios ou perdas, e complementações, por acréscimo de matrículas.

Os livros consumíveis são adquiridos e distribuídos anualmente pelo fundo. A forma como cada documento é incorporado vai depender de cada autor também, o que inclui e o que exclui, criando, assim, traços de identidade.

A legitimidade dessa participação autoral se dá no reconhecimento das instâncias de poder inseridas nesses documentos, as regras estabelecidas nos editais do PNLD e das editoras com maior capacidade de produção de livros didáticos, já que são elas que possuem o papel de produtoras e de comércio do produto.

Do ponto de vista legal, há uma interseção entre os livros didáticos e a legislação educacional, na medida em que o primeiro tem a finalidade de produzir saberes pactuados socialmente, e que a segunda, pela escola, tem por fim constituir seres sociais. Isso tudo dentro de demandas cerceadas por questões políticas, sociais e jurídicas que é o Programa Nacional do Livro Didático.

Portanto, quando esse saber torna-se conteúdo escolar, certos princípios são

encarnados (APPLE, 1997): os princípios dos agentes do Estado e dos agentes econômicos que regulam o posicionamento ideológico do texto no processo de produção dos livros didáticos. Isso se dá, principalmente, na interação entre a construção das necessidades políticas educacionais e a operação lucrativa dos grupos editoriais.

Segundo o pesquisador, essas ideias sobre o Estado e o modo como o conhecimento é alterado nas políticas públicas de controle sobre os livros didáticos podem parecer abstratas, mas, enquanto teoria, são de grande importância. Elas vêm ao encontro da hipótese de busca de que os conteúdos se originam de relações de poder nas relações sociais e que as relações de forças advindas de uma política de regulação determinam o “conhecimento oficial” sobre gênero e sexualidade.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS LIVROS DE SOCIOLOGIA DO PNLD 2015 SOBRE OS ARRANJOS FAMILIARES

Neste capítulo, analisaremos os seis livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015, sendo eles:

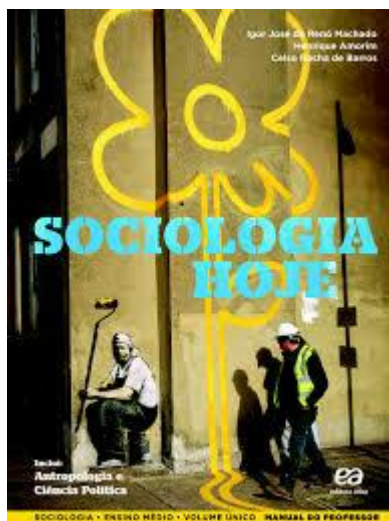
- *Sociologia Hoje*;
- *Sociologia*;
- *Sociologia em Movimento*;
- *Sociologia para o Ensino Médio*;
- *Sociologia para Jovens do Século XXI*;
- *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*.

O processo de análise dos livros didáticos é fortemente influenciado por variáveis externas à política em que eles estão inseridos. As políticas sobre gênero e sexualidade na educação, por exemplo, impactam o que os autores escrevem.

Os livros didáticos de Sociologia entram na disputa para inclusão de certos temas atuais, com especificidades sociais que precisam ser estudadas para que possamos compreender os arranjos familiares, que é o tema desta dissertação, entre elas as categorias de gênero e sexualidade.

4.1 *Sociologia Hoje* — Autores: Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros

Figura 1: Livro *Sociologia Hoje*



Fonte: (MACHADO; AMORIM; DE BARROS, 2015).

O ponto forte deste livro é a sua proposta de abordagem fundamentada na divisão das três áreas das Ciências Sociais — Antropologia, Sociologia e Ciência Política, cada qual trabalhada em unidades específicas e independentes. Essa característica faz com que os principais temas das ciências sociais recebam tratamento detalhado, favorecendo uma compreensão mais sistematizada sobre eles. Destaca-se pela linguagem apropriada e pelo projeto visual organizado em torno do grafite, tornando o livro interessante e aproximando-o do universo simbólico do aluno (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 40).

A questão da família neste livro é um dos pontos de encontro entre a Antropologia e temas contemporâneos. Com ênfase no parentesco, a conceituação de família, segundo os autores, constitui-se, antes de tudo, nas reflexões sobre gênero, a diferença entre homem e mulher, o feminino e o masculino.

A questão do público e do privado é abordada como algo central no debate sobre parentesco e gênero. Para isso, pautam-se na visão teórica do feminismo e sua representação de gênero.

Devemos afirmar que, ao pensar o gênero como produto de uma cultura, os autores já estão indo ao encontro da pertinência pedagógica de base legal do MEC,

que impõe um conjunto de diretrizes educacionais brasileiras e aponta a necessidade de constituir a diferença, permitindo, assim, conhecer e reconhecer o outro, incluindo aí o gênero e a sexualidade.

Ao construir seus argumentos sobre gênero, o livro *Sociologia Hoje* destaca duas autoras antropólogas, como Gayle Rubin e Sherry Ortner.

As condições prévias para escolha dessas autoras não são arbitrárias. São escolhas que só podemos entender quando recorremos as suas afirmações:

De forma geral, não falaremos de uma produção datada no tempo — como a Antropologia que se fez a partir da década 1970. Embora essa seja uma referência importante, vamos privilegiar aqui certas questões relevantes para o pensamento antropológico que não perderam sua atualidade e tem sido continuamente debatidas, relidas, refeitas. Ou seja, trataremos de textos que, embora não tão recentes, podem ser considerados contemporâneos por sua pertinência (MACHADO; AMORIM; DE BARROS, 2015, p. 93).

Sherry Ortner (1941) parte do pressuposto que a opressão é um fator universal, por meio dessa afirmação, tentou explicar sobre o que todas as culturas fazem da mulher em contraste com o homem. Para a autora, cultura é uma noção que a humanidade utiliza para garantir o controle da natureza. O corpo feminino, devido a ele e suas funções reprodutivas, a mulher seria uma intermediária entre a natureza e a cultura. Essa visão pode se tornar perigosa e as consequências são, geralmente, a tomada da anatomia para explicar os lugares sociais que cada um ocupa em gênero na sociedade, por exemplo.

Dialogando com o conceito de gênero, Rubin (1993) defende uma noção de uma matriz biológica, dada a diferença sexual entre macho e fêmea, a cultura dá lugar a homens e mulheres como sujeitos universais.

As duas antropólogas dão ênfase à “diferença sexual”, a diferença entre homem e mulher, o feminino e masculino. Rubin (1993) afirma que essa divisão, fundamental para o parentesco, cria o gênero, porque, assim, garante o casamento, instaura a diferença, a oposição entre os sexos. A nosso ver, se continuarmos colocando a questão de gênero sobre as diferenças, viveremos amarrados a uma estrutura de oposição contida no patriarcado, que são subjacentes dos discursos biológicos, médicos ou literários. Tais representações culturais efetuam-se no ritmo de tempos passados e continua a ocorrer na mídia, nos livros didáticos, nas escolas,

na família nuclear monoparental como modelo.

É importante compreender que o conceito de gênero se difundiu com força a partir desses estudos das antropólogas, tornando-se uma leitura obrigatória na literatura feminista. O ponto mais importante de destaque é pensar o gênero articulando à sexualidade, como uma questão política, o que torna uma grande contribuição por parte das autoras.

Inserindo-se sobre o debate natureza e subordinação da mulher, Rubin (1993), como já vimos no primeiro capítulo, elaborou um conceito de sistema de sexo/gênero. Segundo a autora, esse sistema seria um conjunto de disposições no qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Ao se referir sobre as relações sociais que convertem as “mulheres em domesticadas”, a autora afirma que há uma transitoriedade entre natureza e cultura, entre o hiato da sexualidade e o da procriação.

A complexidade da questão exige que analisemos as novas leituras de gênero que se esforçam cada vez mais para eliminar a naturalização na noção de diferença sexual. Há, portanto, uma forte crítica às antropólogas. O gênero era visto como cultural e por isso invariável, assim como quando alocado à natureza é considerado como fixo.

A própria natureza contesta essa característica fixa do gênero, por exemplo, quando pensamos nos intersexos.⁴ Esse conceito é essencial para a compreensão das críticas do sistema gênero/sexo, principalmente de Rubin (1993). Em todas as versões das teorias feministas, na atualidade, tentam articular a questão de gênero à especificidade de opressão das mulheres no contexto da cultura, sendo as distinções de gênero e sexo marcantes. Porém, amplia-se em torno dos pares de oposição natureza/cultura, natureza/história, natural/humano.

Rubin (1993), ao pensar o sexo como um processo fixo, utiliza-se de uma perspectiva estruturalista, ou seja, estabelece a existência de apenas dois gêneros (masculino e feminino), sugerindo que o processo de construção de gênero é limitado pelo sexo e que há características biológicas imutáveis, assim como o

⁴ “Intersexo” é um termo geral usado para uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual, que não parecem se encaixar nas definições típicas de sexo feminino ou masculino. Definição retirada de *Sociedade Norte Americana de “Intersexo”* — ISNA. Disponível em: <<http://www.isna.net/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

discurso religioso que apregoa que só existe a existência do macho e da fêmea como forma de verdade. Compreendemos que não existem características humanas universais, abrangentes e imutáveis, exemplo disso são as intervenções médicas autorizadas vistas como para “corrigir” erros da natureza.

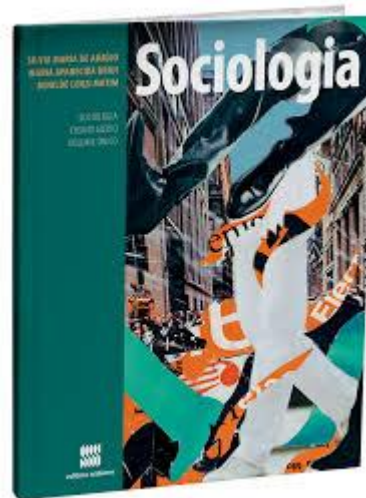
O livro não traz um conceito aprofundado de sexualidade durante toda a sua argumentação sobre família, utilizando somente o termo homossexualidade para reafirmar o parentesco como meio de legitimar a diversidade. Entretanto, nesse mesmo contexto, é trazido “parentesco tradicional” como meio de percepção do sistema cujas regras e relações são de um único modelo, porém não se utilizam do termo “família tradicional”, mais comumente usado em livros e artigos

Estudiosos da homossexualidade passaram a defender que o parentesco homoafetivo é tão legítimo quanto o parentesco ‘tradicional’. A ideia de uma desconexão do parentesco em relação à biologia deu margem tanto à luta contra a opressão da mulher — e contra a ideia de que cuidar dos filhos e se responsabilizar pelo mundo doméstico é um destino natural — como à luta pelo direito de homossexuais formarem famílias reconhecidas pelo Estado (MACHADO; AMORIM; DE BARROS, 2015, p. 97).

Partindo do pressuposto de que os autores lançaram mão de refletir e transmitir o que é legitimado na sociedade sobre sexualidade, ao abordarem sobre família, podemos comprovar que os “silêncios também são reveladores”, como advertiu Choppin (2004, p. 20).

4.2 Sociologia — Autores: Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim

Figura 2: Livro *Sociologia*



Fonte: (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015).

O livro está organizado em torno de temas centrais para a sociedade contemporânea. Essa opção permitiu a criação de uma estrutura de articulação entre conceitos, teorias e temas. Os capítulos que tratam da Família, Religião, Educação, Juventude e Meio Ambiente conferem uma originalidade nesse gênero de livros, constituindo-se em importante contribuição no conjunto da produção de livros didáticos de Sociologia. A relação entre apresentação dos conteúdos e perspectiva pedagógica é elaborada de tal forma que os capítulos combinam imagens, tabelas, gráficos e textos complementares pertinentes a cada temática trabalhada. A relação entre apresentação dos conteúdos e perspectiva pedagógica é elaborada de tal forma que os capítulos combinam imagens, tabelas, gráficos e textos complementares pertinentes a cada temática trabalhada. A obra aproxima-se do público do ensino médio elegendo formas de abordar as questões próximas dos alunos. O que justifica a inserção de capítulos sobre a Juventude — ‘Juventude: uma invenção da sociedade’, sobre a Família — ‘A Família no mundo de hoje’, sobre a Educação — ‘Educação, escola e transformação social’, sobre Religião — ‘Sociedade e religião’ e sobre Meio Ambiente — ‘O ambiente como questão global’, ao lado dos temas já tradicionalmente tratados nos livros de sociologia, tais como: o que é Sociologia? Trabalho, Cultura, Cidadania e Política e Movimentos Sociais (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 28).

O livro *Sociologia* possui um capítulo inteiro sobre família intitulado: “A Família

no Mundo de Hoje”, nele, os autores apresentam porque a família é considerada uma instituição social, como o patriarcado influencia a configuração da família nas sociedades ocidentais e como as mudanças sociais levam ao fenômeno de famílias em transição, com diferentes arranjos familiares. O material didático mostra como a escola, os meios de comunicação e outras instituições sociais transmitem valores e comportamentos.

Podemos, assim, estabelecer uma relação entre o que o texto desse livro didático diz e o que Plano Nacional de Educação define entre suas diretrizes: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade”.

Logo, o livro *Sociologia* apresenta um instrumental suficiente para explicar os “arranjos familiares”, o que faz surgir daí a necessidade de análise, para, utilizando-se desse material, tentarmos explicar sistematicamente as escolhas e as interações que os autores fizeram, bem como alcançou o PNLD e sua inter-relação com o conceito de gênero e sexualidade.

Talvez, um dos maiores desafios para um capítulo inteiro sobre família seja o de articular o conhecimento científico e sistematizar o estudo desse fenômeno social de modo apontar diferentes formas existentes que estão constituídas na sociedade.

O entendimento dessa realidade é visto na apresentação do modo de conceituar família, estabelecendo ligações do modelo de família tradicional com a evolução de outros tipos existentes na sociedade.

Constitui um exemplo desse modo de pensar o estabelecimento, nas primeiras páginas, de uma relação entre o que o Estado brasileiro via como único modelo de família e a abertura nos tempos atuais: uma definição mais ampla na qual se caracteriza a instituição familiar como um conjunto de pessoas relacionadas entre si por laços afetivos.

Uma definição mais ampla caracteriza a instituição familiar como um conjunto de pessoas relacionadas entre si por laços afetivos, e não somente pelo casamento ou pela filiação. O que aproxima e mantém unidos os membros de uma família são laços de parentesco e vínculos de afinidade, como sentimentos e interesses semelhantes e/ou a necessidade de sobrevivência. Não obrigatoriamente esses indivíduos coabitam (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 66).

O texto abre novos espaços de compreensão na relação entre gênero e sexualidade. Para mencionar apenas os autores clássicos citados, diríamos Pierre Bourdieu (1996) e Gilberto Freyre (1997), que introduziram o modo de tratar alguns questionamentos e reflexões sobre essas categorias.

Há um consenso dos próprios autores de que as Ciências Sociais, a Antropologia e a Sociologia consolidam os estudos sobre família, arranjos familiares e parentesco por meio do afincamento de pesquisas nessas áreas. A fim de se compreender e lidar com essa realidade, surgiram termos e expressões por meio dessas pesquisas que tentam orientar as políticas públicas de educação, no sentido de apontar caminhos e instrumentos para enfrentar o preconceito e os desafios. Entre esses termos se destacam “igualdade” e “enfrentamento de todas as formas de preconceito”, que têm muitos elementos em comum. Dentre eles a formulação de proposições conceituais alcançam diretamente os livros didáticos e a implementação de políticas públicas educacionais.

Dentre as Ciências Sociais, a Antropologia e a Sociologia são aquelas que têm estudado com mais afinco todo tipo de questão ligada às famílias, arranjos familiares e parentesco. Como a família é uma instituição central para compreender nossa sociedade, pela importância que damos a ela, centenas de autores abordaram o assunto, antes mesmo de a Sociologia ser ‘inaugurada’ como ciência, no século XIX (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 75).

Resultado disso, por exemplo, é a lei de Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio que faz menção explícita a esses termos no Art 16:

O projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar: [...] XV — valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 74).

Como se vê, os grandes temas “gênero” e “sexualidade” absorvem seguidamente a preocupação com o modo adequado de como concebê-los e tratá-los, de modo a recaírem no ensino, logicamente, sobre os livros didáticos também.

Os autores do livro *Sociologia* estão enfatizando a ideia básica de que não é possível entender um período histórico sem que antes se entenda a época posterior

ou de qualquer noção similar. E o grande exemplo é a definição de patriarcado operando ao longo dos tempos e em diferentes configurações históricas sobre arranjos familiares.

O grupo familiar é dinâmico e tanto sofre influências do contexto social em que se insere quanto contribui para promover ou apoiar mudanças no meio. Dessa forma, entende-se por que a família nem sempre foi como vemos hoje. Hoje ela divide a função de socialização e de transmissão de valores e comportamentos com a escola, creches, os meios de comunicação, as redes sociais e outras instâncias sociais. No período do Brasil colonial e imperial, por exemplo, a situação era diferente (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 71a).

No Brasil, houve um tipo de dominação entre colonizadores e indígenas em que a união entre homens portugueses e mulheres indígenas significou a multiplicação de filhos fora do casamento. A exploração sexual e do trabalho das mulheres negras pelos colonizadores também foi uma relação desigual que resultou em inúmeras relações interétnicas. Os grupos de elite entre colonizadores portugueses importaram para o Brasil o que chamamos de **família patriarcal**, um modelo que a autoridade é do patriarca e passa apenas a seus filhos homens (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 71b, grifo nosso).

Para o leitor, é um tanto estranho defrontar-se com um texto apresentando o “papel das diferenças entre os gêneros”. Logo se verá, contudo, que esse é apenas o ponto de partida para a discussão sobre arranjos familiares e sexualidade. A noção de diferença é trabalhada criticamente, sobretudo por meio da demonstração “família em transição”. Mais importante do que a ideia de transitoriedade, é a de “relações de gênero”, pois o uso do termo incorpora uma ideia de luta por igualdade de direitos, incluindo, também, o Estado nesse processo.

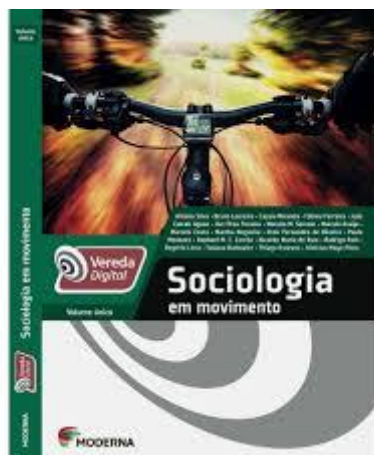
A leitura dessa obra convida ao aprofundamento do conhecimento sobre gênero e sexualidade. Revisa debates muito atuais com a diversidade de pontos de vistas de autores e as configurações de família que informam a dificuldade em pensar sobre na sociedade patriarcal na qual estamos inseridos.

A pluralidade das leituras indicativas no *corpus* do capítulo e os conceitos diferentes que adotaram comprovam a complexidade do tema. Mas essa complexidade se manifesta sobre a ótica e a diversidade de caminhos pelos quais os autores contestam a neutralidade e a objetividade de diferentes tradições dos arranjos conjugais. Os contextos sócio-históricos e as bibliografias indicativas ao longo do capítulo levam-nos a perceber os pares homem/mulher não como pares

antagônicos, mas como construção cultural de gênero.

4.3 Sociologia em Movimento – Autores: Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, João Catraio Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Costa, Marcelo Araújo, Martha Nogueira, Otair Fernandes De Oliveira, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Ricardo Muniz de Ruiz, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves e Vinicius Mayo Pires

Figura 3: Livro *Sociologia em Movimento*



Fonte: (SILVA *et al.*, 2015).

A obra destaca-se pela variedade de sugestões didáticas, articulação entre teorias e abordagens das Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia e introdução de estudos fora do eixo ocidental, com pensadores indianos, sul-coreanos, angolanos e paquistaneses. Além disso, temas da sexualidade, gênero, cidades e meio ambiente estão bem desenvolvidos. A categoria juventude aparece em vários capítulos, compondo com dados atualizados da situação dessa geração em cada tema trabalhado, como trabalho, família, movimentos sociais, estratificação e desigualdades sociais e cidades. Os temas são articulados tendo como pressuposto que o conhecimento é uma construção, o estudante é sujeito do conhecimento e o docente é o mediador. Isso aparece nas propostas de atividades que requerem uma mobilização do docente e do estudante desde o começo da discussão em cada capítulo. Há em todos os capítulos uma cronologia, um glossário, um saiba mais, quem escreveu sobre isso, considerações sociológicas, instrumento jurídico, indicações de filmes, livros; nas atividades, indicam-se reflexão e revisão, questões para debate, questões para pesquisa, exames de seleção e a seção Movimentação (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 34).

O debate em torno da família nesse livro inclui os termos reconhecimento da diversidade sexual e o respeito a ela. Podemos colocar de forma sintética que o material didático retrata a emergência da inclusão de um debate em torno da diversidade sexual na educação, no contexto brasileiro, quando associa a ação dos movimentos sociais LGBT e a redemocratização do país.

A religião não permitiu que se discutisse a pluralidade nas relações sexuais. Sendo enfrentada pelos movimentos sociais que assumiram um papel fundamental na definição de políticas públicas e, de certa forma, nas discussões oriundas da afirmação da “sexualidade plena”, tão defendida pelo feminismo.

A base reprodutiva do sexo nesse discurso religioso não permitia compreender como ‘normal’ um comportamento homossexual. Ao desviar o desejo sexual do seu objetivo sagrado, os princípios religiosos condenavam a homossexualidade, reduzida a atos pecaminosos, a perversões que deveriam ser reprimida. A força da tradição judaico-cristã-muçulmana contribui para a marginalização dos grupos LGBT por meio da disseminação do preconceito e da discriminação originada nos estereótipos de gênero (SILVA, *et al.*, 2015, p. 349).

O termo diversidade sexual, utilizado no livro, vem sendo problematizado por alguns autores de uma maneira ampla, pois oculta as relações de poder que foram construídas nessa categorização. Um grande exemplo é que o seu uso cotidiano é para aqueles que não são heterossexuais ou cuja identidade de gênero não obedece à imposição gênero-sexualidade-sexo. É, portanto, a heteronormatividade que faz com que a heterossexualidade seja excluída do termo diversidade sexual, pois na sociedade ela é vista como normal, não precisando ser nomeada, ou seja, até que nos provem o contrário todos nós somos heterossexuais.

O manual didático pode ser definido como integrante de um dispositivo da sexualidade e como agenciador privilegiado de poder; de controle e de normatização, ao partir dos saberes e dos enunciados oriundos de várias pesquisas, mas com um lugar privilegiado que define sobre o normal e o patológico. Entretanto, ao olhar o texto apresentado ele pode ser pensado como uma forma fundamental de propagação de direitos. Mas, queremos destacar, ainda, que, apesar de dois lados, estes não são antagônicos entre si, mas complementares, pois o livro faz a ligação entre aquilo que é público e privado o constantemente em suas páginas.

Desse modo, o livro, ao pensar sobre arranjos conjugais de uma forma

fundamental, por meio do acesso à igualdade de direitos, traz à política do livro didático, mesmo possuindo uma função de normatização, um espaço de construção do saber e de uma identidade.

Pensar esse tipo de formação e produção de conhecimento, numa perspectiva de direitos, exige a capacidade de perceber as lacunas existentes tanto na organização do texto como no campo temático que foi escolhido, exigindo, também, com que haja coerência para se perceber as questões de gênero e sexualidade como capazes de produzir identidades, tanto na esfera institucional — a escola onde o livro vai ser usado — como na individual. A formação que se dá por meio do livro didático, embora não podendo ser restringida a somente conceitos, deve pensar a forma como as pessoas se relacionam com as desigualdades.

A produção de conhecimento, principalmente num livro didático como esse, que alcança uma certa faixa etária, não poderá abdicar da leitura de mundo a partir de um ponto de vista que entenda a constituição humana de homens e mulheres, como inseridos em um dado problema a partir de uma situação historicamente construída. Isso não é uma forma de ver as situações de modo fixa e imutável, assim como as identidades não são, pelo contrário, elas estão em constante mudança pela ação dos sujeitos individuais e, fortemente pelos sujeitos coletivos que as transformam.

Ao falarem sobre gênero, os autores optam por refletir sobre o problema da desigualdade entre homens e mulheres.

Em geral, a religião traz a problemática de gênero, a subordinação da mulher a papéis sociais vinculados à sua capacidade de reprodução. Nesse discurso, não se compreende como “normal” um comportamento homossexual, por exemplo.

A origem patriarcal do judaísmo, de onde nasceram as duas outras grandes religiões monoteístas, o cristianismo e o islamismo, contribui para a reprodução da dominação masculina que sobrevive em sociedades contemporâneas machistas. A religião justificava, assim, a função subordinada da mulher, reduzida a papéis sociais domésticos vinculados à sua capacidade reprodutiva natural (SILVA, *et al.*, 2015, p. 349).

Daí a importância que é dada ao se falar sobre família, em processos educativos, a fim de construir entendimentos conceituais sobre gênero e sexualidade, assim como consensos de análise das diversas possibilidades e os problemas da

desigualdade de poder entre homens e mulheres existentes na sociedade.

O livro *Sociologia em Movimento* (2015) produz condições e um bom mecanismo para pensar a organização política no plano interno, assim como na sua ação política e no contexto que a envolve, principalmente na questão de gênero e sexualidade. Considerando o problema da desigualdade de gênero, o manual didático abre uma possibilidade de reexaminar a realidade social na qual atuamos e traz à luz uma nova perspectiva.

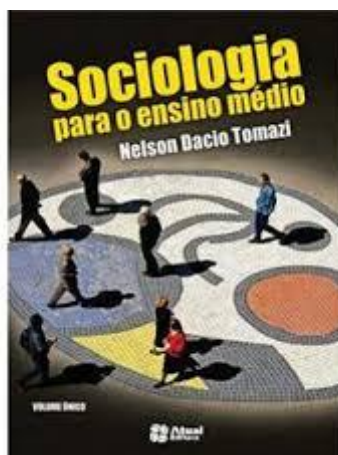
Dois elementos são muito relevantes para essa escolha: a análise da homofobia no interior do livro e a própria política do livro didático. Dentro da política, podemos avaliar que os procedimentos internos de tomadas de decisão de escolhas dos temas inferem certa “liberdade” dos autores ao abordarem o tema sobre família, suscitando a existência e condições de um debate de gênero tão rico com imprescindíveis reflexões sobre gênero e sexualidade.

Para alcançar os objetivos propostos, os autores buscaram textos secundários para complementação, o que permitiu conhecer as condições do feminicídio — trata-se do homicídio de mulheres por diversas razões e a Lei Maria da Penha, bem como traçar, em linhas gerais, o processo de luta no campo político-institucional a discriminação existente com base na sexualidade e gênero. Esses textos foram importantes para a reflexão em torno das categorias que norteiam as análises no texto sobre família, a organização em torno do tema e os instrumentos que ampliam os conceitos.

Em seguida, para descrição do conteúdo, optou-se pelo exame do tema visto pelo jornalismo; o que faz com que a escolha de levar dois posicionamentos de autores diferentes seja considerada uma particularidade interessante ao trazerem momentos históricos nos quais se produziram determinados discursos de reprodução de preconceitos de gênero.

4.4 Sociologia para o Ensino Médio – Autor: Nelson Dacio Tomazi (2015)

Figura 4: Livro *Sociologia para o Ensino Médio*



Fonte: (TOMAZI, 2015).

Este livro é estruturado de modo a contemplar as diferentes áreas que compõem as Ciências Sociais. Destaca-se pela quantidade e qualidade das imagens e pelo projeto editorial, favorecendo a abordagem de temas, teorias e conceitos que se apresentam de forma integrada entre os capítulos de cada unidade. A linguagem adequada, aliada ao uso de excertos de textos clássicos e de fontes diversas, faz com que a mediação didática se realize de maneira exitosa, aproximando o livro do mundo social do aluno, por meio de uma compreensão mais sistemática da realidade. Acrescente-se a isso, o repertório de livros e filmes sugeridos ao final de cada unidade, assim como a seção 'Conexão de Saberes', que busca articular os conteúdos das ciências sociais trabalhados em cada unidade a outras áreas de conhecimento. As atividades propostas buscam mobilizar tanto a capacidade de escrita do aluno, como também o exercício do olhar, por meio de diferentes recursos de imagens (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 18).

Como já mencionado, o PNLD abre a possibilidade de se falar sobre gênero e sexualidade de diversas formas. A decisão cabe ao autor da obra de como abordar tais temas. Desse modo, o livro *Sociologia para o Ensino Médio* tem uma página sobre família, com o título “Tudo começa na família”, contudo, a conceituação não aborda sobre gênero e sexualidade.

Não significa que, ao assumir o silenciamento sobre gênero e sexualidade, o

manual didático não confere uma identidade de atuação política. O autor pensou família como construção de um espaço privado e os desafios que se colocam como os integrantes, como sujeitos sociais que possuem direitos. Ele buscou articular o tema família a uma proposta de regras e tradição sem se adentrar as variedades de modelos conjugais.

O ponto de partida é a família, o espaço privado das relações de intimidade e afeto, em que geralmente, podemos encontrar alguma compreensão e refúgio, apesar dos conflitos. É o espaço onde aprendemos a obedecer regras de convivência, a lidar com a diferença e a diversidade (TOMAZI, 2015, p. 24).

Neste caso, a questão não é só a de ter ou não posição sobre gênero e sexualidade, mas ter conhecimento sobre a dimensão de toda complexidade que o livro didático tem ao alcançar uma faixa etária jovem e não se posicionar sobre a estrutura de poder existente sobre família. Tal perspectiva se apresenta no PNLD como um posicionamento do autor e sua ação pode ser considerada uma identidade.

Afirmção de identidade e a marcação da diferença implicam a questão de excluir ou incluir conceitos (SILVA, 2009). Então, afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, o que será incluído e o que será excluído. Em torno disso, a partir da construção social e da não valoração de gênero e sexualidade no tema, pode-se tratar de uma elaboração estratégia que se coloca sobre um não posicionamento sobre temas polêmicos e o não enfrentamento desses problemas.

Uma primeira questão a se enfrentar implica revisitar quais são seus princípios e valores, os problemas prioritários da realidade e qual campo político que se quer construir ao escrever determinado conceito e tema. Estes elementos estão em permanente elaboração no interior do livro didático, mas nem sempre são suficientemente debatidos.

Mesmo considerando essas diferenças e outras tantas que podíamos mencionar, há normalmente um processo de socialização formal, conduzido por instituições, como escola e religião, e um processo mais informal e abrangente, que acontece inicialmente na família, na vizinhança, nos grupos de amigos e pela exposição de meios de comunicação (TOMAZI, 2015, p. 24).

Instituir conceitos de relações de gênero, por exemplo, coloca em reflexão o

poder entre homens e mulheres como um elemento central da reflexão sobre o cotidiano que moldam a vida em diferentes instituições, inclusive a escola onde o livro didático alcança.

É inegável que, ao silenciar sobre a presença de outros tipos de modelo de família, ou focalizá-lo dentro de um único modelo, o livro didático contribui para a exclusão de uma grande parcela da população brasileira. Isso acaba acontecendo porque o adolescente não se vê inserido no contexto sociocultural ao qual pertence. Ao mostrar uma ilustração de um modelo de família apenas de pessoas brancas, com um perfil de classe média, o manual didático mostra sua identificação de ter sido feito para essa classe e para seu bem cultural.

Não temos, com isso, a intenção de ter aversão à obra ou ao autor. O que pretendemos demonstrar é que, mesmo em um livro aceito pelo MEC, como é o caso de *Sociologia para o Ensino Médio*, não se consegue evitar o silenciamento sobre gênero e sexualidade.

Sabendo que o livro analisado é indicado para as séries de alunos adolescentes e essa faixa etária é profícua a formação de valores, os conceitos que serão assimilados moldarão suas personalidades e construirão identidades. Vale ressaltar que o livro didático, ao apresentar somente um tipo de família, impossibilita a convivência com outros modelos diferentes.

A falta de referenciais do seu modelo de família ou aquele em que ele tem convívio prejudica a formação de sua personalidade ou até de como ele lida com as diferenças. Por meio da análise desse material, é possível perceber a existência de um único modelo de família aceito em nossa sociedade. Uma política educacional que tenha por objetivo a erradicação da discriminação de gênero e sexual deverá ser trazida aos livros didáticos, livrando-os de uma visão que insiste em desconhecer a diversidade cultural na sociedade brasileira sobre os arranjos conjugais.

4.5 Sociologia para Jovens do Século XXI – Autores: Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa

Figura 5: Livro *Sociologia para Jovens do Século XXI*



Fonte: (OLIVEIRA; COSTA, 2015).

O livro apresenta uma perspectiva dialógica por meio de linguagem jovial, buscando uma aproximação permanente com o estudante do ensino médio. Essa característica é notada nos títulos dos capítulos que remetem a questões do cotidiano, estimulando a curiosidade e o interesse do aluno. Destaca-se pela forma bem articulada com que trata o debate atual do campo das Ciências Sociais e das contribuições dos estudos e pesquisas sociológicas produzidas dentro e fora do Brasil. Traz temas relevantes da Sociologia com unidade e coerência em relação à abordagem didática, demonstrando a interligação permanente entre temas, teorias e conceitos. Boxes, quadros e exemplos históricos e atuais, assim como charges, letras de músicas e sugestões de filmes destacam conceitos e textos elucidativos, sempre valorizando situações familiares dos alunos na apresentação de análises sociológicas (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 45).

O debate sobre arranjos conjugais foi introduzido de maneira simples a partir de caracterizações familiares: papai, mamãe, tia e outros. As reflexões sobre família submetem o aluno, logo no início do parágrafo, a pensar sobre diversidade.

Assim como o livro *Sociologia Hoje*, parte do conceito de parentesco para abordar o tema proposto.

Todos nascemos numa família. Claro, mas nem todas são iguais ou se formam da mesma maneira. Mas, a família é a primeira instituição social em que o(s) indivíduo (s) ao nascer(em) entra(m) em contato. E por ser uma instituição primordial, ela é uma instituição que mais influencia e tem impacto sobre as relações sociais (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 48).

Entretanto, estrategicamente desenvolve um pensamento que garante uma complexidade ao abordar o tema monogamia. Ao reconhecer que as famílias não são somente constituídas por um tipo, questiona a “naturalização” das relações aceitas como padrão na sociedade.

Podemos dizer que um grupo de pessoas formado pelo pai, pela mãe e pelos filhos constitui uma família. Isto é o que acontece entre maioria das pessoas do mundo, em especial nas sociedades ocidentais. Esse tipo de família, encabeçada por um homem e por uma mulher, é intitulada por *monogâmica*. Porém, em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil, alguns grupos de pessoas estão inseridos em famílias que não são estruturadas dessa forma. Há famílias em que sua organização é baseada somente com um pai e várias mulheres, que tem vários filhos deste mesmo pai. Existem sociedades em que ocorre o contrário uma mulher com muitos maridos. Essa forma de organização é chamada de *poligamia* e é comum, por exemplo, no primeiro caso — um homem com várias esposas — em algumas sociedades muçulmanas. Já o segundo caso — uma mulher com vários parceiros — pode ser encontrado em algumas sociedades existentes na Costa do Marfim e em Moçambique, na África (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 48).

Operando por meio de exemplos concretos da vida cotidiana, e das construções simbólicas, sustentam os autores o argumento de basear as questões de gênero a fim de que estas sejam compreendidas e enfrentadas no sentido de uma busca de transformação, o que significa romper com modelos, padrões de comportamento e estereótipos, que são reflexo de uma sociedade.

Desse modo, os autores buscam romper com a dominação de gênero quando se referem ao fenômeno da chefia de domicílios por mulheres como uma nova realidade. A existência desse modelo tem sido ocultada por uma uniformização das formas familiares no Brasil por chocar com o modelo dominante no qual somente os homens constituem a base familiar.

Hoje, há um novo fenômeno, por uma série de razões, em que os filhos só contam com suas mães. Em algumas sociedades africanas, como as citadas na passagem acima, são as mulheres a principal referência para as famílias, ou seja, a identificação de uma família acontece a partir da identificação de quem são os filhos e os irmãos destas mulheres. Os pais das crianças podem até ser identificados, mas são os papéis das mulheres que identificam uma determinada família (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 48).

Esses elementos ancoram na conjugação dos princípios de autonomia, identidade e diversidade. E mais, ampliam a compreensão de diferentes identidades e construções sociais mais democráticas.

4.6 *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* – Autores: Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O'Donnel

Figura 6: Livro *Tempo Modernos, Tempos de Sociologia*



Fonte: (BOMENY *et al.*, 2015).

A obra apresenta os conteúdos das Ciências Sociais organizados em torno de uma proposta pedagógica que articula todos os capítulos e seções. Os textos convidam os estudantes a 'desconfiar das certezas' e do 'senso comum'. Para mobilizar o leitor, as autoras exploram as cenas do filme 'Tempos Modernos' de Charles Chaplin como fios condutores dos problemas estudados pela Antropologia, Ciência Política e, sobretudo, pela Sociologia. Destaca-se a qualidade da problematização inicial de cada

capítulo, que começa com cenas do filme *Tempos Modernos* e encadeia o diálogo entre autores e abordagens teóricas clássicas e contemporâneas. Os autores das ciências sociais brasileiras são, de fato, inseridos e mobilizados nas reflexões sobre as temáticas e categorias da modernidade, socialização, cultura, diversidade, desigualdade, raça/etnia, classes sociais, estado, política, entre outras. Autores como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Florestan Fernandes e Hebert de Souza, o Betinho ajudam a elucidar as reflexões e as perguntas formuladas em vários capítulos. A maior contribuição contemporânea nacional à obra se dá por meio da Antropologia de Roberto DaMatta, que inspira a pensar sobre 'o que faz do Brasil, Brasil', ao propiciar uma análise sobre a identidade brasileira e seus dilemas ao lidar com os espaços público e privado. As autoras do livro propõem situações criativas para a aprendizagem das teorias, um exemplo é o 'sarau imaginário', em que vários autores são chamados para uma 'conversa' sobre a modernidade e suas contradições. Karl Marx, Alexis de Tocqueville, Max Weber, Émile Durkheim, Norbert Elias, Georg Simmel, Walter Benjamin e Michel Foucault compõem o grupo da 'conversa', cada qual com 'sua' visão teórica sobre a chamada sociedade moderna (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 23).

A originalidade deste livro é apresentada ao iniciar o capítulo catorze, sobre sociedade, os autores estabelecem dados do IBGE sobre área urbana e rural, transpondo, assim, a oposição clássica entre sociedade tradicional e sociedade industrial. A análise da sociedade brasileira constitui, então, o modo principal pelo qual os autores iniciam falando sobre família. Ela é usada também como modelo para as perguntas geradoras que ressaltam a complementaridade dos papéis de gênero: masculinos e femininos e as estruturas familiares.

Uma boa maneira de iniciar esta reflexão é imaginarmos uma pesquisa com as pessoas mais velhas que estão à nossa volta. O que diriam os mais velhos sobre a vida familiar do tempo que eram crianças? Do que será que eles lembram? Contariam que as famílias eram sustentadas com o rendimento do trabalho do pai ou do pai e da mãe? [...] (BOMENY *et al.*, 2015, p. 224).

Contudo, os autores levam essa análise mais longe ao questionarem os interesses de reprodução social associados ao casamento (construções sociais sobre o corpo reprodutor feminino e masculino, a existência ou não de arranjos conjugais, as implicações de homens, mulheres nas mudanças sobre ter ou não filhos e sobre a quantidade deles).

Retomando esse fio condutor, eles estabelecem uma correspondência entre a socialização, como sendo a interiorização de normas e valores sociais e a

interiorização de sexo a partir da socialização familiar que assegura a estabilidade e o equilíbrio da sociedade.

Ora, como podemos perceber, não se trata somente de falar sobre a diversidade existente sobre família, mas de ir mais longe, de fundar outro olhar sobre as organizações que não devem ser “naturalizadas”, mas reflexões de pesquisa que já estruturam a disciplina de Sociologia. Diante disso, propõe-se efetuar trabalhos de análise, junto aos alunos, de estruturas sexuadas na sociedade nas quais se inscrevem, por exemplo, a questão de gênero (emprego de coisas que são masculinas e coisas femininas), a ordem hierárquica instituída por esse emprego e a resistência da sociedade aos diversos tipos de arranjos conjugais permitindo compreender um padrão vigente de moralidade. “Certamente há muita resistência aos arranjos pouco usuais, que contrariam os formatos familiares tradicionais. O que uns escolhem ou defendem pode parecer ofensivo a outros” (BOMENY *et al.*, 2015, p. 224).

Um exemplo particularmente esclarecedor é o da pesquisa realizada pelo IBGE e que ocupa um lugar central na análise sobre família. Nessa pesquisa, intitulada “A nova família brasileira”, dois tipos de situação foram observadas: o tradicionalismo de gênero e sexualidade referentes à presença de padrões morais — portanto normativos, valorativos —, de caráter fortemente tradicional, o que seria classificado como masculinidades hegemônicas, em que o homem domina e subalterniza a mulher; e o outro o espaço de espaços de sociabilidade e de cooperação solidária entre homens e mulheres, assim como diversos tipos de arranjos conjugais.

A persistência de valores tão tradicionais se dá, principalmente, pelos valores e argumentos religiosos e culturais fortemente entrelaçados.

A discussão sobre sexualidade foi bastante breve nesse livro, mas surge como uma fonte de identidade de reflexão sobre as condições históricas, sociais e culturais no Brasil, a fim de criar conceitos que levem formas de pensamentos democráticos e inclusivos.

Dessa maneira, a literatura apresentada amplia as expressões de gênero e estimula a possibilidade entre os leitores jovens sobre questões relativas à sexualidade.

Um dado significativo em relação aos arranjos conjugais se deve ao fato de os autores trazerem as condutas em relação à procriação como fator de reorganização dos vínculos entre sexualidade, casamento e reprodução. Há homens e mulheres que não querem ter filhos, assim como casais que vivem há muito tempo juntos, com filhos, e não querem oficializar a união. O que eles demonstram é que as relações de sexualidade, casamento e reprodução são diversas e incontáveis.

Normas e valores sexuais mudam, mas os paradigmas que pesam sobre a sexualidade feminina não são as mesmas que recaem sobre a sexualidade masculina. A linguagem sobre a sexualidade é poderosa para expressar hierarquias e classificações. Esse é um dado significativo levantado no manual didático uma vez que este é voltado aos jovens.

4.7 As análises dos livros e as influências no texto

A partir da imersão nas análises ricas em sentido, podemos perceber uma variedade de elementos na avaliação do livro didático. Como dito anteriormente, o livro didático é um artefato cultural produzido numa rede de discursos que, na abordagem de Cassiano (2013), é representada pela política, assim como os textos produzidos para ele.

Diante disso, assumimos que o livro didático é construído, por meio do PNLD, levando em consideração o discurso oficial, do MEC e os autores, nas suas conceituações.

No conjunto dos livros apresentados, é possível encontrar certa marca entre os conhecimentos específicos, sobre arranjos conjugais, associados ao pensamento feminista e o projeto de repensar o gênero e a sexualidade. Ao comparar dois livros didáticos que abordam o tema sobre família como uma revisão teórica feminista, percebe-se uma crítica à sexualidade ligada ao gênero e à reprodução: “Para combater a opressão imposta às mulheres, as feministas questionaram sistematicamente as noções tidas como evidentes nas relações entre homens e mulheres” (MACHADO; AMORIM; DE BARROS, 2015, p. 95).

Já o livro *Sociologia em Movimento* (2015, p. 350-351) traz que:

As teorias feministas e o marxismo criticaram os padrões 'normais' de família. A Antropologia também cumpriu seu papel na relativização do conceito ao demonstrar que há inúmeros arranjos possíveis para constituir o que cada sociedade chamará de família. Por exemplo, entre o povo Bororo, que vive no estado de Mato Grosso, um homem deve mudar para residência da esposa ao se casar. No entanto, ele continua pertencendo à sua linhagem, que é sempre matrilinear (ou seja, o pertencimento de cada indivíduo é definido pela linhagem de sua mãe). Em cada casa, portanto, há cerca de três famílias nucleares, de diferentes linhagens.

O livro didático *Sociologia Hoje* aponta a importância do combate à opressão de gênero ao citar o feminismo. De acordo com Louro (1997), autoras feministas Simone de Beauvoir, Betty Friedman e Kate Millet foram um marco na elaboração teórica feminista e política no meio acadêmico. Essa elaboração teórica se consolida ao proporcionar um olhar científico acerca da opressão vivenciada pela mulher e sua relação com a subalternidade.

Nessa direção, está a definição de público e privado trazida por Biroli (2010), em que a projeção de uma esfera pública homogênea, silenciada sobre a existência de públicos distintos da vida privada restringe o universo da constatação do que é público e legítimo. Essa dualidade corresponde a uma restrita visão sobre pensamento e normas que alcançam, principalmente, as mulheres. Em nome da preservação da esfera privada, os direitos dos indivíduos na família foram menos protegidos do que em outros espaços, ainda que neles também as garantias fossem incompletas e diferenciadas de acordo com as posições sociais. Com isso, a garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico foi vista como uma ferramenta poderosa de manutenção da dominação masculina. A dualidade entre público e privado é muito criticada no feminismo, no entanto, ainda serve de base em algumas abordagens teóricas entre arranjos conjugais, o que também é possível ver livros nos didáticos.

O ponto de partida é a família, o espaço privado das relações de intimidade e afeto, em que, geralmente, podemos encontrar alguma compreensão e refúgio, apesar dos conflitos. É o espaço onde aprendemos a obedecer as regras de convivência, a lidar com a diferença e a diversidade (SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO, 2015, p. 24a).

Os espaços públicos de socialização são todos os lugares que frequentamos. Neles, as relações são diferentes, pois convivemos com pessoas que muitas vezes nem conhecemos. Nos espaços públicos, não podemos fazer muitas das coisas que em casa são permitidas, e precisamos observar as normas e regras próprias em cada situação. Nos locais de culto religioso, por exemplo, devemos fazer silêncio; na escola, onde ocorre a chamada da educação formal, precisamos ser pontuais nos horários de entrada e saída, e assim por diante (SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO, 2015, p. 24b).

É curioso pensar que essas conexões trazidas pelo autor, Nelson Dacio Tomazi, respaldam padrões de autoridade e subordinação. É impossível descolar esfera pública e privada quando falamos de família, quando se quer uma sociedade democrática.

Recorremos a Foucault (2004) quando afirma que as práticas de interdição e disciplinaridade são mecanismos de poder e de vigiar. A justaposição das funções citadas pelo autor do livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*, silêncio e pontualidade normatizam as práticas disciplinares realizadas pelas instituições sociais dominantes e, ocorrendo o deslocamento da punição sobre o corpo.

Para Foucault (2004), é um novo regime de poder, pois implica um emaranhado de saberes, técnicas e discursos científicos, que se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir. Sendo assim, o regime de poder disciplinar produz saberes que, estrategicamente, vai servir de mecanismo para moldar o comportamento dos indivíduos.

O sociólogo afirma ainda que a punição e a vigilância são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar as pessoas para que estas se adequem às normas estabelecidas nas instituições. A vigilância é uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.

É possível afirmar que o parentesco quase sempre engloba relações de poder, dominação e subordinação. Além de estarem presentes na esfera familiar, as relações de dominação são encontradas na política, na economia, no trabalho. São relações assimétricas em que os indivíduos, para impor autoridade e influenciar outros indivíduos e grupos, podem se valer de meios físico-materiais e simbólicos, como a violência, a persuasão, a pressão, o assédio, a sedução e até a própria educação, os valores, a moral. Essas relações implicam dependência e obediência [...] (SOCIOLOGIA, 2015, p. 67).

Faz sentido, assim, abandonar a visão de esfera pública e privada correspondente a lugares e tempos distintos na vida de indivíduos e discuti-la como Biroli (2010), que afirma como sendo um complexo diferenciado de relações, de práticas e direitos, incluindo direito à publicidade e à privacidade, que estão permanentemente imbricados, uma vez que os arranjos, as relações de poder e os direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra.

O parentesco é um sistema de alianças que ordena e classifica a vida social, com especificidades no tempo e em diferentes sociedades. Os integrantes de uma rede de parentesco não se reconhecem biologicamente, mas sim por meio de uma complexa lógica de classificação social, que varia entre os diferentes grupos, segundo o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (SOCIOLOGIA, 2015, p. 66).

O parentesco remete a universo da vida privada. Aquilo que entendemos como família é uma forma de parentesco. A vida privada é uma questão central nas reflexões sobre gênero, pois é nesse universo que nascem muitos aspectos da discriminação da mulher. Assim, o parentesco passou a ser analisado também a partir da crítica feminista (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p. 94).

E ainda:

Além das relações simbólicas que nos tornam 'pai', 'mãe', 'filho' num sistema de parentesco e de muitos papéis sociais, a Antropologia do parentesco tem se dedicado também a entender de que forma a organização da vida comum, em grupos de parentesco ou 'famílias', influenciam a construção de nossas visões de mundo (SOCIOLOGIA, 2015, p.75).

Ao evidenciar a opressão da mulher, o tema do parentesco ganhou destaque. O parentesco lida com fatos naturais, como parto e reprodução, com o mundo privado (criação dos filhos) e com o mundo público (quando organiza a vida de muitas sociedades). A própria relação de parentesco é um híbrido de natureza e cultura, tratando da produção de relações sociais que também oprimem as mulheres. Assim, muitos antropólogos passaram a pensar o parentesco através da questão de gênero (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p. 96).

Como já vimos, a ideia de família tem uma influência profunda na concepção da divisão sexual do trabalho. Durham (1983) também afirma, tal como os autores do livro *Sociologia Hoje*, que parentesco é visto na atualidade por meio do feminismo. Esses elementos ampliam o discurso para definição de parentesco e nos remetem o que foi abordado no capítulo dois com Durham (1983), sobre família ser um grupo

social, no qual as pessoas possuem afinidades e consanguinidade. O parentesco visto pelo autor é que regula as relações familiares e determina as suas formas. Assim,

Geralmente uma família é definida a partir de laços de parentescos, convivência e necessidades mútuas dos indivíduos. Podemos dizer que estas são suas características básicas, porém, suas formas variam no tempo e no espaço. Variam, porque dependem da cultura (veremos este conceito mais adiante), ou seja, de hábitos, costumes e valores de uma determinada sociedade, dependem das relações econômicas, das relações com determinada religião e outros fatores (SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI, 2015, p. 48).

O material didático chama atenção para compreendermos as especificidades da cultura, dentre seus destaques a religião, por tornar o discurso sobre família, gênero e sexualidade dentro de um contexto histórico e social. Os processos de formação — e por que não ampliar para o livro didático? —, devem considerar os conceitos pedagógicos como instrumentos que contribuam para formações de sujeitos individuais e coletivos, com autonomia e capacidade crítica, como numa proposta freireana, na qual se articulem os princípios e valores feministas em uma pedagogia popular, ou seja, ações políticas que têm como objetivo mudar as relações de injustiça presentes na vida dos indivíduos e no enfrentamento das desigualdades (GOUVEIA, 1999).

Outro elemento relevante que influencia na sustentação da leitura de mundo é a religião, trazida pelos autores do livro didático *Sociologia para Jovens do Século XXI*, com o propósito de encaminhar a questão de gênero e sexualidade no capítulo. Isso implica que, em nível de discurso, deve-se ter em mente que a religião influenciou as normas de comportamento social.

A religião estabeleceu um discurso que influenciou as normas de comportamento social. No grande universo da tradição judaico-cristã-muçulmana, o objetivo da relação sexual seria apenas a reprodução da espécie humana. À mulher, devido à sua condição biológica na gestação e amamentação, caberia o papel de cuidar dos filhos e alimentá-los, enquanto o homem seria o provedor e senhor na sociedade conjugal. Pela 'vontade de Deus', a mulher deveria manter-se fiel e submissa ao homem e dedicar-se ao cuidado da família (SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO, 2015, p. 349a).

A origem patricarcal do judaísmo, de onde nasceram as duas outras grandes religiões monoteístas, o cristianismo e o islamismo, contribuiu para a

reprodução da dominação masculina que sobrevive em sociedades contemporâneas machistas. A religião justificava, assim, a função subordinada da mulher, reduzida a papéis sociais domésticos vinculados à sua capacidade reprodutiva natural (SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO, 2015, p. 349b).

Diante desses argumentos, consideramos, assim como Apple (1993), que os discursos nos livros didáticos apresentados implicam a necessidade de estarmos seguros sobre os textos representarem a versão de “alguém” sobre a realidade social e as relações humanas.

[...] há muitas resistências aos arranjos poucos usuais, que contrariam os formatos familiares tradicionais. A vida em sociedade está cheia de casos que revelam tensões, não só no Brasil como nos demais países. O que uns escolhem ou defendem pode parecer ofensivo a outros. Acontece também, por exemplo, com as manifestações culturais que dão sentido às tribos formadas por jovens e com as opções religiosas (TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA, 2015, p. 224).

Também é importante destacar que os livros didáticos têm uma importância própria. Eles, pelo seu conteúdo e forma, trazem construções particulares da realidade, modos de selecionar e organizar um vasto universo de conhecimento que acaba se tornando o “conhecimento oficial”, como afirma brilhantemente Apple (1997). Não seria diferente com a sexualidade e o gênero, ligados aos arranjos conjugais.

Os materiais didáticos trazem mensagens para e o sobre o futuro, já que fazem parte do currículo, estão incluídos dentro de uma política e seus textos trazem o conhecimento organizado na sociedade. Com isso, participam da criação do que a sociedade reconhece como legítimo e verdadeiro, ajudando a estabelecer uma seleção do que privilegiar, como verdades, referências sobre os conceitos, a cultura, a crença e a moralidade. No livro didático *Sociologia*, a questão sobre temporalidade é logo marcada no título “Família em transição” que trata sobre as mudanças que ocorrem na família.

O grupo familiar é dinâmico e tanto sofre influências do contexto social em que se insere quanto contribui para promover ou apoiar mudanças no meio. Dessa forma, entende-se por que a família nem sempre foi como a vemos hoje. Hoje ela divide a função de socialização e de transmissão de valores e comportamentos com a escola, as creches, os meios de comunicação, as redes sociais e outras instâncias sociais (SOCIOLOGIA, 2015, p. 71).

Os autores procuram incorporar no livro didático conceitos que avancem nas questões de gênero e sexualidade no âmbito educacional.

Essas novas informações, valores e ideologias e visões de mundo afetaram diretamente o direito e o Estado e acabaram trazendo novas possibilidades às famílias e aos relacionamentos conjugais. Algumas consequências dessas novas possibilidades, que podemos constatar hoje, são: o crescimento do número de separações e divórcios, a dificuldade em compatibilizar o trabalho com a rotina da família e a distinção entre sexualidade e reprodução [...] Também os movimentos pela diversidade sexual colaboram com as mudanças no âmbito familiar, pois questionam a heterossexualidade como norma social. Isso abriu espaço para o reconhecimento de arranjos familiares fundados em relações homoafetivas, termo usado para referir-se aos sentimentos de afeto e aos relacionamentos amorosos entre pessoas do mesmo sexo (SOCIOLOGIA, 2015, p. 81).

Na família, a diferenciação de papéis masculinos e femininos é, em geral, reforçada pela educação. Em busca da igualdade nas relações de gênero, os movimentos feministas e os movimentos sociais conquistaram vitórias contra a opressão. Mas, segundo os estudiosos desses temas, ainda há muito a fazer para construção da igualdade, seja no ambiente doméstico (onde raramente os homens partilham a sobrecarga de tarefas com as mulheres), seja no trabalho (onde a mulher ainda tem dificuldade de acesso de cargos e funções de altos salários) (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p. 79).

Como os autores dos dois livros abordaram o gênero, pautando suas ideias, Scott (1985) que enfatiza o caráter fundamentalmente social das distinções de sexo. Historicamente, segundo o autor, o termo “gênero” teve sua aparição com as feministas e indica a rejeição do determinismo biológico.

A grande difusão da questão de gênero por parte do Movimento feminista contribui com esta temática e alcança também os livros didáticos. Os autores utilizam o conhecimento adquirido na área de gênero para uma fundamentação teórica. Como já dissemos, gênero é um conceito que traz uma leitura mais complexa da realidade social. Vendo assim por este prisma é possível afirmar que as desigualdades de gênero são estruturadas na realidade social e desafiam os livros didáticos a produzirem conceitos que ampliem a visão de mundo dos alunos que tenham acesso a eles.

Na perspectiva de Giddens (1987), a família é um local de luta entre a tradição, a memória, a linguagem e a modernidade racional diante da realidade. A visão do sociólogo é que o centro da vida familiar é a intimidade e não o amor romântico como era anteriormente. Uma relação estável seria aquela em que ele

denomina “democracia das emoções” — uma situação em que são aceitas as obrigações e os direitos previstos em lei.

Janet Carsten, uma importante antropóloga britânica, diz em seu *After Kinship* [Após o Parentesco.] que a ‘casa’ tem uma dimensão física — o espaço, a parede, os objetos — mas também uma dimensão simbólica. Esta é formada pelas pessoas e pelas visões de mundo que orientam suas relações umas com as outras, com os objetos e com o espaço. Essas relações são executadas nos rituais do dia a dia. Segundo essa autora, a forma como a casa está organizada, ou a forma como seus habitantes fazem as refeições ou dividem tarefas, são importantes momentos de construir, transmitir e reafirmar valores, conceitos e visões de mundo (SOCIOLOGIA, 2015, p. 75).

Ponto semelhante o livro didático é o de Giddens (1987), sobre família e intimidade, o que também é abordado no livro *Sociologia para o Ensino Médio*: “O ponto de partida é a família, o espaço privado das relações de intimidade e afeto, em que, geralmente, podemos encontrar alguma compreensão e refúgio, apesar dos conflitos” (TOMAZI, 2015, p. 24).

Outro critério que permitiu contemplar diferentes pontos de vista dos autores, relacionado a gênero e sexualidade, é o discurso de “naturalização” (FOUCAULT, 2004), no qual a ideia de dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares colabora para a domesticidade feminina, para que seja visto como natural relacionar à mulher à natureza. As diferenças percebidas entre o corpo feminino e o corpo masculino foram trazidas como desigualdades ao longo do processo histórico e cultural, cujo resultado foi a naturalização de vários estereótipos femininos e masculinos.

Além de essas regras serem restritivas, tentam encaixar as pessoas em estereótipos sociais. Por meio das desigualdades de gênero são criadas as relações de poder, privilégios e hierarquias sociais, a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres ou entre masculinidades e feminilidades (LOURO, 1997).

Existe também uma tendência (muito presente em nossa sociedade) de relacionar a mulher à natureza e o homem à cultura: às mulheres cabem o parto, a maternidade, a amamentação, enquanto aos homens cabem a produção, a transformação do mundo. Essa associação leva a discriminação da mulher. Já que na oposição natureza/cultura, o polo cultura é sempre mais valorizado (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p. 93).

Estudiosos da homossexualidade passaram a defender que o parentesco homoafetivo é tão legítimo quanto o parentesco tradicional. A ideia de uma conexão do parentesco em relação à biologia deu margem tanto à luta contra a opressão da mulher — e contra a ideia de que cuidar dos filhos e se responsabilizar pelo mundo doméstico é um destino natural — como à luta pelo direito de homossexuais formarem família (SOCIOLOGIA HOJE, 2015, p. 97).

Dessa forma, a tradição passa a ser compreendida como aberta aos processos de ser reconstruída, reinterpretada e reinventada. Isso seria a destradicionalização, ou seja, o ponto em que a tradição muda seu *status* e é constantemente contestada, como afirma Giddens (1987).

Assim o padrão de normalidade do arranjo social da família nuclear (pai, mãe e filhos) se justificaria pela sua eficiência em cumprir a função social de reproduzir a sociedade não apenas biologicamente, mas também seus valores, crenças e normas de conduta. Esse padrão familiar formaria nos indivíduos uma personalidade normal, isto é, adequada às normas sociais de acordo com sua funcionalidade (SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO, 2015, p. 350).

Louro (1997) e Scott (1985) problematizam a sociedade patriarcal heteronormativa, como visto no livro *Sociologia em Movimento*:

Ao desviar o desejo sexual do seu objetivo sagrado, os princípios religiosos condenavam a homossexualidade, reduzida a atos pecaminosos, as perversões que deveriam ser reprimidas. A força da tradição judaico-cristã-muçulmana contribui para marginalização dos grupos LGBT por meio da disseminação do preconceito e da discriminação originada dos estereótipos de gênero (SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO, 2015, p. 348).

Como demonstrou Foucault (1984), o discurso de classificar a sexualidade, tanto tradicional como científica, tem origem histórica. A ideia de perversão ou algo como sendo uma sexualidade “anormal” se desenvolveu principalmente no século XVIII, devido às ideias de moralidade e pecado pregados pela igreja e pela família tradicional.

Com base nesta noção, contrariando o essencialismo cultural que concebe identidades, ainda que culturais, como fixas e absolutas, o livro *Sociologia em Movimento* faz uma abordagem crítica:

O peso cultural da família patriarcal e da igreja em nossa sociedade, no entanto continua a ser uma forte influência para marginalização dos grupos

LGBT. Isso leva à violência homofóbica e transfóbica (aversão a homossexuais e a transgêneros), assim como à violência doméstica contra mulheres, fenômeno social de intolerância e machismo que por vezes acarreta a morte de mulheres, homossexuais, transgêneros e pessoas que não se enquadram nos estereótipos tradicionais dos gêneros (SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO, 2015, p. 351).

Do mesmo modo, Foucault (1984) afirma que a sexualidade é uma invenção social constituída historicamente. É a partir dos variados discursos sobre o sexo que é possível regular, normatizar, instaurar saberes que produzem “verdades”.

Vertentes da Sociologia veem a família por diversos ângulos. Os funcionalistas procuram ver na família as necessidades sociais que ela satisfaz, como o controle da sexualidade e a procriação, o sustento dos seus membros e a garantia de um status social a eles, a socialização, o cuidado e a proteção das crianças. Outros estudiosos consideram a família uma unidade na qual se encontram diferentes tensões que podem controlar o convívio no seu interior, como as relações entre cônjuges, pais e filhos, irmãos (SOCIOLOGIA, 2015, p. 76).

Como estamos interessados na problemática da família, tal como ela se apresenta nos livros didáticos de Sociologia, não poderíamos deixar de ater à questão da desconstrução das “certezas” e dos posicionamentos culturais arraigados, como afirma Louro (1999):

Podemos dizer que um grupo de pessoas formado pelo pai, mãe e pelos filhos constitui uma família. Isto é o que acontece entre a maioria das pessoas no Brasil e em muitas partes do mundo, em especial nas sociedades ocidentais. Este tipo de família encabeçada por um homem e uma mulher, é intitulada monogâmica. **Porém**, também em muitas partes do mundo incluindo o Brasil, alguns grupos de pessoas estão inseridos em famílias que não são estruturadas desta forma. Há famílias em que sua organização é baseada somente com um pai e várias mulheres, que tem vários filhos deste mesmo pai. Existem sociedades em que ocorre o contrário, uma mulher com muitos maridos. Essa forma de organização de família é chamada de poligamia é comum, por exemplo, no primeiro caso um homem com várias esposas [...] (SOCIOLOGIA PARA OS JOVENS DO SÉCULO XXI, 2015, p. 48, grifo nosso).

Nesse trecho, os autores desconstruem o modelo tal qual vemos na televisão, nos *outdoors* e articula um novo olhar, ressaltando a diversidade da família ao utilizar os termos monogamia e poligamia para justificar os diferentes arranjos conjugais. A idealização de família não deve se limitar à composição sexual e afetiva; imaginamos sempre uma família heterossexual e monogâmica, mas à diversidade

de que ela se apresenta. Ao fazer essa abordagem, o livro didático procura dar ênfase ao conjunto de representações de arranjos conjugais presentes na sociedade, abordando o amor romântico como uma construção social (GIDDENS, 1987).

Merece destaque, ainda, para maior compreensão das identidades trazidas nos materiais didáticos sobre arranjos conjugais, a noção de que estamos trabalhando com o gênero, pensando as relações sociais entre homens e mulheres construídas historicamente e, portanto, como grupos sociais e não como indivíduos. Daí a importância da política do livro didático, PNLD, que amplia o acesso aos livros didáticos e os saberes científicos.

Seguindo o raciocínio de Foucault (2004), sobre as relações de sexualidade, conhecimento e poder, o conhecimento nunca é neutro, pois está em um lugar de determinadas intervenções que influenciam e modificam a própria organização da sociedade.

Nesse sentido, as escolhas que cada autor imprime no livro didático, o conhecimento considerado legítimo, representado pelo currículo oficial, as leis que alcançam a educação e a política envolvem os textos dos livros trazendo uma identidade. Por isso, é preciso se opor à ideia de que haja uma autoridade textual que homogeneíze os textos, mas que, no entanto, há uma “cultura” que comum imposta pelo edital.

Para o escopo deste trabalho, e procurando responder aos objetivos que é proposto nesta dissertação, selecionamos alguns aspectos para ser analisados nos livros didáticos. Entretanto, a política do livro didático (PNLD), como uma política de Estado, desempenha uma forte influência em determinar qual capital cultural será incluído ou excluído do livro didático.

Como argumentamos, há atualmente uma imensa pressão em definir família e, conseqüentemente, em redefini-la na educação. Considerando-se a abordagem do ciclo da política, essa pressão não ficou fora do livro didático, por estar penetrada na intensificação dos autores em não definir o que são arranjos conjugais, e ao abordarem o tema, as questões de gênero e sexualidade são trazidas de modo que os alunos possam construir seu próprio conceito com ou sem a mediação do professor. Não temos pretensão de esgotar o assunto, pelo o contrário, queremos contribuir para que o tema “arranjos conjugais” deixe de ser um tabu, trazendo

inquietações e problematizações sobre ele.

É importante trazer que poucos autores abordaram a questão do divórcio. Sendo este um fator de repressão histórica sobre o casamento e que atualmente opera também como fator nas mudanças dos arranjos conjugais, o divórcio é um dos elementos importantes ao se falar em família, pois, por meio dele acabou a indissolubilidade do casamento, eliminando a ideia de família como instituição sacralizada vinda da religião judaico-cristã.

Isso demonstra que a família nuclear patriarcal continua a produzir efeitos de socialização com muita frequência nos livros didáticos, e, mesmo que haja a construção da consciência crítica via conhecimento científico, os conceitos de arranjos conjugais são comuns somente aos autores de *Sociologia para Jovens do Século XXI*, que conseguem empreender um esforço em apontar práticas conjugais que manifestam a intensidade de transformações culturais, com pautas menos institucionalizadas e mais próximas das vivências sociais: o conceito moderno de família nuclear (monogamia) e a negação dela que seria a poligamia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar, nos livros didáticos aqui analisados, que o PNLD se mostrou efetivamente um elemento motor que funciona/age democraticamente. Devido aos autores serem livres do processo de especificação sobre arranjos familiares, voltam-se, então, as atenções para as relações de gênero e sexualidade.

Quando mencionam as relações de gênero, geralmente são trazidas relações assimétricas e hierarquizadas de poder entre homens e mulheres, no escopo de um modelo binário, associado às relações vividas e experimentadas historicamente. Nesse sentido, a ideia é problematizar as relações cotidianas, e mesmo aquelas íntimas (privada x pública), nas famílias, escolas, igrejas, ou seja, nas diversas formas de associação humana, com o propósito de que os leitores jovens possam perceber o quanto elas são mutáveis e renováveis.

O objetivo é que os leitores do material didático possam se expressar autonomamente e criticamente diante um modelo de opressão existente na sociedade.

Ao trazer as relações de gênero, de modo não tradicional, os autores apresentam uma miríade de possíveis formas de interação político-sociais, que predominam a presença de valoração de relações cada vez mais simétricas e igualitárias entre os gêneros e as distintas expressões de sexualidade.

Foram significativos os livros didáticos que trouxeram esse modelo: a concordância com percepções sobre a discriminação de outros modelos de família na sociedade seria um dado bastante esperado, já que os livros estão incluídos em agenda política nacional bastante ampla, que inclui o multiculturalismo nos temas sobre gênero e sexualidade. Contudo, isso não justifica a quase nula viabilização de exemplos de variados modelos de família.

Ainda, parece-nos surpreendente, haja vista a liberdade em que os autores possuem dentro do PNLD, no âmbito institucional, sobre a questão de gênero e sexualidade, a concordância de um autor seja contrária, preferindo o silenciamento, como visto no livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi. Isso certamente indica muito do quanto ainda está enraizada a tal visão tradicional no

que tangem à sexualidade e ao gênero nas relações educacionais.

A análise do material didático revela que a sexualidade tem sido um foco importante para a abordagem sobre família. Na verdade, esse foi um achado interessante, já que as práticas e costumes sexuais são tabus nas disciplinas escolares.

À luz disso, talvez, seja surpreendente que os discursos dos demais livros, com mais páginas sobre o tema, sejam sobre teorias de construção social, plenamente relevante para um material didático. Além disso, os estudos feministas implementaram boa parte dos argumentos, assim como o projeto dos autores de repensar os arranjos conjugais, chegando até o gênero e a sexualidade.

Ao trazer a evidência histórica e as diversas culturas, ampliou-se a noção do papel da mulher, que varia amplamente, assim como o da sexualidade ligada somente à reprodução humana como sendo aparentemente uniforme, o que trouxe um novo olhar sobre o discurso religioso.

Além disso, essa ampliação traz aspectos ideológicos marcantes da ciência, o que facilita o acesso de algumas teorias sobre gênero, sem o caráter especialista da academia e com uma linguagem de fácil acesso.

A teoria feminista também fomenta a análise da política, pois em nenhum livro o gênero foi dissociado da sexualidade. Na teoria política educacional, produzida nas últimas décadas, sobre gênero e sexualidade, a contribuição do feminismo é crucial.

Se há algo que se pode identificar como um pensamento feminista é a reflexão crítica sobre público e privado. Mesmo os autores não usando tais termos, fica evidente o desenho entre a esfera pública e a esfera privada ao exporem seu caráter histórico e revelar as implicações diferenciadas entre homens e mulheres. Os livros didáticos demonstram, assim, que é possível descolar a esfera política da vida social, assim como a vida pública da vida privada, quando se pretende ter uma sociedade mais democrática.

Certas análises expõem a continuidade entre a posição em que mulheres e homens ocupam dentro dos arranjos conjugais, a fim de relacionar a divisão de trabalho e arranjos familiares convencionais.

A família é foco de disputas políticas e teóricas, o que incide diretamente

sobre a sua definição. Mas não é um tema impossível de contornar quando há preocupação com as desigualdades de gênero, por isso, em todos os seis livros, o tema está presente.

Entretanto, permanecem negligenciadas as formas de vulnerabilidade produzidas pelos diferentes arranjos conjugais, quando eles são citados, e os limites dos arranjos que são institucionalmente considerados como “família”.

Nos manuais didáticos, permanece, também, negligenciada a conexão de poder, esfera doméstica e familiar, sendo assim, são apagados os nexos entre hierarquias dentro da família, bem como a questão da violência familiar.

Outro questionamento se refere ao fato de que nas atividades propostas de gênero e sexualidade, voltadas para o tema, nenhum autor elaborou questões de “julgamento” sobre os exemplos compartilhados, como tópicos comuns que agem conjuntamente na sociedade para superação de discriminações, o que seria um bom viés para que o professor tivesse mecanismos de abordagens na sala de aula, não apenas com o texto escrito, mas também com debates acerca do assunto.

Há uma diferença em expor a privacidade e os problemas da esfera familiar, o que se espera é um viés dos parâmetros normativos vigentes e o modo das desigualdades de gênero socialmente produzidas.

Ao analisar conjugalidades nos livros didáticos, é possível perceber a ação política que incide sobre os livros didáticos e sobre o tema família. Propugnados pela legislação nacional, alguns livros fazem referência ao Estado, demonstrando a exigência de desenvolverem argumentos que alargam a esfera pública e os direitos nas noções fundadoras de cidadania impostos no edital do PNLD 2015.

A articulação entre cidadania, democracia e direitos humanos é trazida pelos autores no quadro conceitual e nas escolhas para fundamentar a estruturação do reconhecimento de família. Isso favorece um alargamento da perspectiva plural dos arranjos conjugais, mas exclui as alternativas de conjugalidades que escapam aos moldes formais. Trata-se, portanto, de trazer para o livro didático vivências pessoais, relacionais, sexuais, afetivas, que não se encaixam no perfil estreito de família tradicional que se pauta pelo ideal do amor romântico e a estabilidade conjugal.

Além disso, diante dos questionamentos suscitados por este estudo, acenamos em aproximar as pesquisas acadêmicas sobre arranjos familiares, gênero

e sexualidade e aquilo que é produzido nesses manuais, com o intuito de retirar o hiato existente entre livro didático e pesquisa acadêmica. Os autores dos livros didáticos ainda se utilizam de referências antigas em seus argumentos, não se recorrendo ao que está sendo produzido na academia de todo o Brasil sobre família, gênero e sexualidade na atualidade.

Desse modo, essa análise sobre os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 procura apresentar reflexões sobre arranjos familiares a fim de que os livros didáticos, ao chegarem às salas de aulas, sejam instrumentos de reflexão e diálogo sobre o tema por parte de professores e alunos. O livro didático, se comprometido com a inclusão, pode vir a ser um caminho privilegiado para transformações de preconceitos e discriminações, já que são importantes mecanismos culturais e formadores de conceitos. Sabemos que o manual didático, muitas vezes, é o único recurso que os professores possuem em sala de aula e são eles que introduzem diversas formas de conhecimento.

Reitero, por fim, a validade de uma educação crítica e emancipatória nos materiais didáticos a favor da diversidade familiar, que possibilite professor e aluno pensarem nas mudanças que ocorreram nos arranjos familiares na sociedade brasileira

Finalmente, a educação e os educadores podem ter um lugar de destaque em direção ao processo de construção do termo família, uma vez observado que este não se deu de forma linear ou contínua, de modo a se constituir como um conceito único e acabado. Pelo contrário, tal noção não pode ser reduzida a uma concepção única, fechada, plenamente formada e válida para todos os contextos sociais. A ideia de família comporta variações, contradições e está em permanente reconstrução.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. N. de. **Relações Customizadas**: uma reflexão sobre o vínculo conjugal em condições pós-modernas. 2012. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **A Política do Conhecimento Oficial**: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. da (Org.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, S. M. de; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia**. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2013.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

ARISTÓTELES. **De Anima** (tradução de W. D. Ross). Oxford: Clarendon Press, 1993.

BARCELLOS, M. R.; FÉRES-CARNEIRO, T. **Metáforas do casamento**: uma perspectiva cognitivista sobre o discurso de homens e mulheres. 2012. (Dissertação de Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BARBOSA, M. A. **Movimentos de resistência à monogamia compulsória**: a luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e gestão social) — Universidade Federal da Bahia, Bahia.

BERGSON, H. **Matéria e Memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Editora Martins e Fontes, 1990.

BIMBI, B. A.; MARTINS, H. F. **A disputa pelas palavras “matrimônio” e “casamento”**. 2011. Dissertação de Mestrado (Departamento de Letras) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BIROLI, F. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. **Revista de Sociologia e Política**. 2010, p. 51-65.

BITTENCOURT, C. M. F. Em Foco: História, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, set/dez. 2004.

BOMENY, Helena *et al.* **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 2.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. **A Dominação Masculina** (tradução de Maria Helena Kühner). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Programa Educação para todos: caminho para mudança. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 jun. 1985.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado, 1988.

_____. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília, DF. MEC, 1993.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. **Orientações Complementares ao Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (PCN+)**. MEC, Ensino Médio, Brasília, 2002.

_____. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-2015) — 28 Ensino Médio**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), Edital de Convocação 01/2013 — CGPLI.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Sociologia: ensino médio**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Livro didático, Brasília. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 37(132), set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/genero/trabalho_genero_brasil.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CAMPOS, E. S. **Formação docente e relações de corpo, gênero e sexualidade na educação**: entendendo conceitos e refletindo ideias. 2011. (Dissertação de Mestrado) — Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006.

CARLOS, P. P. **“Sou para casar” ou “pego, mas não me apego”?**: práticas afetivas e representações de jovens sobre amor, sexualidade e conjugalidade. 2011. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, D. L. T. de. **Do sonho ao sim**: a vulnerabilidade das mulheres no consumo dos ritos do casamento. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CARVALHO FILHO, B. J. de. **Marcas de Família**: travessias no tempo. São Paulo: Annablume/Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

CASSIANO, C. C. de F. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI**: a entrada do capital espanhol na Educação Nacional. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, p.549-566, set./dez.2004.

CONNEL, R. W. **Masculinities**. Los Angeles: University of California Press, 1995.

CONCEIÇÃO, T. A. de O. da. **Práticas de gênero e sexualidade**: a produção discursiva sobre o/a professor/a homossexual na docência primária. 2012. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém.

DAMATTA, R. Você Sabe Com Quem Está Falando? *In*: **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

DELAMATER, J. A Sociological Approach. *In*: J. H. Geer & W. T. O'Donohue (Eds.), **Theories of human sexuality** (p. 237-255). New York: Plenum Press, 1987.

DEWEY, J. **The Public and Its Problems**. Chicago: Swallow, 1927.

DURHAM, E. R. Família e Reprodução Humana. *In*: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

EARP, Fabio e KORNIS, George. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado** (tradução de Leandro Konder). 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FARIA, S. de C. **A Economia Colonial Brasileira (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Editora Atual, 1998.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Os Intelectuais e o Poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. *In*: Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

_____. Verdade e Poder. *In*: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Graal, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREYRE, G. **Casa-grande e Senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 1957

_____. **Novo Mundo nos Trópicos**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1969.

GIDDENS, A. **As transformações da intimidade**. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

GIMENO S. J. Currículo e diversidade cultural. *In*: SILVA, T. T. da; MOREIRA, A. F. **Territórios contestados**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p.82-113.

GOUVEIA, T. Antinomias e contradições: a dinâmica da institucionalidade. *In*: Ávila, Maria Bethânia (Org). **Textos e imagens do feminismo: Mulheres em busca da igualdade**, Recife: **SOS Corpo – Gênero e Cidadania**, 2001. p.239-286.

HALL, S. Quem precisa da identidade? (tradução de Tomaz Tadeu da Silva). *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **A Perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. p. 103-133, 2008.

HANDFAS, A. Os livros didáticos de Sociologia. **Revista Coletiva**, n. 13, 2014. Disponível em: <http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=140:oslivros-did%C3%A1ticos-de-sociologia>. Acesso em: 23 nov. 2015.

HEILBORN, M. L. Vida a Dois: Conjugalidade Iguatária e Identidade Sexual. *In*: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 2., 1992, São Paulo, **Anais...** São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais. ABEP, 1992, p. 143-156.

_____. **Dois é Par**: Gênero e Identidade Sexual em Contexto Iguatário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HÖFLING, E. de M. **A FAE e a execução da política educacional**: 1983-1988. 1993. Tese (Doutorado em Educação) — Unicamp, Campinas.

JUNIOR, H. F. **A Idade Média**: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LESSA, S. Em Busca de um (a) Pesquisador (a) Interessado (a) Ontologia e Método em Lukács. **Revista Praia Vermelha**, n. 2, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, UFRJ, 1999.

LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma Perspectiva Pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACEDO, M. S. **Na Alegria e na Tristeza**: Reflexões Feministas sobre o Casamento. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) — Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MACHADO, I. J. de R.; AMORIM, H. J. D.; BARROS, Celso Fernando Rocha de. **Sociologia Hoje**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2013.

MACHADO, M. F. **A nova principiologia constitucional do direito das famílias**: Do clã primitivo à (re)construção das relações familiares contemporâneas. 2012. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

MADEIRA, F.; CAMARGO, I. F. de. **Conversão da união estável em casamento**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MARCHI, M. T. de. **A formação da família como proteção da cidadania: conversão da união estável em casamento**. 2011. Dissertação (Mestrado em Mestrado Em Direito) — Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

MATOS, M. **Reinvenções do Vínculo Amoroso**: Cultura e Identidade de Gênero na Modernidade Tardia. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IUPERJ, 2000.

MEIRELLES, T. **Pegar, ficar, namorar**: jovens mulheres e suas práticas afetivo-sexuais na contemporaneidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) —

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Unicamp, Campinas.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORGAN, L. H. A Família Antiga. *In*: CANEVACCI, Massimo. **Dialética da Família**: Gênese, Estrutura e Dinâmica de uma Instituição Repressiva (traduzido por Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: Brasiliense, 1987.

MUNAKATA, K. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das ideias à materialidade. *In*: Memória del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educacion latinoamericana/El colégio de San Luis Potosi. 2003. **Anais...** México, 2003.

NUNES, C. A. **Filosofia, Sexualidade e Educação**: As Relações entre os Pressupostos Ético-Sociais e Histórico-Culturais Presentes nas Abordagens Institucionais sobre a Educação Sexual Escolar. 1996. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, L. F. de; COSTA, R. C. R. da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? *In*: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.95-120. Coleção O mundo, hoje, v.31.

PILÃO, A. C. **Poliamor**: um estudo sobre conjugalidade, identidade e gênero, 2012. (Dissertação de Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PIOLA, M. A. G. **Mulheres à beira de um ataque de nervos**: a sobrecarga de funções femininas — uma questão de gênero. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PRADO, D. **O que é Família**. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, L. da S.; MARTINS, H. F. **A palavra casamento em disputa no Brasil**. 2012. Dissertação de Mestrado (Departamento de Letras) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, M. S. **Relações de Gênero e de idade em discursos sobre a sexualidade veiculados em livros didáticos brasileiros de Ciências Naturais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade

Católica, São Paulo.

ROSISTOLATO, R. P. da R. **Sexualidade e Escola**: Uma Análise de Implantação de Políticas Públicas de Orientação Sexual. 2003. Tese (Mestrado em Sociologia e Antropologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo (tradução de Chistine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Corrêa). Recife: Edição S.O.S. Corpo, 1993.

SAAB, W. G. L.; GIMENEZ, L. C. P.; RIBEIRO, R. M. Cadeia de comercialização de livros. **Relato Setorial**, n.3. Rio de Janeiro. BNDES, 1999.

SANTANA, C. R. de. **Os efeitos jurídicos da boa-fé subjetiva nas famílias simultâneas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, V. M. M. **Pontes que se estabelecem em educação sexual**: um diálogo sobre a formação continuada e os saberes das práticas pedagógicas de professoras no Brasil e em Portugal. 2011. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, RS.

SCOTT, J. W. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez.

SAFFIOTTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. RJ: Rosa dos Ventos, São Paulo: FC Chagas, 1992.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor leitor. *In*: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2001, p. 31-76.

SILVA, M. A. da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Editora Autores Associados/FAPESP, 1999.

_____. **Da monogamia**: a sua superação como princípio estruturante no direito de família. Curitiba: Juruá, 2013.

SILVA, P. F. C. **Olhe bem de perto**: a construção dos discursos sobre a família nos filmes hollywoodianos contemporâneos. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008.

SPENCER, H. **L'Education** — intellectuelle, morale et physique. Paris: s/e., 1907.

STOCO, S. **Família, educação e vulnerabilidade social**: o caso da Região Metropolitana de Campinas. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Campinas.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VÁRIOS AUTORES. **Sociologia em movimento**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2013.

WELZER-LANG, D. A Construção do Masculino: Dominação das Mulheres e Homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, 2001, v. 9, n. 2, p.460-482.

YANAGISAKO, S. Family and Household: the Analysis of Domestic Groups, Annual Review of Anthropology. **Annual Review of Anthropology**. v. 8: 161-205. 1979.